



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia

Valorização e Salvaguarda do Património Cultural das Caldas da Rainha

O Centro de Interpretação

Projeto

Ricardo Nuno Ferreira Grunho Antunes Lopes

Orientado por:

Doutor Luís Mota Figueira – Instituto Politécnico de Tomar

Projeto

apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre
em Técnicas de Arqueologia

Caldas da Rainha, Novembro 2018

Ao João,
que sem saber me deu força para concluir este projeto.

RESUMO

Este projeto pretende colmatar uma certa ausência de investigação, salvaguarda e divulgação do património cultural, nomeadamente o arqueológico, no concelho das Caldas da Rainha. A criação do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha permitirá investigar, interpretar, sistematizar, inventariar e divulgar as várias tipologias do património cultural local e regional do concelho, aumentando a visibilidade e notoriedade da cidade.

Neste sentido, apresenta-se uma proposta de criação de uma entidade que faça a gestão dos patrimónios e os divulgue aos turistas e à comunidade, alicerçada numa estratégia de comunicação e *marketing* forte voltadas para a modernidade.

O Centro de Interpretação terá de ser visto como um espaço convergente entre as várias entidades e atores da cultura, apostando em metodologias e estratégias comuns que permitam educar, formar e sensibilizar as várias faixas etárias para a importância da salvaguarda e conservação do património cultural das Caldas da Rainha.

Palavras-chave: Cultura; Património; Interpretação; Turismo; Caldas da Rainha

ABSTRACT

This project intends to cover some lack of research, safeguard and dissemination of the cultural heritage, especially the archaeological, in the county of Caldas da Rainha. The creation of the Centro de Interpretação das Caldas da Rainha will allow the investigation, interpretation, systematization, inventory and dissemination of the various types of local and regional cultural heritage, increasing the visibility and notoriety of the city.

In this sense, a proposal is presented to create an entity that manages heritage assets and disseminates them to tourists and to the local community, based on a strong communication and marketing strategy focused on modernity.

The Centro de Interpretação will have to be seen as a convergent space between the various culture entities and actors, betting on common methodologies and strategies to educate, train and sensitize the various age groups to the importance of safeguarding and conserving the cultural heritage of Caldas da Rainha.

Keywords: Culture; Heritage; Interpretation; Tourism; Caldas da Rainha

AGRADECIMENTOS

À Cristiana, o meu braço direito, que esteve sempre a meu lado e teve a paciência, que não precisava de ter, mas que eu sabia que teria, durante a elaboração deste projeto.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e por insistirem para que eu chegasse ao fim.

Ao meu orientador, Doutor Luís Mota Figueira, pelo apoio e pelo trabalho em conta-relógio para que a entrega fosse possível.

À minha cidade, às Caldas da Rainha, que criou em mim a vontade de realizar este projeto. Que este voe do papel e seja levado a bom porto!

ÍNDICE

<i>RESUMO</i>	<i>I</i>
<i>ABSTRACT</i>	<i>II</i>
<i>AGRADECIMENTOS</i>	<i>III</i>
<i>ÍNDICE</i>	<i>IV</i>
<i>ÍNDICE DE FIGURAS</i>	<i>VI</i>
<i>ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS</i>	<i>VIII</i>
<i>1. REFERENCIAL TEÓRICO</i>	<i>1</i>
<i>2. GEOGRAFIA DA REGIÃO</i>	<i>7</i>
<i>3. CALDAS DA RAINHA: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO</i>	<i>14</i>
<i>3.1. ARQUEOLOGIA DO CONCELHO</i>	<i>14</i>
<i>3.2. OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO</i>	<i>19</i>
<i>3.3. FUNDAÇÃO E CRESCIMENTO</i>	<i>22</i>
<i>3.4. OS PATRIMÓNIOS DAS CALDAS</i>	<i>26</i>
<i>3.4.1. PATRIMÓNIO HISTÓRICO</i>	<i>27</i>
<i>3.4.2. PATRIMÓNIO IMATERIAL</i>	<i>46</i>
<i>4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS CALDAS DA RAINHA</i>	<i>56</i>
<i>4.1. CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO</i>	<i>56</i>
<i>4.2. JUSTIFICAÇÃO</i>	<i>58</i>
<i>4.3. VISÃO, MISSÃO, VALORES, OBJETIVOS</i>	<i>63</i>
<i>5. GESTÃO</i>	<i>65</i>
<i>5.1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL</i>	<i>65</i>
<i>5.2. REDE DE PENETRAÇÃO DO CENTRO</i>	<i>66</i>
<i>5.3. ESPAÇO</i>	<i>69</i>
<i>6. PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DO CENTRO</i>	<i>71</i>

6.1. INVESTIGAÇÃO	71
6.2. EXPOSIÇÃO	75
6.3. SERVIÇO EDUCATIVO	77
6.3.1. ROTEIROS PATRIMONIAIS E VISITAS GUIADAS	78
6.3.1.1. ROTEIRO ARQUEOLÓGICO	79
6.3.1.2. ROTEIRO DAS IGREJAS	80
6.3.1.4. ROTEIRO GASTRONÓMICO	80
6.3.2. WORKSHOPS	81
6.3.3. ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSO	82
6.3.6. VISITAS	82
6.3.4. CAPTAÇÃO DE ESTÁGIOS	83
7. MARKETING	85
7.1. PLANO ESTRATÉGICO	86
8. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO	91
8.1. SINALÉTICA	91
8.2. PUBLICIDADE	92
8.3. MERCHANDISING	93
8.4. PLATAFORMAS DIGITAIS	94
8.4.1. WEBSITE DO CICR	94
8.4.2. REDES SOCIAIS DO CICR	96
9. TURISMO CULTURAL	98
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS VERSUS CONCLUSÃO	103
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Vetorização da Lagoa de Óbidos, há 5000 anos, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas (Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).	10
Figura 2: Vetorização da Lagoa de Óbidos, na época romana, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).	10
Figura 3: Vetorização da Lagoa de Óbidos, entre os séculos XII e XV, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).	11
Figura 4: Vetorização da evolução da Lagoa de Óbidos entre os séculos XVIII e XIX, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).	12
Figura 5: Vetorização da evolução da Lagoa de Óbidos, desde a sua formação até à atualidade, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).	13
Figura 6: Grutas de Ribeira de Crastos (Freguesia dos Vidais) – Fotografia do autor.	15
Figura 7: Atual estado do Castro de Santa Catarina (Santa Catarina), abandonado e com densa vegetação – Fotografia do autor.	16
Figura 8: Fragmento de painel azulejar azul e branco com uma face humana (Monteiro, 2014).	18
Figura 9: Estatueta romana descoberta nas Caldas e vendida para Espanha, em 1968 (Almeida, 1968).	20
Figura 10: Várzea da Rainha (Óbidos) – Fotografia do autor.	21
Figura 11: Fachada do Hospital Termal (Caldas da Rainha) – fotografia do autor.	28
Figura 12: Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Caldas da Rainha) - fotografia do autor.	29
Figura 13: Ermida do Espírito Santo (Caldas da Rainha) - fotografia do autor.	30
Figura 14: Ermida de São Sebastião (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.	31
Figura 15: Palácio real (atual Museu do Hospital Termal e das Caldas) (Caldas da Rainha) – fotografia do autor.	32
Figura 16: Croqui com a provável localização da demolida Capela de São Bartolomeu - elaboração própria.	33

Figura 17: Mapa Geral das acomodações que se fizeram na vila das Caldas, Laureano Joaquim de Sousa, 1786 (Rodrigues, 2005). A vermelho, a Capela de Nossa Senhora do Rosário (adaptação própria).	34
Figura 18: Sondagens arqueológicas efetuadas na Praça da República (Figueiredo, 2014).	35
Figura 19: Chafariz das cinco bicas (Caldas da Rainha) – Fotografia do autor.	36
Figura 20: Fábrica de Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.	37
Figura 21: Pavilhões do Parque D. Carlos I (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.	38
Figura 22: Mapa das freguesias do concelho das Caldas da Rainha - <i>Arcgis 10</i> - elaboração própria.	39
Figura 23: Igreja Paroquial de São Silvestre (A-dos-Francos) - <i>in</i> Gazeta das Caldas (26 de Janeiro de 2018).	39
Figura 24: Capela da Quinta da Cruz (Alvoninha) - Fotografia do autor.	40
Figura 25: Igreja Paroquial (Carvalhal Benfeito) - Fotografia do autor.	41
Figura 26: Palacete Visconde de Moraes (Foz do Arelho) - Fotografia do autor.	42
Figura 27: Escola primária do Nadadouro (Nadadouro) - Fotografia do autor.	42
Figura 28: Capela do Formigal (Salir de Matos) - Fotografia do autor.	43
Figura 29: Igreja paroquial (Santa Catarina) - Fotografia do autor.	44
Figura 30: Alfândega (Salir do Porto) - Fotografia do autor.	44
Figura 31: Arco da Memória (Vidais) - Fotografia do autor.	45
Figura 32: Vendedeiras de Cavacas - Postal ilustrado - Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha.	48
Figura 33: Esquema com a estrutura da interpretação patrimonial que se pretende utilizar no CICR - elaboração própria.	56
Figura 34: Inquérito efetuado por intermédio da plataforma Google Forms.	59
Figura 35: Gráfico representativo das respostas à Questão 1.	60
Figura 36: Gráfico representativo das respostas à Questão 2.	60
Figura 37: Gráfico representativo das respostas à Questão 3.	61
Figura 38: Fluxograma com rede de penetração do CICR - elaboração própria.	68

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

CARACA – Carta Arqueológica das Caldas da Rainha

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CICR – Centro de Interpretação das Caldas da Rainha

CMCR – Câmara Municipal das Caldas da Rainha

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ETRC – Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal

ET27 – Estratégia Turismo 2027

IPA – Instituto Português de Arqueologia

PNTA – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo dos lugares é uma abordagem fundamental para se entender como a história dos mesmos se manifesta. Os estudos tradicionais centram-se na ideia do “espírito do lugar” e nessa forma de tratar a paisagem cultural e natural, propiciando formas de organização urbanística específica.

A cidade das Caldas da Rainha estará sempre associada ao património termal e às suas águas curativas. A Rainha D. Leonor, ao fundar o Hospital Termal em 1495, iniciou um processo de fixação e expansão populacional, fazendo crescer uma *urbe* que ainda hoje é possível atestar quando se percorre as ruas da cidade, nos seus chafarizes, nas suas igrejas, nas suas praças (Duarte, 2008).

Durante muitos anos, a investigação histórica debruçou-se unicamente sobre o património urbano, edificado, elaborando teses, livros, estudos e artigos acerca do centro histórico caldense, estudando a sua dinâmica evolutiva, apresentando novas perspetivas, esgotando, por vezes, a temática.

Não se infira pela afirmação anterior alguma tentativa de menosprezo ou desvalorização dos trabalhos e investigações efetuados. Pelo contrário, todo o conhecimento científico produzido por intermédio desses estudos foi de uma riqueza e utilidade extremas, no sentido da criação de uma perceção da realidade urbanística, adicionando valiosos dados ao entendimento da fundação e evolução da cidade.

Contudo, esta concentração de esforços num único objetivo, o de conhecer a cidade e os seus atores políticos, artísticos, financeiros, militares e de outras áreas, fez com que as freguesias das Caldas da Rainha, aquelas mais rurais e detentoras, também, de uma história rica e merecedora de estudo, fossem, na sua maioria, descuradas.

Tal facto contribuiu para uma ideia generalizada de que as Caldas da Rainha e toda a área do concelho que a compreende, apenas surge no século XVI, esquecendo e ausentando de estudo parte relevante dos séculos e milénios anteriores em que, com toda a certeza, toda a área respeitante ao concelho também teve ocupação humana, uma história, uma evolução, os seus próprios atores.

Esta ideia é explicável, nomeadamente, por fatores naturais que permitiram a fixação populacional na cidade e que, simultaneamente, poderão ter impedido a evolução regional das zonas mais interiores, criando uma ideia, errada, de que nestas zonas pouco existiria de relevante no contexto territorial e humano. Na verdade, a geografia das regiões e o seu

aproveitamento para estabelecimento de aglomerados urbanos e populacionais varia com os ideais de civilização de cada época. A título de exemplo, veja-se como os bárbaros fundaram os seus lugares, de uma forma arquiteturalmente labiríntica, opondo-se a uma civilização romana que utilizava uma conceção mais purista e geométrica nas suas construções (Pimenta, 2011). Conhecer estas realidades territoriais aumenta a descrição histórica e patrimonial dos sítios.

Assim, como atualmente as paisagens rurais, salvando-se raras exceções, revelam um grande vazio urbanístico, talvez por esse motivo tenham sido abandonadas ou deixadas para segundo plano em termos de estudos e investigações arqueológicas e patrimoniais.

Não esqueçamos, ainda assim, alguns estudos avulsos, sobretudo provenientes de acompanhamentos arqueológicos de obras e estudos de impacto ambiental, que lançaram uma primeira pedra na investigação arqueológica e patrimonial nas freguesias limítrofes do concelho.

A título de exemplo, refira-se um estudo de João Carlos Teiga Zilhão, responsável pelo projeto de investigação “Carta Arqueológica do Parque Natural da Serras d’Aire e Candeeiros”, onde foram detetados, entre outros, os sítios arqueológicos de Ribeira de Crastos 1 e Ribeira de Crastos 2, que correspondem a duas grutas artificiais de cronologia Neolítica.

Releve-se, ainda, a investigação efetuada por Guilherme de Jesus Pereira Cardoso, efetuando o levantamento arqueológico do concelho do Cadaval, que embora pretendesse estudar esta zona, identificou alguns locais arqueológicos no concelho das Caldas da Rainha, sobretudo de cronologia Paleolítica, tais como os sítios da Achada 2, Achada 3 e a Capela de Nossa Senhora da Serra de Todo o Mundo.

Mais recentemente, no ano de 2007, realizaram-se prospeções arqueológicas no âmbito da elaboração do Descritor de Património do Plano de Pormenor da estrada Atlântica / Foz do Arelho (Caldas da Rainha), inseridas no Estudo de Impacto Ambiental da Rainha Golf Country Club, onde se identificou um número considerável de sítios arqueológicos na zona costeira entre a Foz do Arelho e Salir do Porto.

Em 2017, com o objetivo de suprir estas lacunas na investigação da ocupação humana presente no concelho das Caldas da Rainha, foi iniciado o projeto “Carta Arqueológica das Caldas da Rainha”, com o objetivo de criar uma imagem abrangente dos sítios existentes no concelho, tentando traçar uma linha cronológica da sua ocupação humana.

Os contributos referidos devem ser divulgados para que a salvaguarda do património seja, também, uma causa pública.

Assim, é possível afirmar que, até à data e na sua generalidade, os dados arqueológicos conhecidos são provenientes de prospeções e trabalhos isolados, sem uma profundidade de estudo, registando-se uma certa superficialidade, tanto na investigação, como nos achados arqueológicos dela provenientes, que se encontram dispersos em espaços museológicos e arquivos por todo o país.

Neste sentido, torna-se premente revigorar este pensamento, esta metodologia de investigação, criando ferramentas que permitam o estudo do património cultural de uma forma abrangente e relacionada. Divulgar estes estudos de modo didático e pedagógico é imperativo.

Concentrando esta análise no projeto aqui apresentado, são distinguidas quatro ideias-base pelas quais este se pretende reger, colocando-as como pedras basilares transversais a todas as temáticas abordadas: Visão, Missão, Valores, Gestão.

O estabelecimento de uma Visão para conceção e implementação do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha é, possivelmente, a trave-mestra do projeto. A visão subjacente ao projeto é a criação de um espaço que se apresente como aglutinador e condense, na sua estrutura e metodologia de ação, os vários níveis de património existentes. Ao desenvolver uma investigação rigorosa e científica, unindo esforços para que o património cultural das Caldas da Rainha seja entendido como um todo, será possível criar sinergias entre os vários espaços museológicos do concelho, trabalhando em conjunto para que o centro se assuma como um ícone na esfera dos espaços educacionais e formativos para o património.

Para tal, o CICR pretende ter como Missão a transmissão do conhecimento e do património cultural das Caldas da Rainha ao cidadão, auxiliando-o a descobrir a sua capacidade cognitiva, a ler a paisagem e a cultura, a criar uma noção de pertença e herança patrimonial, inculcando uma correta gestão e preservação do seu património, apelando ao seu sentido de cidadania. Uma parte da Missão também se poderá colocar na experimentação pró-científica, criando-se condições para iniciação ao património e educação patrimonial para todos, numa abordagem socialmente inclusiva.

Assim, nos processos de Gestão do Centro, adotar-se-ão estratégias próprias, tanto ao nível científico e técnico da investigação, como no âmbito da formação e educação sociais, promovendo uma cultura de participação nas atividades por ele promovidas, introduzindo-

as, gradualmente, na mentalidade e rotina caldense. Desta forma, a educação patrimonial constitui-se como um eixo concreto e fundamental da Missão.

Os Valores aqui defendidos terão sempre como base a valorização dos testemunhos materiais e imateriais e como prática a patrimonialização do território e os seus processos, entendendo-a segundo uma perspetiva horizontal, integrada, multissetorial e pluridisciplinar, tornando o património cultural apelativo, criando uma estratégia que una todos os atores e organismos locais num só sentido, o da preservação e salvaguarda do passado, da identidade do concelho das Caldas da Rainha (Cravidão, 2013).

Tendo como base o artigo 4º da Convenção da UNESCO de 1972, que estabelece que cada estado tem a obrigação de assegurar e transmitir a identificação, proteção, conservação e valorização do património cultural às gerações futuras, esforçando-se para efetuar uma boa conservação e divulgação patrimonial, nomeadamente usando o máximo dos seus recursos, ou recorrendo à cooperação e assistência internacional, urge que o projeto que se apresenta contenha em si mesmo uma vertente clara e objetiva de educação e formação para o património.

Atualmente, a educação e sensibilização patrimonial constituem-se como ferramentas cruciais para a divulgação e reconhecimento, por parte da população, dos trabalhos desenvolvidos e da importância que existe na preservação do património.

Estas ferramentas desempenham um papel social fundamental, pois estimulam o conhecimento sobre a história e o património cultural (Figueiredo, 2017).

As ações de sensibilização patrimonial promovem o primeiro contato entre as pesquisas e investigação efetuadas e a comunidade local, tendo como principal objetivo incutir na população a necessidade da preservação do seu próprio património. Estas ações podem, também, ser utilizadas como forma de inclusão social, sendo direcionadas para todas as faixas etárias e grupos sociais, tornando-os parte integrante do processo de salvaguarda e conservação.

A Educação Patrimonial é, como se referiu no contexto da Missão do CICR, um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita que o indivíduo faça a leitura do mundo que o rodeia, fazendo-o compreender a trajetória do universo histórico em que está inserido (Horta, 1999).

Este processo leva ao reforço da auto-estima da população e do sentido de comunidade como organismo cultural.

É neste sentido que o projeto “Centro de Interpretação das Caldas da Rainha” se apresenta, não operando exclusivamente na área da investigação e na produção de conhecimento, existindo um objetivo claro de transmissão dos resultados que se vão oferecendo à população, não só à caldense, mas também à classe turística, hoje em dia tão importante na evolução e avanço da sociedade portuguesa em geral. A procura turística, nomeadamente de turismo cultural e científico, poderá ser vista como um segmento de especial interesse para a estratégia do CICR como equipamento cultural relevante, ao serviço do Concelho e da Região.

O projeto pretende inserir-se, assumidamente, na área do turismo científico, como se referiu anteriormente, trabalhando com investigadores que pretendam estudar o património do concelho das Caldas da Rainha, bem como com jovens que estejam a iniciar os seus estudos superiores ou carreiras profissionais, criando ações para que estes possam desenvolver os seus estudos e investigações, promovendo atividades, cursos e *workshops* patrimoniais.

Além do turismo científico, pretende-se ainda apostar num turismo cultural de qualidade, promovendo visitas guiadas, criando circuitos orientados a sítios arqueológicos e com interesse patrimonial, associando esta vertente lúdica à componente científica e pedagógica, articulando com as escolas do concelho, divulgando e sensibilizando para o património.

Além do turismo em Portugal ter aumentado exponencialmente, é visível na Estratégia Turística 2027 do Turismo de Portugal um claro objetivo de potenciar o património histórico-cultural, fazendo-o conservar, valorizar e usufruir por parte da comunidade.

Neste documento, é bem patente a aposta na promoção de projetos de valorização e divulgação da identidade local, envolvendo as próprias comunidades, com uma forte vertente info-promocional, incluindo de natureza tecnológica, sobre o património histórico-cultural (ET2027).

Em suma, pretende-se com este projeto colmatar uma certa ausência de estudo, salvaguarda e divulgação do património cultural, principalmente arqueológico, no concelho das Caldas da Rainha, por isso se pretende que este projeto seja entendido como uma abordagem em continuidade e integradora. A valorização do território, das pessoas e das organizações é, portanto, estratégica,

Na verdade, todos os indicadores apontam para um valor cultural efetivo, todavia insuficientemente estudado. A informação atualmente disponível está dispersa, sem contexto cronológico cultural e sem uma preservação e divulgação condizentes.

Para justificar esta necessidade, criar-se-á uma ferramenta de recolha de dados, um inquérito desenvolvido *on-line*, no sentido de perceber a urgência que existe na criação de um espaço desta natureza.

A criação de um centro de interpretação permitirá sistematizar, inventariar e difundir as diferentes vertentes do património cultural local e regional do concelho, nas áreas do material e imaterial, aumentando a visibilidade cultural da cidade.

Este espaço terá de ser visto como um polo de convergência, não só na análise e interpretação do conhecimento, através de processos científicos, como no modo como divulga esse mesmo conhecimento à comunidade, apostando numa componente tecnológica e multissensorial forte, educando e formando a população para o bem mais precioso que temos, a cultura.

O CICR será, caso seja viabilizado de modo institucional e dotado dos meios necessários ao seu funcionamento, um instrumento ao serviço da municipalidade e uma oportunidade para criar ainda maior notoriedade territorial com os resultados expectáveis para a economia regional.

Neste sentido, a elaboração de um caderno de encargos e a abertura de propostas para a implementação do CICR poderá ser uma política de medida autárquica a ser considerada.

2. GEOGRAFIA DA REGIÃO

Ainda que, para a maioria da população, tenham sido as Caldas da Rainha e toda a *urbe* que é possível visualizar atualmente, o primeiro aglomerado urbano desta região, a verdade é que o litoral estremenho, principalmente aquele compreendido entre Peniche e a Nazaré, sofreu grandes alterações ao longo dos vários milénios, conferindo-lhe, em vários momentos da sua evolução, condições excecionais para a fixação de comunidades.

Antes de nos debruçarmos de uma forma mais pormenorizada sobre a ocupação humana da região, importa entender como é que estas alterações de cariz geológico e geomorfológico ocorreram, tentando estabelecer e compreender os motivos pelos quais, a partir de determinado momento, aquilo que é hoje o concelho das Caldas da Rainha, adquiriu características adequadas para o estabelecimento de comunidades.

De facto, a paisagem urbana é muitas vezes capaz de revelar a sociedade que a modificou, bem como demonstrar o jogo de forças naturais que são tão cruciais na escolha de um sítio para se estabelecer (Andrade, 2003).

As diferenças de povoamento hoje em dia bem patentes, existiram também no passado, dependendo, com toda a certeza, da proximidade dos recursos naturais que caracterizam as diferentes regiões do atual concelho.

O estudo do território é, sob este ponto de vista, um apoio crítico para qualquer intervenção que tenha como objetivos a valorização científica, tecnológica, cultural e social.

O concelho das Caldas da Rainha encontra-se implantado entre dois grandes alinhamentos. A Norte, encontramos o grande acidente da Lousã-Pombal-Nazaré. A Sul é possível destacar a grande falha que se situa entre os anticlinais das Serras de Aire e Montejunto.

Toda esta estrutura está diretamente relacionada com o anticlinal da Serra dos Candeeiros e com o anticlinal diapírico, mais comumente chamado “Vale Tifónico das Caldas da Rainha”. Não desenvolvendo em demasia esta temática, importa referir que o Vale Tifónico é, provavelmente, o elemento geológico mais original da Estremadura Portuguesa (Zbyszewski, 1966).

Este diapiro prolonga-se entre a Nazaré e Serra d’El Rei, estendendo-se ao longo de 30 quilómetros de comprimento.

Toda a zona litoral entre Peniche e Nazaré, território no qual se insere o concelho das Caldas da Rainha, desenvolve-se na chamada Orla Meso-Cenozóica Ocidental. Nesta existem sedimentos originais que se depositaram na denominada Bacia Lusitânica, por altura da

abertura do Atlântico Norte e que, com a atividade tectónica e erosão proporcionadas, acabaram por formar uma zona baixa, um grande vale, permitindo um encaixe mais facilitado da rede hidrográfica. Este poderá ser um dos fatores, a desenvolver adiante neste capítulo, que contribuiu para a fixação de comunidades nesta região (Almeida, 2000).

Entre a Serra dos Candeeiros, a Este, e o Oceano Atlântico, a Oeste, encontramos uma “rampa”, inclinada suavemente no sentido do mar, apelidada de “plataforma litoral”.

Esta plataforma, componente também de uma plataforma litoral maior que se estende do litoral Norte português até ao Algarve, caracteriza-se, sobretudo, por estar moldada por diversas alterações que ocorreram ao longo dos vários milénios, nomeadamente verificadas no Pliocénico Final e no Quaternário. Estas alterações tratam-se, principalmente, de subidas e descidas do nível do mar ou transgressões marinhas, criando uma grande dinâmica na zona (Henriques, 1996).

Acontece que, com a descida do nível da água do mar foram criadas cinco depressões hidrográficas: a Lagoa da Pederneira, a Baía de Alfeizerão (ou de Salir), a Lagoa de Óbidos, a Lagoa de Atouguia e as ilhas que deram origem ao Cabo Carvoeiro (Duarte, 2008).

Durante o Holocénico e até aos dias de hoje, estas bacias entraram num processo de assoreamento profundo. Tal aconteceu devido à deposição de aluviões fluviomarinhas, que foram colmatando estes estuários, fazendo-os diminuir em extensão, substituindo-os por várzeas, tais como a Várzea da Nazaré-Pederneira, São Martinho do Porto-Alfeizerão, Óbidos e Atouguia da Baleia-Peniche (Zêzere, 2005).

Pese embora estas alterações profundas que alteraram a paisagem, sobretudo no que concerne à dimensão destas grandes bacias hidrográficas, na verdade a área imersa destes estuários terá diminuído pouco até à época romana, tendo avançado de uma forma alucinante após este período (Henriques et al., 2002).

Até ao primeiro milénio, no que concerne às alterações nas zonas de estuário, estas tiveram lugar, sobretudo, devido a fatores naturais de ordem climática, coincidindo com o chamado Período Péssimo Climático.

A partir do século X e daí em diante, o clima tornou-se mais ameno, favorecendo a evolução demográfica e, por consequência, propiciando uma maior alteração antrópica que, em conjugação com fatores naturais, contribuiu para grandes alterações na paisagem, nomeadamente no litoral (Dias, 2009).

A este respeito refira-se, a título de exemplo, e como prova das alterações massivas que toda esta região sofreu, a Lagoa de Óbidos, pois a sua estreita relação com o concelho das Caldas da Rainha poderá explicar, de certa forma, o povoamento e o aproveitamento dos recursos naturais que ocorreram na região.

Esta laguna, localizada entre os concelhos das Caldas da Rainha e de Óbidos, estabelece comunicação com o mar através de uma barra de maré, comumente apelidada de “aberta”, que acaba por assegurar as trocas de água e sedimentos necessárias à boa saúde deste complexo.

Durante o Pliocénico, entre 5 e 1,8 milhões de anos, o nível do mar alcançou cotas altas, resultantes de um clima mais quente, de cariz tropical, tendo-se a linha de costa deslocado para o interior do continente, junto à Serra dos Candeeiros, o que seria a arribal litoral de então (Freitas, 1989).

Avançando no tempo, e durante a glaciação mais recente (Würm), há cerca de 18000 anos, o nível do mar estaria 120 metros abaixo da cota atual e a linha de costa situava-se 15 km para Oeste.

Gradualmente, a temperatura foi subindo e o nível médio do mar também, aumentando o volume do Oceano, fazendo-o entrar por vales escavados que se transformaram em braços de mar. A verdade é que o homem do Paleolítico que habitou nesta região encontrou uma paisagem bastante diferente da atual, com um clima mais frio, um vale mais profundo e apertado, talhado num relevo distante do litoral e sem acesso a recursos marinhos próximos (Freitas, 1989).

Entre 10000 e 5000 a.C., o clima melhorou, favorecendo um regime transgressivo intenso, permitindo a formação, em 5000 a.C., da Lagoa de Óbidos, sendo caracterizada por uma inundação marinha progressiva, desenvolvendo-se um ambiente de ria/estuário aberto, semelhante aos ambientes formados nas depressões de Alfeizerão e Pederneira.

Nesta altura o perímetro de inundação marinha alcança a sua máxima expressão, prolongando-se até aos relevos de Óbidos e Roliça e inundando a atual planície aluvionar dos rios Real e Arnóia, a Poça do Vau, a zona de Sobral da Lagoa e das Várzeas (Freitas, 2002). Esta inundação acabou por trazer para a região uma variedade de recursos naturais e de locais de abrigo que beneficiaram a fixação de comunidades (Freitas, 1989) (Figura 1).

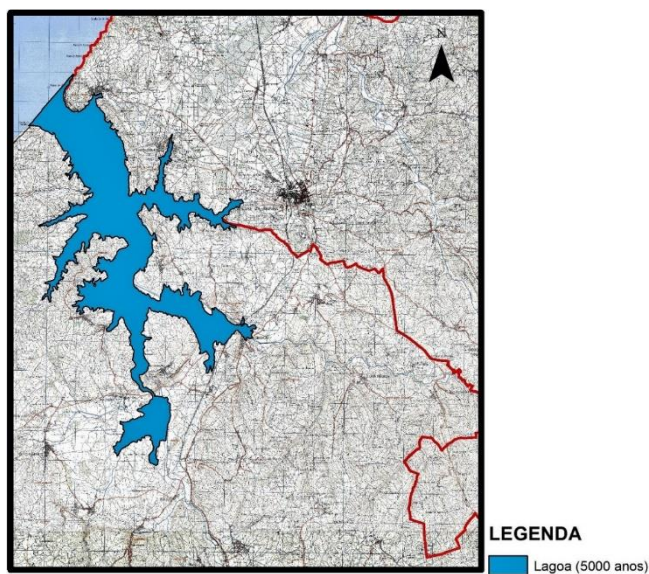


Figura 1: Vetorização da Lagoa de Óbidos, há 5000 anos, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas (Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017) .

Entre o final do Neolítico e o Período Romano, o nível médio do mar atingiu a cota atual. Durante o Período Romano a cidade de *Eburobrittium* é o testemunho mais importante descoberto até à data na região, sendo uma importante cidade litoral, sobranceira à vila de Óbidos.

No atual concelho de Óbidos existem vestígios romanos diversificados, muitos na margem lagunar, que atestam a dimensão da Lagoa neste período e comprovam a fixação de comunidades nas suas margens, usufruindo dos seus recursos endógenos (Figura 2).

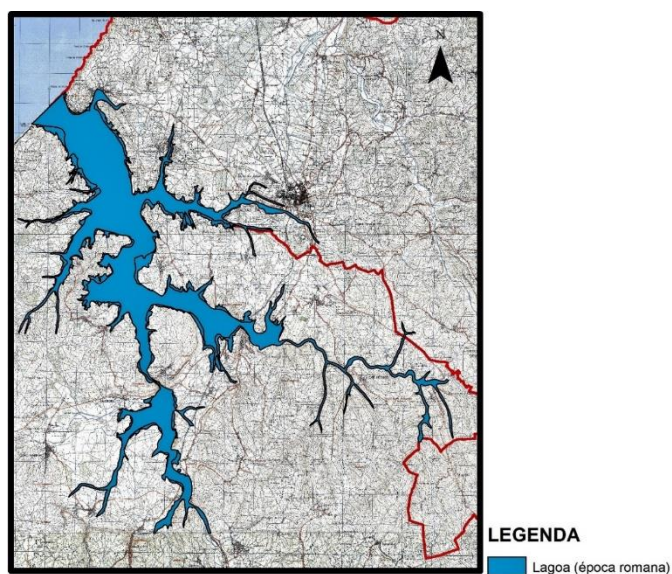


Figura 2: Vetorização da Lagoa de Óbidos, na época romana, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).

No que diz respeito à Idade Média, nomeadamente entre os séculos XII e XV, os dados existentes são diminutos, não sendo possível aferir com rigor a real extensão da lagoa.

Contudo, existe a certeza de que o nível de água foi diminuindo devido ao assoreamento intensificado, sobretudo, pela exploração agrícola do solo que se verificou.

A análise efetuada em referências textuais desta época permite referir que, nesta altura, são constituídas várias comunidades nas margens da lagoa e das várzeas do Rio Real e do Rio Arnóia, sendo desenvolvidas atividades piscatórias (Silva, 1994).

Durante o século XIII a lagoa já teria alguns problemas de estagnação e renovação das águas, sendo necessário recorrer à abertura da “aberta” para a água poder ser renovada.

No ano de 1460, a Câmara de Óbidos terá promulgado um decreto em que obrigava as povoações da Atouguia, Cadaval e Coutos Velhos para “(...) virem todas as vezes que fôr preciso abrir a Lagoa desta vila, quando se conservar tapada por muito tempo e inundar os campos (...)” (Trindade, 1985). Este serviço público régio efetuado pelos habitantes constava das obrigações destes face à Carta de Foral que regulava as atividades económicas, nomeadamente a agrária e piscatória (Figura 3).

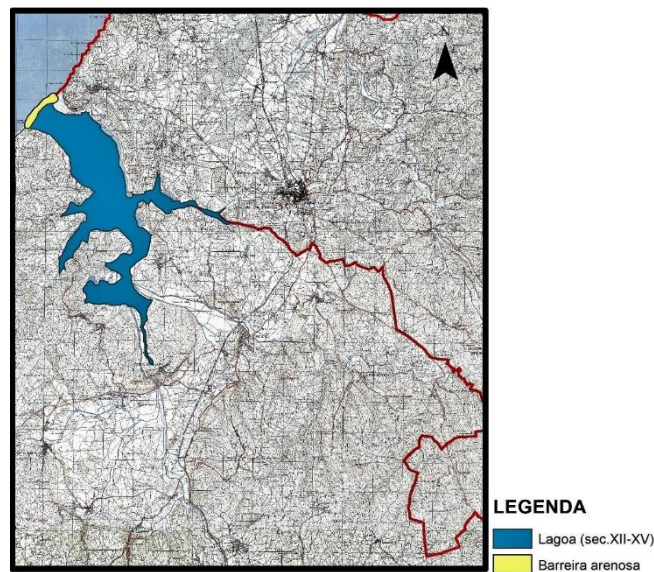


Figura 3: Vetorização da Lagoa de Óbidos, entre os séculos XII e XV, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).

No período entre os séculos XV e XVIII, as fontes bibliográficas acerca da Lagoa são praticamente inexistentes, apenas sendo possível referir que o assoreamento prosseguiu.

Volta a haver referências no século XVIII, principalmente à impossibilidade de cultivar os campos devido à grande quantidade de água que os inundava, sendo estas zonas transformadas em grandes várzeas (Figura 4).

No que diz respeito à zona de embocadura da Lagoa pode referir-se que se encontrava, neste período, num processo de assoreamento intenso, ao contrário dos bancos arenosos que se mantiveram praticamente imutáveis até à atualidade (Freitas, 1989).

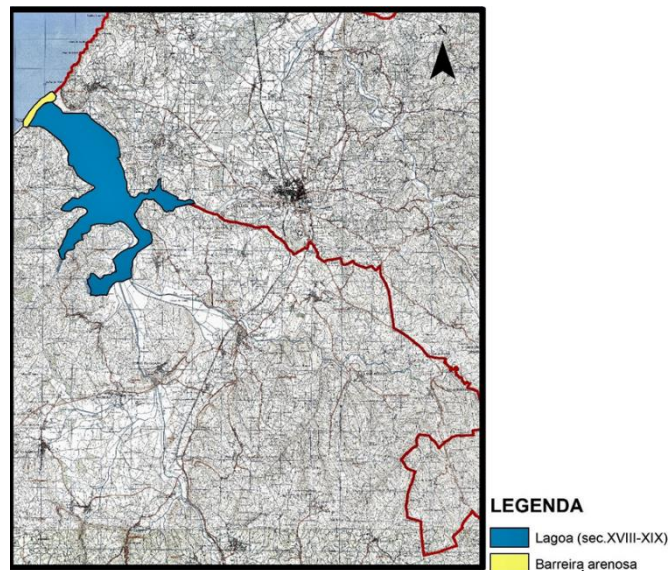


Figura 4: Vetorização da evolução da Lagoa de Óbidos entre os séculos XVIII e XIX, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – Relatório de Progresso, 2017).

Outro dos motivos que tem contribuído para algumas alterações ocorridas no seio deste estuário deve-se, também, a ação humana, nomeadamente ao desenvolvimento de trabalhos de dragagem consecutivos que acabam por alterar a sua configuração.

A economia do mar sempre influenciou, de forma decisiva, a evolução das fixações humanas costeiras. No caso do CICR esta poderá, também, ser uma matéria relevante na divulgação de conteúdos.

Fica patente, desta forma, que quer por motivos de ordem natural, ou por alterações antrópicas, a Lagoa de Óbidos e toda a sua envolvente apresentam uma evolução *sui generis*, concomitante com um povoamento mais ou menos intensivo que se foi desenvolvendo nas suas margens, aproveitando os seus recursos e tudo aquilo que esta ia oferecendo aos seus habitantes (Figura 4).

Ainda assim, acabam por ser praticamente inexistentes os estudos acerca da evolução da ocupação humana nesta zona, que se terá centrado, sobretudo, nas margens estuarinas e junto às linhas de água, tão apelativas à fixação de comunidades. A oportunidade para se criar “novo conhecimento” é, assim, de grande interesse, de forma a salvaguardar estes testemunhos paisagísticos e arqueológicos.

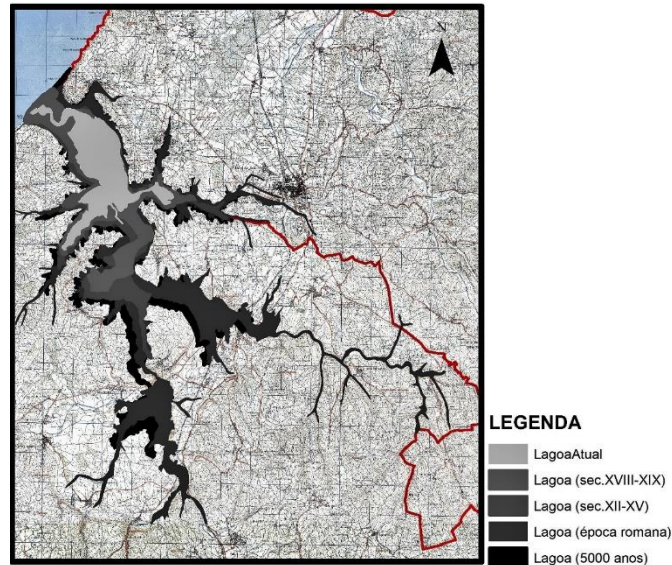


Figura 5: Vetorização da evolução da Lagoa de Óbidos, desde a sua formação até à atualidade, tendo como base o estudo de Maria Conceição Freitas - Projeto CARACA – relatório de progresso, 2017).

Outros dos locais onde estes primeiros povos se terão fixado terá sido nas pendentes de algumas das encostas costeiras destes sistemas lagunares. Veja-se, por exemplo, o caso da cidade das Caldas da Rainha, que se encontra implantada entre a Lagoa de Óbidos e a extinta Lagoa de Alfeizerão, da qual sobrevive apenas a concha de São Martinho do Porto (Duarte, 2008).

3. CALDAS DA RAINHA: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

3.1. ARQUEOLOGIA DO CONCELHO

A cidade das Caldas da Rainha é sede do município com o mesmo nome e está inserida na zona Litoral Oeste de Portugal Continental. Os 256 km² da sua área total fazem fronteira a Oeste com o Oceano Atlântico, a Norte com o concelho de Alcobaça, a Este com o concelho de Rio Maior e a Sul com os concelhos do Cadaval, Óbidos e Bombarral.

Contém na sua área administrativa 12 freguesias: União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório; União de Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro; União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto; Vidais; Landal; Salir de Matos; Foz do Arelho; Alvorninha; Carvalhal Benfeito; Nadadouro; A-dos.Francos; Santa Catarina. Nestas freguesias vivem cerca de 52000 habitantes.

Cerca de 50% do território que se insere dentro dos limites do concelho tem características florestais, pelo que a agricultura continua a ser uma atividade bastante explorada e da qual vivem muitos dos habitantes das freguesias mais rurais.

Como referido no capítulo anterior, a área urbana onde hoje em dia se implanta a cidade das Caldas formou-se dentro de um vale em anfiteatro com uma zona pendente a Noroeste, o que lhe confere o vento tão característico desta zona. Esta vasta zona de planície é composta por pântanos e por densas matas e é perpendicular à Ribeira das Águas Quentes, de onde acaba por partir todo o loteamento deste local.

Na verdade, quando olhamos para a topografia da região compreendida entre a Nazaré e Peniche, é possível visualizar ligeiras colinas que contrastam com zonas de baixa altitude de solo fértil arenoso (Duarte, 2008).

Todas as alterações que têm vindo a ser referidas contribuíram, gradualmente, para um povoamento com maior ou menor intensidade da região.

Nesse sentido, importa referir alguns trabalhos arqueológicos que têm vindo a construir, embora, no nosso entender, de forma insuficiente e pouco aprofundada, uma imagem genérica de como decorreu o povoamento do concelho das Caldas da Rainha ao longo dos tempos.

No que há arqueologia diz respeito, os trabalhos mais antigos efetuados no concelho das Caldas da Rainha são da autoria de Vieira Natividade, quando descobriu, no topo do monte

do Castelo, o denominado Castro de Santa Catarina, sítio que consta da base de dados da Direção Geral do Património Cultural (Silva, 1993). Adiante voltaremos a este tema.

Um pouco mais tarde, durante os anos 50, Manuel Heleno descobriu e escavou as Grutas de Ribeira de Crastos, na freguesia dos Vidais. Um estudo sobre os materiais foi posteriormente publicado por Octávio da Veiga Ferreira, nos anos 70, e no ano de 2000, por Patrícia Jordão e Pedro Mendes (Mendes, 2000) (Figura 6).



Figura 6: Grutas de Ribeira de Crastos (Freguesia dos Vidais) – Fotografia do autor.

Em 1998, a extensão de Torres Novas do IPA, atual DGPC, iniciou um trabalho extenso que tinha como objetivo relocalizar, identificar e promover a conservação de sítios arqueológicos provenientes de trabalhos anteriores, nomeadamente na sua área de jurisdição, onde se insere o concelho das Caldas da Rainha.

Durante o ano de 1999, Guilherme de Jesus Pereira Cardoso foi o responsável pelo Levantamento Arqueológico do Cadaval, tendo como objetivo criar uma Carta Arqueológica daquele concelho. Embora a área a investigar se inserisse num concelho limítrofe, a equipa de campo pôde aferir a localização de alguns sítios arqueológicos no concelho das Caldas da Rainha, mais propriamente na freguesia dos Landal. Destes locais consta o sítio da Achada 2 e Achada 3, ambos pré-históricos e a Capela de Nossa Senhora da Serra de Todo o Mundo, de cronologia medieval (*in* Portal do Arqueólogo, 2018).

Ainda durante o ano de 1999, foi iniciado o projeto “PNTA/2000 – Estudo da Pré-História Recente do Vale Tifónico das Caldas da Rainha”, coordenado por Pedro Nunes Martins Mendes. Além de outras zonas intervencionadas, foi efetuado um levantamento das Grutas

de Ribeira de Crastos 1 e Ribeira de Crastos 2 que, contudo, não resultou em novas evidências arqueológicas de relevo (Mendes, 2000).

Em 2001 durante a obra “Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste”, que estava sujeita a acompanhamento arqueológico, foram identificados dois sítios arqueológicos pré-históricos - Casal dos Cucos e Casal do Rei, localizados na freguesia dos Vidais, concelho das Caldas da Rainha (*in* Portal do Arqueólogo, 2018).

Ainda durante o mesmo ano teve lugar o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Construção da EN 114 – Ligação do IP6 (A15) a Rio Maior. No que se refere ao concelho das Caldas da Rainha, foram registados quatro sítios arqueológicos: Charneca de São Gregório 1; Charneca de São Gregório 2; Charneca de São Gregório 3; e Charneca de São Gregório 4, localizados na UF Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (*in* Portal do Arqueólogo).

Entre o ano de 2004 e 2007 desenvolve-se a escavação do Castro de Santa Catarina, já referido anteriormente neste capítulo. Este foi, porventura, o trabalho de escavação arqueológica que mais impacto teve no concelho, sendo ainda hoje discutido o estado em que o sítio arqueológico se encontra (Figura 7).



Figura 7: Atual estado do Castro de Santa Catarina (Santa Catarina), abandonado e com densa vegetação – Fotografia do autor.

O sítio arqueológico do Castelo, ou mais comumente chamado, Castro de Santa Catarina, situa-se na freguesia de Santa Catarina, concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria. Está registado na Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos como pertencente ao

concelho de Alcobaça, encontrando-se, aparentemente, ao centro da linha fronteira que divide os dois concelhos: Alcobaça e Caldas da Rainha.

A realidade arqueológica é bastante densa, sendo possível aferir, pelos materiais e objetos encontrados, que a ocupação humana daquele local decorreu num período cronológico longo.

Genericamente, a ocupação do sítio do Castelo apresenta várias realidades cronológicas, desde o Neolítico até à atualidade, tendo sido possível vislumbrar três ocupações humanas principais: uma pertencente à Pré-História; uma segunda relacionada com o Bronze Final: outra da Idade do Ferro. Entre outros materiais foi possível identificar cerâmicas, contas de colar, pregos, moedas e vidros. A análise destes vestígios permitiu aferir a cronologia deste local para uma Idade do Ferro mais tardia. Elementos como as moedas, uma claramente romana, e as contas de colar, remetem para uma interação com o mundo romano da comunidade que habitou o castro (McClelland, 2007).

Susana McClelland, signatária deste projeto, refere no relatório de trabalhos a premência que deve ser dada à continuidade do estudo do sítio, pois este poderá revelar dados muito importantes para a compreensão da ocupação humana do concelho das Caldas da Rainha, principalmente desta tipologia de povoado.

Na verdade, o estado em que hoje se encontra o Castro de Santa Catarina é, porventura, o espelho de muitos outros sítios arqueológicos do nosso país. Tendo existido, de facto, um projeto que revelou resultados importantes, tendo aberto as portas, como referido, para um estudo posterior, este não ocorreu, estando o sítio arqueológico, nos dias que correm, totalmente ao abandono e num estado extremo de degradação.

Avançando no tempo. Durante o ano de 2007 foram realizadas prospeções arqueológicas no âmbito do Descritor de Património do Plano de Pormenor da Estrada Atlântica / Foz do Arelho (Caldas da Rainha), inseridas no Estudo de Impacto Ambiental da Rainha Golf Country Club. Durante este trabalho foram identificados alguns sítios arqueológicos, nomeadamente o sítio de Roçadas; Azeirinhas; Azeirinhas 3; Portela 2; Serra do Bouro; Surdão 1; Vale Grande 1; Vale Grande 2; e Vale Grande 3 (*in* Portal do Arqueólogo).

Entre 2011 e 2015 teve lugar o acompanhamento das obras de reabilitação urbana do centro histórico das Caldas da Rainha. Estes trabalhos, dirigidos por Adolfo Silveira e Alexandra Figueiredo, colocaram a descoberto evidências arqueológicas de uma capela do século XVI, nomeadamente vestígios azulejares e osteológicos (Monteiro, 2014) (Figura 8).



Figura 8: Fragmento de painel azulejar azul e branco com uma face humana (Monteiro, 2014).

Mais recentemente, entre 2015 e 2016, teve lugar o acompanhamento arqueológico das dragagens que decorreram na Lagoa de Óbidos.

Desde 2017 que decorre, por intermédio de uma parceria entre o Município das Caldas da Rainha, o Instituto Politécnico de Tomar e a Associação CAA Portugal, o Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha. Este trabalho, que terá a duração de quatro anos, pretende prospetar e inventariar os sítios arqueológicos do concelho, tendo como objetivo compreender a dinâmica de povoamento da região.

Desta forma se regista que os dados conhecidos no concelho das Caldas da Rainha têm sido, na sua maioria, provenientes de trabalhos que ocorrem num curto período temporal, não permitindo a profundidade necessária a uma interpretação cuidada das áreas onde se inserem. Dos trabalhos efetuados, será porventura exceção o Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha, ainda a decorrer. Ainda assim, este trabalho terá um *terminus*, sendo necessária, após a apresentação final dos resultados, a existência de um instrumento de gestão que possa continuar a estudar os sítios inventariados, promovendo a sua constante proteção e salvaguarda. A criação de um grupo de trabalho permanente seria, eventualmente, de se considerar, para evitar parte das situações de abandono referidas anteriormente.

3.2. OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO

Numa constância de sobrevivência comum a todo o globo, o homem, não só na região das Caldas da Rainha, mas em toda a Estremadura, terá primeiramente procurado grutas e abrigos que lhe permitissem aceder facilmente, no caso desta região costeira, às zonas de pesca.

Sendo a área onde se implanta o concelho tão rica neste tipo de ambientes, não será de estranhar que os vestígios que hoje se encontram se localizem próximos do mar ou em zonas limítrofes de braços de rio, como é o caso das grutas que se situam próximas da Lagoa de Óbidos e da Lagoa da Atouguia (Vasconcelos, 1914).

Prova deste tipo de povoamento, poderá ser também demonstrada por um machado em anfibolito polido e perfurado, que foi encontrado pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática em 1999, detetado no fundo da Lagoa de Óbidos numa ação de dragagens de emergência (*in* Portal do Arqueólogo, 2018).

Mais para o interior, o povoamento ter-se-á dado de uma forma diferente, optando as comunidades pela fixação em locais elevados, procurando proteção e uma posição privilegiada no caso de ataques inimigos, privilegiando-se a agricultura e a pastorícia em detrimento da pesca.

Aqui é possível enquadrar, nas Caldas da Rainha e sua envolvente, o povoado fortificado de Óbidos, os castros de Pragança, na Serra de Montejunto, e o já referenciado Castro de Santa Catarina (Duarte, 2008).

Avançando no tempo, as evidências romanas são escassas no concelho, não permitindo, com toda a certeza, avançar com um modelo de povoamento concreto que tenha ocorrido neste período.

Ainda assim, refira-se, a título de exemplo, alguns achados que atestam a presença romana nesta zona.

Em 1968 terá sido descoberto um bronze figurativo consagrado ao deus Neptuno. Consta que a peça terá sido vendido para Espanha por intermédio de um antiquário, desconhecendo-se, atualmente, o seu paradeiro (Almeida, 1968) (Figura 9).



Figura 9: Estatueta romana descoberta nas Caldas e vendida para Espanha, em 1968 (Almeida, 1968).

Existe ainda registo de quatro outras descobertas do período romano no concelho: a Ponte da Feteira e a Inscrição de Salir de Matos, ambas em Salir de Matos, a Inscrição de A-dos-Francos, na freguesia com o mesmo nome, e a Inscrição de Tornada, detetada na UF Tornada e Salir do Porto (CARACA, 2017).

No concelho vizinho de Óbidos, importa destacar a descoberta, em 1998, do *oppida stipendiarium Eburrobrittium*, município romano que configura, até à data, o sítio arqueológico romano mais importante da região.

Embora as evidências arqueológicas recolhidas até hoje, na sua maioria, sejam limitadas e revelem pouco acerca da presença romana da região, é possível referir que são os romanos, ao contrário dos modelos de ocupação anteriores, que iniciam a ocupação humana a meia encosta, estando assim mais próximos dos recursos naturais, construindo estruturas urbanizadas neste tipo de ambiente (Carvalho, 1991).

Mais tarde e durante a Idade Média, terão então existido dois modelos de ocupação distintos. Um, mais próximo da Lagoa de Óbidos, com ocupantes que privilegiavam a pesca e ali começaram a habitar permanentemente; um outro, onde habitavam as comunidades que dependiam da agricultura e que se estabeleceram mais para o interior.

Com a descida do nível das águas e consequente redução de dimensão da Lagoa de Óbidos e dos espaços lagunares limítrofes (Lagoa da Alfeizerão e Lagoa da Pederneira) a terra como que “recuou”, criando zonas de várzea fortemente irrigadas, favorecendo a prática da agricultura.



Figura 10: Várzea da Rainha (Óbidos) – Fotografia do autor.

Estas atividades foram privilegiando a fixação de pequenas comunidades na região que, quer ligadas à agricultura ou à atividade piscatória, se foram estabelecendo, contrariando muitas vezes as dificuldades que eram criadas pela própria acidentalidade do terreno, principalmente pela praticamente inexistente rede viária. A fertilidade das terras e a diversidade de fauna explicarão este tipo de fixação agro-pastoril, secundadas pelas artes e ofícios ligadas à terra e ao mar (Duarte, 2008).

É neste contexto que, no século XIII, encontramos a primeira referência ao lugar das Caldas, tendo iniciado nesse momento o seu caminho para se tornar na cidade de hoje em dia (Serrão, 2001).

3.3. FUNDAÇÃO E CRESCIMENTO

Muitas são as versões que têm como objetivo explicar a origem da povoação das Caldas da Rainha. Contudo, embora não haja um consenso relativamente à lenda fundacional, foi em 1485 que a Rainha D. Leonor fundou o Hospital Termal, iniciando deste modo o povoamento daquela zona.

Ainda assim, antes de uma abordagem à fundação e à influência que a monarca teve na evolução do lugar da Caldas, importa que nos debrucemos sobre os primeiros registos onde aparece referido o nome do lugar.

No que concerne à origem da povoação onde atualmente se localiza a cidade das Caldas da Rainha, temos um primeiro documento datado de meados de 200. Esta informação é-nos relevada por Ruy Azevedo, que atesta a existência de um testamento em que um D. Zoudo, proprietário da aldeia de Cornaga, hoje Tornada, terá deixado algumas terras “ (...) para os leprosos de Óbidos e para as Caldas, a futura cidade das Caldas da Rainha (...) ” (Azevedo, 1958).

Sensivelmente na mesma altura, em 1223, surge também um artigo no Livro de Compromisso da Gafaria de Santarém¹, onde dizia que “ (...) se o gafo ou gafa quiser hir em romaria ou aas calldas (...)”, ser-lhe-ia concedido o equivalente a doze dias de ração (Gomes, 1994).

Escasseando os documentos que atestem a categorização e caracterização do lugar das *calldas*, julgamos ser comumente aceite que, pelo menos desde a altura das referências citadas, existiria naquele sítio um balneário.

Este balneário poderia ser, sem dúvida, precário, não possuindo as condições de higiene e de legalidade convenientes, mas mantendo, porventura, uma gestão comunitária e deficitária. De documentação real e verdadeira é a única que existe. Ainda assim, refira-se que Frei Jorge de São Paulo² escreve que terão existido “ (...) nestes banhos, em tempos antigos, algum modo de hospital (...)”, admitindo que poderão ter existido e “ (...) deviam de estar com algum modo de tanque e abóbadas e algumas casas levantadas no circuito deles (...)” (Paulo, 1967).

¹ Por gafaria se entenda hospital de gafos, hospital de leprosos.

² Frei Jorge de São Paulo – Foi provedor do Hospital Termal e escreveu a obra “O Hospital das Caldas até ao ano de 1656”, onde conta a gestão do hospital e como era a vila das Caldas naquela época.

Esta referência poderá remeter para a existência de um antigo balneário ou termas, possivelmente romano, naquele local. Não havendo quaisquer vestígios arqueológicos detetados nas imediações ou nas fundações do atual hospital, pelo menos dos quais existam registos, admitimos que a informação cedida por Jorge de São Paulo possa constituir apenas uma lenda, carecendo de provas consideravelmente mais fortes.

Até Quatrocentos existe um vazio de informação relativo ao lugar das Caldas. Tanto os monarcas como as rainhas, fiéis frequentadoras da Casa das Senhoras Rainhas na Vila de Óbidos, não terão dado importância àquele pequeno lugar frequentado por leprosos e andrajosos.

É por esta altura, então, que é dado o primeiro sinal de que as chamadas “Caldas de Óbidos” estariam prestes a serem fixadas no mapa.

D. Afonso V, em 1474, outorga documento com certos privilégios e benesses a quatro homens, que se fixariam naquele lugar, plantariam vinhas e pomares, auxiliando os doentes que se deslocassem àqueles banhos com alimentação e hospedagem (Gomes, 1994). Esta data é uma marca chave na evolução do território, do ponto de vista da sua capacidade para atrair mais população e melhorar a sua economia.

Com este documento podemos referir, sem qualquer dúvida, que ao lugar das Caldas foi atribuída uma importância considerável, sendo premente para a coroa o melhoramento das estruturas e das condições gerais dos seus frequentadores.

Estávamos no final do século XV e era a Rainha D. Leonor, esposa de D. João II, que tinha a posse do senhorio de Óbidos desde 1482. Estando o lugar das *caldas* localizado nos limites das suas terras, logo a monarca tratou de melhorar as suas infraestruturas balneares, bem como as albergarias que hospedavam os enfermos (Serra, 1995).

As razões que terão levado a rainha a apaixonar-se, como vamos ver, pelas Caldas de Óbidos, continuam envoltas em constante dúvida. Aquela que é, maioritariamente, aceite por todos e até contada aos alunos das escolas do concelho, baseia-se na Lenda da Tornada.

A Rainha, durante uma viagem que realizou com o seu séquito entre Óbidos e a Batalha, terá passado por um local, as Caldas, onde alguns pobres andrajosos se banhavam em água quente e mal cheirosa. Curiosa, ter-lhes-á perguntado porque se banhavam naquelas águas, tendo-lhe os pobres respondido que estas eram curativas, melhorando todas as maleitas. Reza a estória que a rainha quis comprovar a veracidade destas declarações, tendo-se banhado também, havendo quem diga que para curar uma úlcera no peito. Ao passar pela povoação

de Tornada ter-se-á começado a sentir melhor, ordenando que se tornasse ao lugar das *calldas*, tendo nesse mesmo dia decidido construir um Hospital (Serra, 1995).

Outras teses existem, que referem que a decisão de construir um hospital e de assumir o controlo do lugar prendeu-se apenas com uma luta administrativa e territorial que ocorria, em Quatrocentos, entre os Coutos de Alcobaça e a Casa das Senhoras Rainhas (Duarte, 2008). A Casa das Rainhas ou Casa das Senhoras Rainhas foi uma instituição régia que tentou sempre aumentar o seu poder e âmbito de ação e a história regista esse facto.

Não havendo concordância na origem, no resultado esta existe, tendo-se mandado edificar um grande hospital, com igreja anexa, que pudesse, além de receber doentes dos lugares próximos, auxiliar enfermos de todo o Reino.

O Hospital e a Igreja foram dedicados a Nossa Senhora do Pópulo, nascendo assim uma instituição pioneira e original, sob a égide da Rainha D. Leonor. Paralelamente à fundação do Hospital é fundada também uma povoação, as Caldas da Rainha.

Depois da fundação do Hospital, tornou-se indispensável a fixação e aumento de população no mesmo local, o que fez com que fossem criados determinados benefícios, de modo a atrair pessoas àquela zona. O facto de os moradores não terem de pagar determinados impostos, como a jugada, oitavos, siza e portagem, fez com que as *calldas* fossem crescendo e prosperando (Duarte, 2008).

A expansão da vila foi feita em torno do Hospital Termal, tanto para Norte como para Sul do mesmo. As águas termais, suas propriedades medicinais e respetivo complexo termal, funcionaram como que um polo de fixação, o que culminou, em 21 de Março de 1511, com a atribuição do título de vila à povoação das Caldas por D. Manuel.

A vila foi crescendo ao longo dos anos, ganhando grande notoriedade, principalmente por culpa da frequência balnear de classes cultas e burguesas, que viam toda esta atividade como um assumir de posses, riqueza e estatuto social. Para tal contribuiu muito a presença do rei D. João V na vila. Assíduo frequentador dos banhos, veio reformar todas as infraestruturas em seu redor, dotando a vila de água potável, por intermédio de chafarizes comunitários, e operando outras mudanças, nomeadamente na descentralização do atual Largo da Copa, construindo e remodelando habitações na zona do Rossio, atual Praça da República ou Praça da Fruta (Serra, 1995).

Avançando no tempo, é durante o século XIX que acontecem mudanças significativas em Portugal a nível administrativo, nomeadamente com a criação dos distritos em 1835.

Esta reorganização geográfica fez com que as Caldas ganhassem mais protagonismo. Em sentido inverso, Óbidos estagna no tempo, não evoluindo (Serra, 1995).

Na segunda metade de Oitocentos, assistimos a um crescimento considerável na frequência termal, sendo criadas, inclusive, diversas estruturas para albergar os aquistas, tais como o Grande Hotel Lisbonense.

Também é aqui que, nascendo de uma parceria entre Ramalho Ortigão e Rafael Bordalo Pinheiro, é fundada a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, que se torna uma das principais fábricas do país.

É nesta época que, com uma elevada afluência às termas e com o crescimento no número de habitantes, tem lugar uma grande renovação nas infraestruturas municipais, nomeadamente com a ampliação da rede de esgotos e com o melhoramento do Rossio. Toda esta evolução contribuiu para o desenvolvimento dos negócios, da construção, da rede viária e da rede de transportes (Serra, 1995).

Todo este crescimento culmina, em 1927, com a elevação da vila a cidade.

No ano seguinte, com a aprovação do primeiro projeto de Planeamento Urbanístico, a gestão da *urbe* passa a estar a cargo da Câmara. Este plano, elaborado numa lógica de monumentalidade do espaço, dotou a cidade de espaços funcionais, impulsionando a atratividade e a fixação populacional (Fadigas, 2005).

Com a 2ª Guerra Mundial, a cidade recebeu muitos refugiados, o que permitiu que abrisse horizontes e mentalidades, modernizando-se. Contudo, esta modernização foi feita de forma pouco ordeira, desequilibrando a malha urbana nas últimas décadas, criando zonas periféricas alvo de alguma segregação (Fadigas, 2005).

Ainda assim, nos últimos anos, com a reabilitação de arruamentos e edifícios, principalmente no centro histórico, tem-se assistido a uma renovação da cidade, tornando-a mais atrativa e agradável para quem a habita e visita.

3.4. OS PATRIMÓNIOS DAS CALDAS

Referindo-nos ao património cultural, podemos dizer que se trata do conjunto de bens imóveis (monumentos, conjuntos e sítios), do conjunto de bens móveis (peças artísticas, etnográficas, científicas, arqueológicas, fotográficas, arquivísticas e outras) e intangíveis (tradições e expressões orais, práticas sociais, rituais e eventos festivos). Estes conjuntos de bens foram-nos deixados, ao longo dos vários séculos, como testemunhos de uma determinada civilização e, como tal, devem ser objeto de especial proteção e valorização, garantindo às gerações vindouras o seu usufruto (Mendes, 2012).

É neste sentido, que o património cultural em geral pode assumir um papel muito importante na criação da identidade de um indivíduo ou de uma comunidade.

Esta identidade é garantida e é criada através da memória, da habilidade que o ser humano tem de adquirir e armazenar informações no seu cérebro, na sua mente.

Além de ser possível ao Homem armazenar e guardar memórias, este tem, ao mesmo tempo, a capacidade de se lembrar delas, de ter reminiscências, relembrando-se de situações que viveu, lembranças essas que são criadas e armazenadas através de experiências que vivenciou.

O transporte mental para um determinado local proporcionado, simplesmente, por um odor ou por um *deja vue*, não é nada mais, nada menos, do que a memória a trabalhar. Esta memória é acionada pelos sentidos e ativada por intermédio de recordações, que podem ser pessoais ou coletivas, quer tenham sido vividas individualmente ou por determinado grupo (Figueiredo et al., 2017).

Em suma, pode dizer-se que a memória, se for trabalhada por uma série de mecanismos que acionem as recordações, pode fazer-nos transportar ao nosso passado, conseguindo fazer com que a herança cultural, como por exemplo as lendas, tradições ou costumes, possa viajar até aos nossos dias, não morrendo e permanecendo presente na identidade de determinada comunidade.

Individualmente, todos possuímos uma consciência, uma memória histórica que é proveniente das heranças dos nossos antepassados, que cria uma noção de pertença a um grupo ou comunidade.

Neste sentido, urge preservar estas memórias, sendo indispensável a manutenção deste património cultural como uma identidade singular de uma comunidade (Nunes, 2007).

A cidade das Caldas da Rainha e o seu concelho não são distintas das demais, possuindo uma memória, uma identidade própria, construída e alicerçada num vasto e diverso património que importa preservar, salvaguardar e, em última instância, devolver à comunidade por intermédio da divulgação.

A escolha das tipologias de património caldense que abordaremos de seguida prende-se, sobretudo, com um inquérito efetuado no âmbito deste projeto, que tinha como objetivo principal aferir a importância que os caldenses, na sua generalidade, dariam à criação de um centro de interpretação na cidade. Este inquérito será analisado no próximo capítulo deste projeto, servindo como uma das justificações para a criação do CICR. Ainda assim, refira-se que foi possível apurar, por intermédio da questão “Que temas considera mais pertinentes incorporar no Centro de Interpretação?”, que a maioria dos inquiridos escolheu as opções: património arqueológico, património histórico, património imaterial.

Não prendendo atenções em demasia nesta temática, até porque a mesma, como referido, apenas justifica a premência da criação do objeto principal desta dissertação, consideramos pertinente referenciar, de forma simples e seletiva, estas tipologias de património que, entre outras, atestam a riqueza cultural da área de estudo. De frisar que o património arqueológico do concelho será excluído desta análise, pois foi já devidamente mencionado no capítulo “Arqueologia do Concelho”.

3.4.1. PATRIMÓNIO HISTÓRICO

O termo “património histórico” encerra uma variedade de tipologias que nos obrigam à escolha de uma em particular, o património edificado.

O conceito de património edificado pode ser definido como um bem cultural, que é produzido por um determinado povo, representando dessa forma, da melhor maneira, o seu passado (Sousa, 1982).

Na cidade...

Numa abordagem ao património edificado da cidade das Caldas da Rainha, não podemos deixar de referir o Hospital Rainha D. Leonor, o Hospital Termal.

O Hospital Termal encontrava-se praticamente concluído no ano de 1483. Originalmente era composto por três espaços que formavam uma praça: o Largo da Copa. Cada um destes espaços tinha funções diferentes. Um deles constituía os aposentos da Rainha; o outro, central e o mais conhecido, albergava três piscinas, uma para os homens, outra para as mulheres e uma para uso pessoal da Rainha, a chamada Piscina da Rainha; o outro edifício destinava-se a habitação e a albergue, tanto para funcionários como para peregrinos, bem como para serviços administrativos do Hospital (Souza, 2005).

Até aos dias de hoje, o Hospital sofreu várias alterações, tanto na sua arquitetura como na sua política de gestão. Foi, é e continuará a ser o símbolo da cidade e o motivo maior pelo qual muitos visitam as Caldas da Rainha (Figura 11).



Figura 11: Fachada do Hospital Termal (Caldas da Rainha) – fotografia do autor.

Indissociável do Hospital é, sem qualquer dúvida, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo. Esta terá recebido a devida autorização para a construção em 1485, junto ao Hospital Termal, com a pequena particularidade da capela-mor ter sido erguida sobre uma das nascentes termais. A celeridade com que decorreu o processo de construção do templo só terá sido possível pela boa relação que a Rainha D. Leonor mantinha com o Cardeal D. Jorge da Costa (Nascimento, 2016). Dois anos volvidos, foi autorizada a sua abertura ao culto, sendo frequentada pelos utentes hospitalares. No ano de 1500 estariam concluídas as suas obras, tendo sido elevada a Igreja Matriz em 1510 (Figura 12).



Figura 12: Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Caldas da Rainha) - fotografia do autor.

A capela-mor possui abóbada de nervuras, sendo separada por um arco triunfal policêntrico. Um dos elementos interessantes e *sui generis* da Igreja é o tríptico quinhentista, pintado sobre madeira, que retrata a Paixão de Cristo. As paredes estão totalmente cobertas por painéis azulejares em tons azul e amarelo. Outro dos elementos que caracteriza a Igreja é a torre sineira, construída com o objetivo de se destacar na paisagem envolvente (Almeida, 1976).

Tendo sofrido algumas alterações e ligeiras obras de restauro, foi classificada como monumento nacional em 1910.

Do património edificado religioso, podemos enumerar ainda cinco elementos, dois que figuram ainda na malha urbana caldense, três que foram destruídos, permanecendo apenas a sua memória.

A Ermida do Espírito Santo localiza-se no atual Largo João de Deus, antigo Rossio das Vacas, a Este do Hospital Termal.

Quanto à sua data de fundação não estamos certos. No testamento de D. Zouido, referido no capítulo anterior, é citada a confraria do Espírito Santo. Esta teria, com certeza, um local de culto que alguns defendem ter sido a Ermida com o mesmo nome (Serra, 1991) (Figura 13).



Figura 13: Ermida do Espírito Santo (Caldas da Rainha) - fotografia do autor.

Por outro lado, na sua obra obra, Frei Jorge de S. Paulo refere que “(...) *da fundação desta Hermida não há noticia certa por mais diligencias que fiz com os homes Antigos da terra, e algus dizerem q o Boticaryo Pero Taborda a fundara por sua deuocão e pera sepultura sua, e como este Pero Taborda entrou no off.º no anno de 1552 deue de passar de cem anos sua fundação se o Taborda foy fundador porq.to o edeficio da Hermida demonstra mais annos, e assy me pairesse que se fundou nos pr.os annos desta Villa (...)*” (Paulo, 1967).

Segundo este excerto, depreendemos que, embora não seja dado como certo, a Ermida do Espírito Santo poderia ter sido construída por altura da fundação da vila das Caldas.

Não havendo consenso no que concerne à data de fundação do edifício, a verdade é que a Ermida do Espírito Santo terá tido bastante importância no culto dos fiéis, pois estava localizada em local privilegiado, perto do Hospital Termal e dos primeiros polos de fixação que surgiram na vila.

Quanto à arquitetura, a Ermida encontra-se inserida no estilo maneirista. Com planta longitudinal, a mesma possui uma nave com capela-mor, sacristia e alguns anexos.

No que concerne ao seu revestimento, encontramos azulejos com motivos padrão e outros com motivos ligados a santos da Ordem Terceira de São Francisco (*in* <http://www.monumentos.gov.pt>).

Seguindo em direção ao Rossio, na atual Praça da República, encontramos, no seu topo Norte, a Ermida de São Sebastião (Figura 14).



Figura 14: Ermida de São Sebastião (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.

Esta terá sido construída nos inícios do séc. XVI, pois as primeiras missas celebradas no templo terão tido lugar no ano de 1509 (Paulo, 1967).

A sua importância terá sido considerável, pois foi o primeiro edifício de culto a ser construído no Rossio, o centro económico da vila, onde se desenvolvia toda a vida social dos habitantes.

Ao nível arquitetural, as paredes da nave e capela-mor são totalmente revestidas de azulejos em azul e branco (à exceção de parte da parede sobre a porta principal), com cenas da vida de São Sebastião, atribuídos à parceria de Bartolomeu Antunes com Nicolau de Freitas. O seu altar está revestido por talha branca e dourada (Meco, 1985).

A mesma foi sujeita a diversas alterações, tais como a construção de um coro-alto, com conseqüente prejuízo do painel de azulejos, que estabelecia a comunicação por passadiço com as acomodações da Rainha, então existentes do outro lado do arruamento (Mangorrinha, 1993).

De património edificado religioso, ainda intacto, os exemplos anteriores são os únicos que nos restam.

Ainda assim, existem três memórias de três edifícios religiosos que existiram nas Caldas, não distando muitos anos na sua data de fundação, possuindo, com certeza, funções diversas e motivações diferentes para a sua construção.

Segundo Frei Jorge de São Paulo, a Ermida de São Silvestre teria sido construída ainda antes da fundação das Caldas.

O autor refere que a Ermida teria sido fundada por alguma Rainha ou até mesmo pela Rainha D. Leonor, antes da criação do Hospital, sendo o seu principal objetivo homenagear o Papa canonizado São Silvestre e os seus milagres, sendo muitas missas e romarias celebradas em seu nome (Paulo, 1967).

Quanto a informações acerca da sua arquitetura, decoração e revestimento não possuímos quaisquer dados. Contudo podemos concluir que, pelo aparecimento de duas colunas em pedra de dimensões consideráveis nas fundações do Museu do Hospital Termal e das Caldas e por antigas informações orais que colocavam a Ermida naquela zona, que o local de implementação daquele edifício religioso não teria sido longe do local onde hoje se encontra o átrio daquele Museu (Figura 15).



Figura 15: Palácio real (atual Museu do Hospital Termal e das Caldas)
(Caldas da Rainha) – fotografia do autor.

Aqui, reza a história, os doentes do Hospital deixavam as suas muletas e demais objetos, como forma de agradecer a Deus o facto de estarem curados.

A Ermida de São Silvestre terá sido demolida nos anos de Seiscentos, devido ao elevado estado de degradação em que se encontrava (Paulo, 1967).

A Capela de São Bartolomeu, outro dos edifícios destruídos, estaria localizada no adro de uma igreja, defronte da Enfermaria das Mulheres (Paulo, 1967).

Trazendo esta descrição aos nossos dias podemos colocar, meramente como hipótese conjectural, a Capela de São Bartolomeu no atual Largo do Conselheiro José Filippe,

comumente conhecido como Largo das Enfermeiras. Este está localizado entre o Largo Dr. José Barbosa e a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Figura 16).

Esta capela terá sido demolida no ano de 1740, devido à existência de quezílias entre a Administração do Hospital e o Reino, motivo pelo qual terá chegado a elevado estado de degradação (Paulo, 1967).

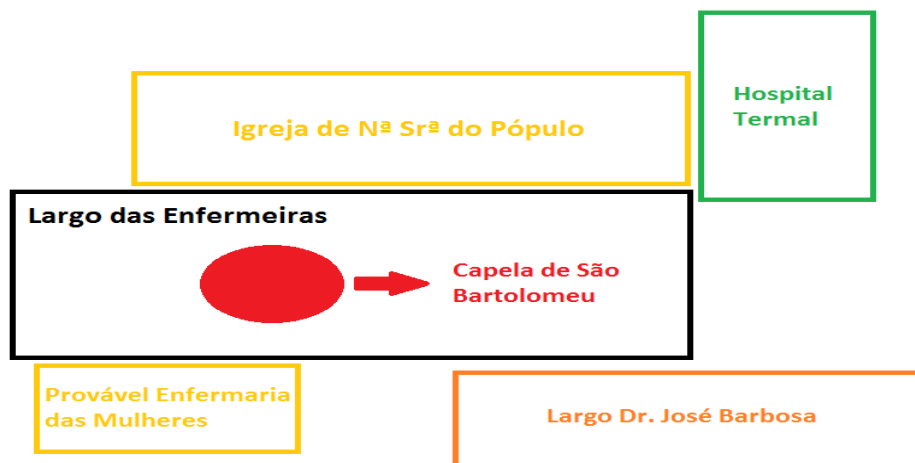


Figura 16: Croqui com a provável localização da demolida Capela de São Bartolomeu - elaboração própria.

Por último, refira-se a Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada outrora no topo Norte da Praça da República.

Foi construída em 1592, a pedido da Confraria de N^a Sr^a do Rosário, para que tivessem local de adoração e culto.

A importância que adquiriu deveu-se, sobretudo, ao facto de se encontrar no centro político, económico e social da Vila, o Rossio. Terá chegado até, segundo alguns autores, a Igreja Matriz da Vila (Gomes, 1994).

Desta capela possuímos algumas plantas que nos permitem, com alguma certeza, aferir a sua localização. Uma delas, e talvez a mais importante, foi executada por Laureano Joaquim de Sousa, aquando da construção de algumas acomodações no Rossio, em 1795, traçando-nos alguns dos edifícios que ali já existiam, entre eles a Capela de N^a Sr^a do Rosário.

Nesta planta é-nos dada com algum pormenor a própria arquitetura da Capela, tendo a mesma uma nave com 17 por 8,5 metros e abside com 6 metros de diâmetro na capela-mor, demonstrando assim alguma diferença em relação aos edifícios religiosos existentes (Figura 17).

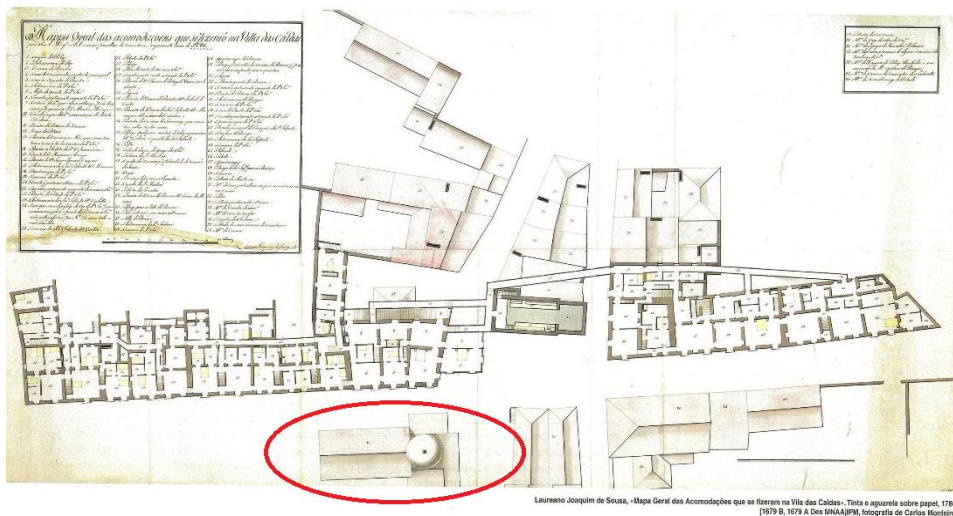


Figura 17: Mapa Geral das acomodações que se fizeram na vila das Caldas, Laureano Joaquim de Sousa, 1786 (Rodrigues, 2005). A vermelho, a Capela de Nossa Senhora do Rosário (adaptação própria).

Esta Capela, com o crescimento da Vila e pela crescente importância atribuída à Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, terá perdido alguma relevância, tendo sido demolida em 1835 conjuntamente com o Pelourinho da Vila (ao centro da Praça), aquando das obras de regeneração do Rossio.

Embora tenha sido demolida, a memória desta capela perdurou até aos nossos dias.

Durante as obras de regeneração urbana que tiveram lugar nas Caldas da Rainha desde 2011, foram detetados alguns vestígios arqueológicos conectados diretamente à estrutura da capela.

Aquando da execução de sondagens arqueológicas na Praça da República, por se tratar de um local com alta sensibilidade patrimonial, foi descoberto um número considerável de vestígios osteológicos e grande quantidade de azulejos que permitiram comprovar a existência da Capela de Nossa Senhora do Rosário naquele local, possibilitando a identificação de painéis azulejares que revestiam o seu interior (Figueiredo, 2014) (Figura 18).



Figura 18: Sondagens arqueológicas efetuadas na Praça da República (Figueiredo, 2014).

Muito do património edificado que é, ainda hoje, possível visualizar na paisagem urbana da cidade, deve-se à reestruturação urbana levada a cabo por D. João V. O monarca, confesso apaixonado pela cidade e pelas suas águas, iniciou uma reforma que se inseria num plano político maior de fornecer água às povoações (Mangorrinha, 1993).

Neste sentido, entre 1748 e 1751, são construídos três chafarizes na cidade: o chafariz das cinco bicas, o chafariz da estrada da Foz, o chafariz da Rua Nova. Inseridos no período barroco, todos eles apresentam características *sui generis*, que marcam uma época e que, por esse motivo, mereciam um cuidado maior quanto à sua conservação (Figura 19).

Ainda no âmbito das visitas de D. João V às Caldas, foram melhoradas e construídas habitações para albergar o seu séquito, sobretudo na zona do Rossio.

Estas remodelações fizeram parte de um plano de urbanização, nomeadamente com a construção de um novo edifício camarário, separado do Hospital Termal, bem como a Casa da Convalescença e outras melhorias efetuadas em igrejas e capelas da região (Mangorrinha, 1993)



Figura 19: Chafariz das cinco bicas (Caldas da Rainha) – Fotografia do autor.

Avançando para o século XIX, assiste-se a uma revolução na arquitetura da cidade, nomeadamente ao nível dos revestimentos das fachadas com azulejos e à construção de novos edifícios, ganhando a cidade para si o epíteto das “termas da moda”. A evolução da economia, alavancada pelos ideais da revolução industrial inglesa, modificou, de facto, as cidades.

Nas Caldas da Rainha, assistimos a uma alteração da tipologia das fachadas, tornando-as mais vistosas e despretensiosas, trazendo alegria às ruas e a quem passa, dotando a cidade de uma fisionomia típica de veraneio, voltada para uma classe privilegiada (Costa, 1993).

Muitos destes edifícios existem ainda na cidade, comprovando que os estilos adotados no séc. XIX – Romantismo e Arte Nova – estão de volta, sendo recuperados através de planos de restauro e salvaguarda públicos e privados.

Ainda durante o século XIX, assiste-se a uma reforma urbana e arquitetónica de grande vulto, dirigida por Rodrigo Maria Berquó. Este engenheiro viria a dotar a cidade de uma estrutura e traçado urbano vocacionado, sobretudo, para o termalismo, com a construção de novos edifícios e de um ícone que se viria a tornar célebre e nacional, a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (Figura 20).



Figura 20: Fábrica de Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.

Na importância da tradição cerâmica nas Caldas da Rainha não nos deteremos mais, referindo apenas que o seu obreiro, Rafael Bordalo Pinheiro, contribuiu para o renascimento do artesanato artístico da cidade, sendo uma das personalidades mais importantes e carismáticas da cerâmica nacional³ (Costa, 1993).

Durante a administração de Rodrigo Berquó, camarária e hospitalar, além das alterações urbanas nas principais artérias da cidade e das remodelações arquitetónicas nos edifícios do Hospital, é construído o edifício do Céu de Vidro, urbanizado o Parque D. Carlos I e erigidos os Pavilhões do Parque. Este último edifício, construído para albergar um novo hospital mas nunca funcionando como tal, constitui uma memória de uma ânsia em modernizar e aburguesar as Termas das Caldas que, por vários motivos, não se consubstanciou.

Ainda assim, o projeto inovador e aliciante de Rodrigo Berquó materializa-se no Parque D. Carlos I, no seu lago, na abertura de avenidas largas e frondosas, no melhoramento de edifícios e igrejas, na construção de teatros e lojas, contribuindo para uma ambiência ligeira, permitindo uma vivência de qualidade por parte de quem habita a cidade e de quem a visita (Figura 21).

³ A este propósito refira-se a Rota Bordaliana, circuito organizado e promovido pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha, que conta com réplicas à escala real de elementos cerâmicos criados por Rafael Bordalo Pinheiro, que é possível percorrer na cidade.

Ainda que existam outros elementos patrimoniais na cidade, intactos e na memória urbana, consideramos que os que referimos constituem exemplos marcantes de várias épocas que atravessaram a *urbe*. A sua construção é fruto de impulsos de regeneração e alteração da paisagem urbana, promovidos por fenómenos de ordem industrial e termal, tendo como objetivo a melhoria da cidade.

Ainda que estas mudanças tenham culminado, nalguns casos, em edifícios que se encontram em ruína e em deficitário estado de preservação, importa conservar a sua memória, alertando para os perigos da sua destruição, sensibilizando as gerações vindouras para a sua importância como parte integrante da história das Caldas da Rainha. Salvaguarda e divulgar estes testemunhos é, assim, um modo distintivo de fazer cultura cidadina.



Figura 21: Pavilhões do Parque D. Carlos I (Caldas da Rainha) - Fotografia do autor.

Nas freguesias...

Embora o património edificado na cidade das Caldas da Rainha seja aquele que é alvo de um estudo mais aprofundado ao longo dos anos, a verdade é que as várias freguesias do concelho têm também os seus monumentos, os seus elementos históricos e arquitetónicos mais marcantes, que espelham a realidade e o *modus vivendi* de uma Caldas mais rural que se pretende valorizar e potenciar (Figura 22).

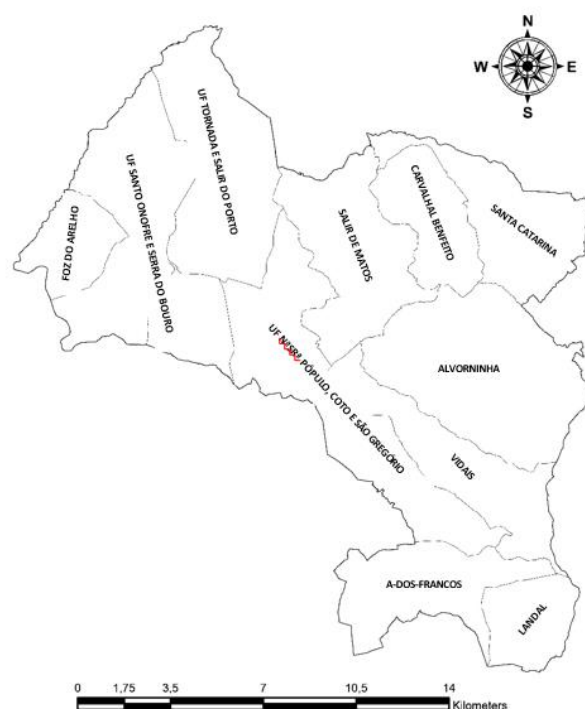


Figura 22: Mapa das freguesias do concelho das Caldas da Rainha - *Arcgis 10* - elaboração própria.

Em A-dos-Francos, por exemplo, encontramos alguns exemplares de arquitetura religiosa, como é o caso da Capela de Nossa Senhora da Conceição, possivelmente construída no século XVII mas já remodelada, a Capela de Santo António, a Capela de Santa Helena, a Capela de São Sebastião, ou a Igreja Paroquial de São Silvestre (Município das Caldas da Rainha, 2012) (Figura 23).



Figura 23: Igreja Paroquial de São Silvestre (A-dos-Francos) - *in* Gazeta das Caldas (26 de Janeiro de 2018).

É possível visitar ainda o Chafariz da Fonte Santa ou o Chafariz de Telhais, bem como a Fonte do Carvalho, todos restaurados mas mantendo alguns elementos originais como as pedras de lavadouro (Município das Caldas da Rainha, 2012).

No lugar dos Carreiros, encontramos o edifício da Mala Posta. Esta estação, construída em 1855, servia para muda e pernoita de cavalos e funcionários do serviço que unia Lisboa ao Porto. Com a inauguração da linha de caminho de ferro este serviço entrou em decadência, bem como a estação (Ferreira, 1946).

Seguindo para Alvorninha, considerada uma das mais antigas freguesias das Caldas da Rainha⁴, são de destacar três elementos patrimoniais: a Igreja de Nossa Senhora da Visitação; a Igreja da Misericórdia; o Solar da família Couto e Aguiar (Quinta de São Gonçalo), atualmente destruído (Pereira, 1989).

A primeira, terá sido construída em 1530, no reinado de D. Manuel, sofrendo um período de decadência no séc. XVIII, sendo restaurada entre o séc. XIX e XX.

Consagrada ao Espírito Santo, temos a Igreja da Misericórdia, construída em 1605, com revestimento azulejar azul e amarelo, típico desta época (Pereira, 1989).

De frisar ainda, a título de exemplo, a capela da Quinta da Cruz. Este edifício, embora recente, apresenta uma arquitetura invulgar, com um teto abobadado fazendo lembrar uma mesquita (Figura 24).



Figura 24: Capela da Quinta da Cruz (Alvorninha) - Fotografia do autor.

⁴ Informação obtida por parte de habitantes da freguesia, reivindicada, sobretudo, pelo topónimo “Alvorninha” poder ser de origem árabe. Na verdade, até ao momento, não é conhecida nenhuma evidência arqueológica que ateste a presença dos “mouros” na freguesia.

Ainda em Alvorninha, no lugar de Almofala, encontramos um conjunto de edifícios em ruína, nomeadamente a conhecida Casa de Almofala, que segundo Octávio da Veiga apresenta na sua estrutura um elemento em pedra da pré-história.

Avançando para a freguesia vizinha do Carvalhal Benfeito, é possível visitar a Igreja Paroquial no centro da povoação. Fundada em 1445 apresenta, à entrada, pedras tumulares removidas do seu interior com inscrições relativas a personalidade importantes da história da freguesia, como é o caso de Diogo Fernandes e de Gastão Coutinho (Município das Caldas da Rainha, 2012) (Figura 25).



Figura 25: Igreja Paroquial (Carvalhal Benfeito) - Fotografia do autor.

Nas imediações, embora atualmente em ruína, ergue-se a Quinta de D. Gastão. Esta conserva apenas um portal e algumas pedras originais reaproveitadas na atual fachada.

Nos restantes lugares do Carvalhal encontramos ainda várias capelas, tais como de Santana, a das Antas ou a da Cabeça Alta.

Nas freguesias vizinhas da Foz do Arelho e do Nadadouro é possível, também, encontrar exemplares de edifícios de várias épocas.

Naquela zona, é bem patente a influência que Francisco Grandella teve como empreendedor, nomeadamente mandando construir uma escola primária no Nadadouro e erigindo o edifício do atual INATEL, na Foz do Arelho. Mais antiga, do século XVI, será a Quinta de Nossa Senhora de Guadalupe ou Quinta da Foz. Além de albergar no seu interior uma capela, consta que possui um vasto espólio na área da escultura e pintura (Trancoso, 1994). Outro dos edifícios marcantes da Foz do Arelho é o Palacete Visconde de Moraes. Construído em 1904

e com uma localização privilegiada defronte a Lagoa de Óbidos, ostenta um arquitetura curiosa, típica de uma casa de veraneio inglesa (Figura 26).



Figura 26: Palacete Visconde de Moraes (Foz do Arelho) - Fotografia do autor.

Percorrendo a margem da Lagoa para Este encontramos a freguesia vizinha do Nadadouro. Aqui, ergue-se a Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso. Já restaurada, mantém apenas alguns elementos originais, tal como uma pia batismal e um altar mor. Além da escola primária, mandada construir por Francisco Grandela, encontramos bastantes exemplares de lavadouros, fontes e chafarizes que mantêm as suas estruturas de origem, como a Fonte da Bica ou o Lavadouro do Rio Novo da Arieira (Município das Caldas da Rainha, 2012) (Figura 27).



Figura 27: Escola primária do Nadadouro (Nadadouro) - Fotografia do autor.

Na Serra do Bouro, localidade que hoje integra a União de Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro, podemos visitar a Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, do século XVI, bem como o cemitério que lhe está adossado. Este cemitério tem a particularidade de possuir no seu interior um conjunto de campas provenientes de defuntos do naufrágio SS Roumania, vapor inglês que naufragou na Praia do Gronho, junto à “aberta” da Foz do Arelho, em 1892. Ainda hoje o cemitério é conhecido como Cemitério dos Ingleses (*in* <http://arlindo-correia.com/061010.html>).

Ao centro do concelho, na freguesia de Salir de Matos, existe um conjunto de edifícios interessantes que se podem incorporar no conjunto do Património Edificado.

Desde a Igreja Paroquial, consagrada a Santo António e com um interior azulejar riquíssimo, até às capelas e ermidas dos lugares da freguesia, como a Capela da Quinta do Formigal, a Capela de São Domingos ou a Capela da Torre, Salir de Matos está sobejamente marcada pela forte influência que os Coutos de Alcobaça tiveram nas suas construções e na sua evolução até hoje (Querido, 2007) (Figura 28).



Figura 28: Capela do Formigal (Salir de Matos) - Fotografia do autor.

Além destes templos religiosos, existem também algumas fontes, chafarizes e minas, comprovando a riqueza aquífera daquela zona.

Na freguesia de Santa Catarina, situada no limite Norte do concelho, encontramos a Igreja Paroquial e o Pelourinho, que se localiza na praça adjacente. A Igreja, consagrada a Santa Catarina, é de estilo barroco e destaca-se pela grande torre sineira. Terá sofrido várias alterações, possuindo o interior rico em talha dourada e em pintura (Figura 29).



Figura 29: Igreja paroquial (Santa Catarina) - Fotografia do autor

Existem ainda outros elementos de relevo na freguesia, tais como o Chafariz da Vila, a Capela do Casal da Coita, a Capela e Cruzeiro do Casal da Marinha e a Quinta da Ferraria. Seguindo para Oeste, em direção ao mar e à “concha” de São Martinho, encontramos a União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto. Estas duas localidades possuem um vasto património edificado, não só religioso, mas também das águas, com as suas fontes, chafarizes e mães de água, características de uma zona tão próxima do Oceano Atlântico e que, outrora, teria estado alagada pela Lagoa de Alfeizerão (Município das Caldas da Rainha, 2012). Em Tornada, por exemplo, é possível visitar a Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, que terá sido construída no século XV, embora tendo sido restaurada recentemente. Na localidade de Salir do Porto, além da sua Igreja Matriz, existem outros elementos patrimoniais de interesse, como é o caso da Alfândega, do Castelo ou da Capela de Santana, localizada no promontório sobranceiro à grande “concha” de São Martinho (Figura 30).



Figura 30: Alfândega (Salir do Porto) - Fotografia do autor.

Continuando este breve resumo acerca do património edificado do concelho, centremo-nos agora nas antigas freguesias do Coto e São Gregório, atualmente pertencentes à União de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório.

A Capela de São Jacinto, no Coto, apresenta um interior bastante rico, sobretudo devido ao esforço de D. João V em melhorar várias capelas e ermidas espalhadas pelo concelho (Mangorrinha, 1993).

A Igreja Paroquial, por outro lado, possui um arquitetura mais simples, tendo sido construída em 1610, quando foi criada a Paróquia do Coto.

Em São Gregório é possível destacar a Capela de São Sebastião e, ainda, um conjunto de lagares e de moinhos de ferro que caracterizam a freguesia (Município das Caldas da Rainha, 2012).

Terminamos esta análise nas freguesias de Vidais e Landal, a Sudeste da cidade das Caldas da Rainha.

Nos Vidais podemos destacar o Arco da Memória, réplica de um arco mandado construir por D. Afonso Henriques, aquando da expulsão dos mouros daquele local, a Capela da Rabaceira e a Capela de Crastos (Albuquerque, 1994) (Figura 31).



Figura 31: Arco da Memória (Vidais) - Fotografia do autor.

Na freguesia existem vários conjuntos arquitetónicos que terão tido grande valor e imponência mas que, atualmente, se encontram em ruína, como é o caso do lugar de Crastos ou da Quinta dos Bogalhos.

Por último, no Landal, é possível visitar a Igreja Paroquial do Divino Espírito Santo, datada do século XVI, ou a Igreja de Santa Susana, no lugar com o mesmo nome. Na freguesia existe ainda um número considerável de minas, fontes e chafarizes, tais como o Chafariz de Santa Susana, o Fontanário dos Casais da Serra ou a Mina de água do Landal (Município das Caldas da Rainha, 2012).

Ainda que não tenha sido possível enumerar todos os elementos patrimoniais com interesse, fica bem patente o grande conjunto patrimonial edificado que existe no concelho. Nesta breve análise não foi possível incorporar os moinhos da região pelo elevado número de exemplares que existe. Ainda assim, um inventário efetuado e publicado recentemente pelo Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha, intitulado “Moinhos das Caldas da Rainha”, atesta a existência de 86 moinhos espalhados pelos vários lugares do concelho (Figueiredo et al., 2018).

Em suma, todos estes monumentos contam a história das freguesias, merecendo ser divulgados, tornando possível a criação, até, de projetos de restauro e renovação, que permitam a manutenção destes nos anos vindouros.

3.4.2. PATRIMÓNIO IMATERIAL

Em termos gerais, o património imaterial é um dos componentes de uma memória coletiva e identitária, que é transmitida através do *modus vivendi* de um determinado povo ou de uma determinada comunidade (Sant’Ana, 2006).

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial reforçou os deveres dos estados-membro de conservar esta categoria de património e especificou a forma como este deve ser salvaguardado (UNESCO, 2003).

De uma forma simples, o património imaterial pode englobar tradições orais, expressões e manifestações artísticas, práticas sociais, rituais festivos, tradições, lendas e costumes, gastronomia, entre outros.

Estes elementos são transmitidos de geração em geração ao longo dos séculos e são eles que atestam a diversidade cultural de um país, de uma região, de uma localidade.

Neste sentido, abordaremos seguidamente, de forma breve, esta tipologia de património nas Caldas da Rainha, seleccionando algumas tradições, lendas, festividades e costumes, que dotam o concelho de um rico património imaterial que urge preservar.

Na cidade...

Conta-se nas escolas e é a principal lenda fundacional das Caldas da Rainha. Reza a estória que a Rainha Dona Leonor viajava de Óbidos para a Batalha, no Verão de 1484 e que, ao passar pelo sítio da Copa, onde hoje se encontra o Hospital Termal, reparou num grupo de plebeus a banhar-se em águas quentes e enlameadas. Curiosa, terá indagado os banhistas, que lhe responderam dizendo que aquelas águas eram milagrosas e curativas. Como a Rainha tinha um problema de pele ter-se-á banhado nas águas, curando-se.

Terá sido por esse motivo que mandou construir o Hospital Termal e, por consequência, fundado um primeiro aglomerado populacional, que daria lugar às Caldas da Rainha, como referido anteriormente.

Desde então, a cidade foi adquirindo e amadurecendo os seus costumes, criando tradições ancestrais que se poderão configurar no domínio do património imaterial.

Na área da cerâmica, já existiriam oleiros na cidade das Caldas da Rainha em 1576, conhecendo-se alguns nomes de oleiros da época, tais como Domingos Fernandes, Lucas Marques ou António Rodrigues (Gomes, 1991).

As peças que estes produziam, sobretudo para uso no Hospital Termal, tinham várias funções, nomeadamente relacionadas com funções domésticas, como cozinhar, guardar alimentos, ou com funções de farmacopeia, principalmente com recipientes para guardar medicamentos (Horta, 2014).

Com o passar dos séculos, esta tradição dá lugar a produções artísticas distintas, nomeadamente com a cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro, com os falos das Caldas ou com os revestimentos cerâmicos com a influência da arte nova. Estes exemplares cerâmicos, entre outros, constituem uma tradição transversal à história das Caldas da Rainha. Os oleiros e as suas produções são um testemunho do património imaterial da cidade, auxiliando a identificar os seus aspetos do quotidiano, dando conta do meio onde os próprios artistas viviam (Queirós, 1907).

Outra das tradições proliferadas desde o século XV é a realização de um mercado diário, ao ar livre, de frutas e produtos hortícolas, a Praça da Fruta. A região das Caldas é, por natureza, uma zona com bons campos para a produção de azeite, vinho e cereais, tendo esse fator contribuído para que, desde cedo, agricultores viessem à cidade para vender os seus produtos (Mangorrinha, 1993). Terá sido neste âmbito que surgiu este mercado diário, onde se vendiam os produtos da região e, também, a cerâmica caldense. Esta tradição perdurou até aos nossos dias, tornando a Praça da Fruta um dos principais motivos pelos quais a cidade recebe mais visitantes.

Quando falamos de tradições não podemos deixar, ainda, de referir a doçaria típica caldense, constituída pelas cavacas, os beijinhos, as trouxas de ovos, vendidos nas pastelarias típicas do centro da cidade (Figura 32).



Figura 32: Vendedeiras de Cavacas - Postal ilustrado - Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha.

Outros exemplos pautam ainda a vivência da cidade, tais como as tradicionais corridas de toiros, os bordados das Caldas, desenvolvidos ainda pelas Bordadeiras das Caldas, as regatas no Parque D. Carlos I ou a Feira do Cavalo Lusitano.

Com maior ou menor antiguidade, muitos são os elementos que se podem incorporar no património imaterial da cidade. Como tal, todos eles são merecedores do devido estudo e análise, aferindo a sua importância para o património cultural do concelho.

Nas freguesias...

São vários os elementos patrimoniais que caracterizam as freguesias. Muitos estão intimamente ligados à religião católica. Outros falam de lendas e de moiras encantadas que terão habitado a região, criando tradições e costumes seculares.

Em A-dos-Francos, por exemplo, as vindimas são uma verdadeira tradição, sendo efetuadas ainda segundo os preceitos antigos. Neste sentido, são utilizadas tinas em madeira e cestos de palha onde são colocadas as uvas que dão depois origem aos vinhos da freguesia.

Durante as colheitas têm também lugar as adiafas. Este costume consta de uma mostra de gastronomia da região que é acompanhada de música e baile, mantendo-se viva esta tradição há muitos séculos. Nestas festividades vão-se contando estórias e lendas que vão ficando no imaginário dos habitantes de A-dos-Francos. Conta-se a lenda da gruta de A-dos-Francos, que se localizará por debaixo da Capela de Nossa Senhora da Conceição e que terá um túnel que desemboca no lugar de Vila Verde. Muitos terão tentado percorrê-lo, tendo voltado para trás ou perecido (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Indaga-se, também, acerca da veracidade da estória das Heresias. Segundo os habitantes de A-dos-Francos, as imagens sagradas de pedra da Igreja de Vila Verde de Matos foram em tempos utilizadas, por algumas pessoas, para fazer peso nos arados para amansar os campos. Quem praticava este ato era considerado herege e castigado por tal afronta a Deus (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Na freguesia de Alvorninha, mantêm-se ainda muito presentes alguns costumes relacionados com a agricultura, nomeadamente espelhados nos ranchos folclóricos, no artesanato e na própria gastronomia, onde a matança do porco ou o serrar da velha são ainda prática muito comum (Município de Caldas da Rainha, 2012).

A este respeito, refira-se uma publicação amadora editada pela Junta de Freguesia de Alvorninha, que compila um cancionero popular com músicas, cantos, poemas e dizeres daquela população (Pereira, 1989).

Os vinhos são também muito famosos, principalmente os produzidos no lugar dos Maios. Quanto a lendas, existe uma em particular que, acreditam os habitantes da freguesia, poderá estar na origem do lugar de Almofala.

Conta-se que, naquele sítio, existia uma árvore de grande porte, um álamo, onde eram julgados e executados os criminosos.

Certo dia, quando o carrasco se preparava para iniciar uma execução, pareceu-lhe ouvir uma voz de dentro do álamo. Curioso com a situação, terá gritado “Álamo, fala!”. Reza a lenda que o álamo terá respondido, dizendo o nome do verdadeiro culpado do crime e ilibando o inocente que ia ser executado. Pela tradição oral pensa-se que a localização do álamo corresponderá à atual Rua do Almo.

A junção dessas duas palavras – “álamo” e “fala” – terá dado origem ao nome do lugar: Almofala. O lugar de Almofala é considerado por muitos habitantes da região como um dos mais antigos do concelho das Caldas da Rainha (Pereira, 1989).

Seguindo para a freguesia vizinha do Carvalhal Benfeito, conta-se a estória da origem do topónimo da freguesia.

Conta a lenda, que o topónimo “Carvalhal Benfeito” terá surgido devido à existência de uma prisão no lugar onde existiam muitos carvalhos. Quando alguém era preso, os habitantes da terra exclamavam “Vais para o Carvalhal? Bem feito!”. Terá assim nascido o nome desta freguesia das Caldas da Rainha.

Outra das lendas, que se vai transmitindo de geração em geração, prende-se com a existência de um túnel antigo entre a Igreja e o vale. Na verdade, durante as obras de restauro nenhum vestígio foi encontrado (Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto CARACA).

Quanto a romarias e festas, estas são prósperas em todos os lugares da freguesia, destacando-se a Festa de Nossa Senhora das Mercês, padroeira do Carvalhal, em Agosto.

Na gastronomia, o Carvalhal Benfeito encontra-se bem defendido, constando das ementas da freguesia o Frango à D. Gastão, o Bacalhau à D. Gastão e outras especialidades que são confeccionadas, da mesma forma, há muitos séculos (Município de Caldas da Rainha, 2012). Nas freguesias vizinhas da Foz do Arelho e do Nadadouro, as tradições e costumes estão intimamente ligadas à Lagoa de Óbidos.

Esta relação reflete-se, por exemplo, no uso de trajes típicos para a prática da pesca ou da mariscagem, bem como na utilização de aparelhos piscatórios artesanais.

Além das festas em honra dos seus respetivos padroeiros, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Bom Sucesso, cumpre-se a tradição secular de realizar uma procissão noturna com os barcos da Lagoa de Óbidos. Todos os anos se reúnem várias embarcações de mariscadores, pescadores e habitantes das povoações mais próximas das margens da Lagoa, indo em romaria desde o braço da Barrosa até ao Cais da Foz do Arelho. Aqui é

realizada uma missa ao ar livre, onde todos se encontram com velas acesas, seguindo depois a procissão para a Igreja da Foz do Arelho (*in* Jornal das Caldas, 14 de Junho de 2017).

No campo das lendas, muitas existirão. Ainda assim, de destacar a Lenda do Cruzeiro do Vale da Ponte, presente ainda no imaginário de muitos habitantes da Foz do Arelho. Um cavaleiro, possivelmente da Ala dos Namorados e desertor da Batalha de Aljubarrota, terá tentado passar a cavalo por um pequeno ribeiro. Infelizmente o riacho seria demasiado fundo, tendo-se este ali afogado. Para perpetuar a memória de tão nefasto acontecimento ter-se-á mandado construir o dito cruzeiro (Umbelino, 2006).

Na gastronomia, os pratos servidos estão diretamente relacionados com a lagoa e com o mar, sendo possível destacar as caldeiradas, as ameijoas e os berbigões, as enguias fritas ou o bacalhau dourado (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Seguindo para Norte, junto ao litoral, encontramos a freguesia da Serra do Bouro (União de Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro).

A padroeira do lugar é Nossa Senhora dos Prazeres, que terá sido obreira de um milagre junto à costa. Segundo a lenda, a imagem da santa terá aparecido junto a umas rochas, no mar, tendo nesse mesmo dia rebentado uma fonte de água potável nesse mesmo local. À fonte é dado o nome de Fonte Santa, devido às suas supostas águas medicinais que curarão quem as utilizar (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Na freguesia são também típicas as festas e romarias, nomeadamente a festa anual em honra de Nossa Senhora dos Prazeres.

Na gastronomia, há tradições que ainda se mantêm, tais como a ceia da matança ou a sopa de bacalhau (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Em Salir de Matos, além das várias festas e romarias que ocupam os habitantes da região, principalmente no Verão, encontramos registadas várias estórias e lendas típicas que poderão ter, porventura, algum fundo de verdade. Refiram-se alguns exemplos.

A Rainha D. Leonor terá passado no lugar que é hoje conhecido como “Guisado” (lugar de Salir de Matos), onde estariam a confeccionar algum prato típico. O cheiro seria tão agradável que a mesma terá exclamado “Que belo guisado!”, batizando assim o sítio.

Outras das lendas contadas é a Lenda de Santo Amaro. Reza esta estória que existiria uma ermida em Santo Amaro, hoje destruída, com uma imagem do santo em pedra. Esta terá sido utilizada por um agricultor para fazer peso sobre a grade com que remexia o terreno. A partir

desse momento o sítio de Santo Amaro terá sido amaldiçoado, pois nunca deixou de haver coxos naquele lugar (Querido, 2007).

Por último, refira-se a Lenda da Maria do Carmo, habitante de Salir de Matos, que terá mandado matar o marido, contratando um homem que o assassinou durante a noite por asfixia. Embora não tenha havido sangue derramado, conta-se na aldeia que sempre que alguém tenta remover as manchas de sangue do soalho, estas se avivam, não havendo água nem sabão que as apague (Querido, 2007).

Os costumes e tradições da freguesia são também curiosos. Por exemplo, no dia de Santo António fazia-se uma boneca do tamanho de uma mulher pequena, que era queimada à meia-noite. Enchia-se de papéis e era vestida com jornais e papéis. A boneca era pendurada num pinheiro, colocando-se-lhe por baixo rosmaninho seco e pegando-lhe fogo. O povo juntava-se para assistir, fazendo versos e cantando canções (Município de Caldas da Rainha, 2012). Outro dos costumes, este mais antigo e remontando, possivelmente, ao reinado de D. Afonso Henriques, tratava-se de uma prática recorrente entre os monges de Cister e os monarcas portugueses. Quando estes últimos se deslocavam até ao Mosteiro de Alcobaça, entidade responsável pela área onde hoje se implanta a freguesia de Salir de Matos, eram brindados pelos monges com um par de sapatos ou botas à escolha do monarca. Esta tradição terá caído em desuso durante alguns anos, tendo sido restabelecida por D. João IV (Querido, 2007).

Na freguesia de Santa Catarina refira-se uma das práticas ancestrais e que é, hoje, em dia, uma das marcas identitárias daquele lugar, a cutelaria. O fabrico de facas, navalhas, espadas, é um *ex-libris* da região, sendo até alvo de disputa quanto à sua origem, nomeadamente entre a Benedita e Santa Catarina.

Quanto a lendas e estórias antigas, aquelas que se contam estão, na sua maioria, relacionadas com a presença dos “mouros”. Embora a ocupação humana por parte dos muçulmanos não esteja comprovada naquela região, refira-se, a título de exemplo, a estória da Mata de Porto Mouro. Aqui, onde há séculos o mar chegaria, terá existido um porto, no qual atracavam pequenas embarcações de baixo calado, fazendo a ligação à comunidade moura que existiria no local. Na verdade, não foi descoberta até à data qualquer evidência arqueológica que comprove esta afirmação (Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto CARACA). A força do ideário do povo está bem presente nestes exemplos da memória e identidade coletiva.

Na freguesia da Tornada (União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto), além da lenda fundacional, já referida quando mencionámos a origem da cidade das Caldas da Rainha, podemos referir as tradições folclóricas.

Promovidas, sobretudo, pelo Rancho Folclórico e Etnográfico do Reguengo da Parada, as tradições como os cantares, os trajes, ou a produção cerâmica estão intimamente ligados à freguesia.

As romarias e festas são muitas ao longo dos anos, dando-se destaque àquelas realizadas em homenagem a São Brás, protetor da freguesia (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Seguindo para o litoral, encontramos a freguesia de Salir do Porto (União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto).

Aqui, detemo-nos no chamado Monte do Castelo, onde existem vestígios de um antigo forte ou estrutura de proteção. A esta construção estão associadas várias lendas contadas pelos fregueses de Salir, relacionadas sobretudo com túneis e tesouros antigos, histórias de piratas e corsários (*in* <http://www.porcaminhosdecister.blogspot.com>).

Na gastronomia típica, encontramos pratos com direta conexão ao mar, tais como o arroz de marisco e a massa ou cataplana de peixe.

Quanto às festas, feiras e romarias, estas realizam-se, na sua maioria, no Verão, tais como a festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Salir do Porto, ou a Feira de Santo António (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Continuando esta exposição acerca de alguns exemplos de património imaterial presentes no concelho das Caldas da Rainha, olhemos agora para as freguesias do Coto e São Gregório (União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório).

No Coto podemos assistir a várias festas e romarias, nomeadamente a festa em honra de Nossa Senhora dos Anjos ou a Festa do Chouriço, muito populares entre os habitantes da região.

Nesta freguesia mais interior, os pratos típicos são mais consistentes, tais como o borrego ou leitão assado no forno (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Na freguesia de São Gregório existem dois núcleos museológicos que se têm dedicado à manutenção dos costumes e tradições: o Museu Etnográfico do Rancho Folclórico “As Ceifeiras” e o museu particular da família Mapril. Com um considerável espólio constituído por documentos e utensílios relacionados com as atividades da freguesia (agricultura,

cestaria, cerâmica e outros), estes têm contribuído para que estas memórias perdurem no tempo (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Além das festas e romarias tão típicas desta região, refiram-se, a título de exemplo, algumas lendas transmitidas oralmente entre a população de São Gregório, ao longo de vários séculos. Conta-se que, aquando da invasão francesa, os soldados investiram sobre os terrenos da freguesia de São Gregório, tendo as pessoas fugido para a floresta, para o lugar das Raposeiras. As crianças, famintas de fome, choravam. Os pais, com receio dos franceses ouvirem exclamavam: “Shiu, vêm aí os franceses”. Esta expressão perdurou até aos nossos dias, sendo ainda utilizada em tom de aviso pelas famílias, quando uma criança tem um comportamento inadequado (Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto CARACA).

Outra das lendas está relacionada com uma fonte, a fonte da moira. Uma moira encantada, quando decorria a reconquista cristã, terá passado por São Gregório, refugiando-se no local hoje denominado “Fonte da Moira”. Esta fonte constitui, na verdade, uma mina de água afeiçoada que tem sido restaurada ao longo dos tempos (Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto CARACA).

Quanto à freguesia dos Vidais, esta é fértil em festas típicas, tais como aquelas que acontecem no Verão no lugar da Carrasqueira ou no lugar de Casal do Rei.

A cestaria em vime possui também uma grande tradição nesta localidade, prática aliás comum e transversal a várias freguesias do concelho.

Quanto à gastronomia típica e ancestral, destacam-se as misturadas e o magusto com bacalhau, pratos típicos confeccionados pelos habitantes da freguesia (Município de Caldas da Rainha, 2012).

Terminamos esta pequena viagem pelo património imaterial do concelho na freguesia do Landal.

Aqui, é de referenciar o lugar de Santa Susana e a lenda que terá dado origem ao lugar e à sua feira secular. Reza a lenda que Santa Susana terá aparecido, como por milagre, num zambujeiro que ali existia. No local do aparecimento terá sido mandada construir uma capela consagrada à santa, fundando o lugar e dando origem, posteriormente, a uma grande feira. Nesta feira são vendidos, ainda hoje, produtos e animais, fazendo-se e cumprindo-se também promessas em honra de Santa Susana (Município das Caldas da Rainha, 2012).

Muitas outras lendas, de moiras encantadas e locais misteriosos, estão também associadas ao Landal, nomeadamente à Serra de Nossa Senhora de Todo o Mundo, onde dizem que estarão escondidos inúmeros potes de ouro (Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto CARACA).

Existe ainda no Landal um museu, associado ao Centro Comunitário do Landal, onde é possível conhecer algumas ferramentas típicas utilizadas pelos trabalhadores agrícolas desde o início do século XX.

É ainda obrigatório referir a grande produção de aves, principalmente da codorniz, dando até origem a um festival que se realiza anualmente. Na gastronomia é também muito afamado o pão-de-ló do Landal, fruto de uma receita secular.

Não sendo nosso objetivo fazer, no âmbito do tema desta dissertação, uma análise aprofundada acerca do património imaterial do concelho, terá ficado bem patente a sua importância e a necessidade de um estudo extenso e intensivo, que permita a valorização destas tradições e destes costumes, perpetuando as suas memórias no tempo.

4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS CALDAS DA RAINHA

4.1. CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Como ficou patente na análise efetuada no capítulo anterior desta dissertação, o património das Caldas da Rainha, existente na cidade e nas suas freguesias, é de grande valor e de uma pluralidade considerável, conferindo à área sobre a qual nos debruçamos uma importância cultural que urge preservar, dinamizar e divulgar.

Neste sentido e previamente a uma análise mais aprofundada acerca do projeto que se pretende executar, é necessário abrir uma panorâmica acerca das formas de gestão de património utilizadas, nomeadamente dos centros de interpretação, explicando do que tratam e de que forma poderão constituir uma ferramenta importantíssima para a divulgação.

Possivelmente alicerçado numa economia e numa livre circulação de pessoas mais facilitada, que se desenvolveu nos últimos anos, o crescimento do turismo cultural tem sido enorme. A procura pelo património cultural fez com que fossem criadas novas e apelativas ferramentas de gestão, que pudessem ir de encontro às necessidades do público (Barrocas, 2015).

Nesse sentido, houve um grande investimento económico, principalmente do setor público, por intermédio de fundos comunitários, na tentativa de criar formas de interpretar o património cultural (Barrocas, 2015).

Todas estas formas de interpretar o património devem assentar em três pilares fundamentais: Pilar I - Conhecer / Investigar; Pilar II - Proteger / Conservar; Pilar III - Valorizar / Divulgar. Só deste modo é possível que sejam criadas estruturas que acolham e interpretem o património, devolvendo-o a quem as visita (Lacerda, 2001) (Figura 33).

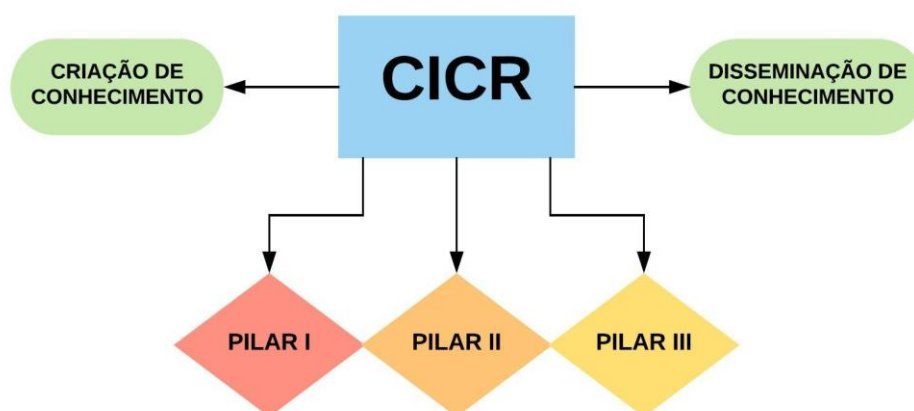


Figura 33: Esquema com a estrutura da interpretação patrimonial que se pretende utilizar no Centro de Interpretação das Caldas da Rainha - elaboração própria.

É com estas prerrogativas que têm surgido, nos últimos anos, vários centros de interpretação em Portugal.

Com o objetivo de fornecer ao público uma experiência diferente da perspetiva clássica de visita, os centros de interpretação têm-se assumido como pilares fundamentais na relação com as comunidades de determinado lugar.

A opção pela divulgação do património, por intermédio destas unidades, constitui um enorme avanço, permitindo oferecer ao visitante uma perspetiva completamente diferente do local onde habita, possibilitando ao mesmo que o interprete de uma forma simples e intuitiva.

Estes instrumentos permitem a gestão dos bens culturais e patrimoniais, fazendo coincidir no mesmo espaço e no mesmo conceito, as vertentes museológica e educativa. O facto de não se cingirem apenas à exposição de um determinado espólio, mas também ao ensino, à educação e à divulgação para a comunidade, faz com que a interpretação se torne mais simples e facilitada (Barrocas, 2015).

A interpretação das várias tipologias de património não se afigura, muitas vezes, simples, sendo necessária a criação de elementos que possam intermediar essa mesma interpretação (Pontes, 2009).

Assim, estes espaços podem ser vistos como uma forma de revelar significados através de objetos originais, experienciados pelos visitantes, por intermédio de vários meios interpretativos, ao contrário da simples e clássica comunicação de dados factuais (Tilden, 1957).

Para uma maior fruição e entendimento por parte dos visitantes, a atividade interpretativa deve ter em conta seis princípios basilares: a interpretação tem de estar adaptada às características dos visitantes; a informação em si, não é interpretação; a interpretação conjuga várias artes; o principal objetivo da interpretação é provocar; deve preferir o todo ao invés das partes; as abordagens escolhidas devem ter em conta as faixas etárias a afetar (Melo, 2014).

Além dos conceitos inerentes aos centros, estes têm primado pela aposta em mecanismos lúdicos e interativos, guiando o visitante numa experiência moderna e inovadora, criando no mesmo sensações que, de uma forma mais simples, são captadas e apreendidas.

4.2. JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Interpretação das Caldas da Rainha surge da necessidade de criar um espaço onde estejam congregadas as várias tipologias de património cultural, permitindo efetuar a sua recolha, o seu estudo e interpretação, divulgando-as ao público.

A primazia que se pretende dar ao estudo da arqueologia e, por consequência, à ocupação humana da região, prende-se com a lacuna identificada nesta área de estudo.

Como abordado no referencial teórico desta dissertação, os trabalhos na área da arqueologia, principalmente até ao ano de 2017, são escassos e seletivos, não permitindo a criação de uma imagem de conjunto do concelho. Frise-se ainda, que muito do espólio arqueológico, proveniente de intervenções arqueológicas efetuadas nas Caldas da Rainha, encontra-se disperso por museus e arquivos de todo o país. Ora, com a criação do CICR, porventura seria possível encetar contactos com essas entidades, desenvolvendo esforços para que esse património pudesse retornar ao concelho e ser devolvido aos caldenses, numa rede colaborativa efetiva.

Mais recentemente, com o trabalho desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Tomar, em parceria com o Município das Caldas da Rainha e a Associação CAA Portugal, no Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha, tem sido possível colocar a descoberto algumas evidências arqueológicas importantes, revelando que o concelho das Caldas da Rainha tem ainda muito por descobrir.

Neste sentido, é também importante a implementação do CICR, como um instrumento de gestão, com valências de estudo e acondicionamento dos materiais que têm vindo a ser descobertos, assegurando um acompanhamento científico adequado.

Sendo o património arqueológico aquele que nos propomos estudar com maior profundidade, não excluimos, com toda a certeza, as outras tipologias de património que dotam o concelho de uma enorme riqueza.

Assim, desenvolvemos um inquérito na plataforma *Google Forms*, que tinha como objetivo aferir a importância que a criação do CICR teria para a conservação e preservação do património cultural das Caldas da Rainha, bem como perceber que tipologias de património constam das preferências dos inquiridos. Estas questões foram colocadas *on-line*, através da rede social *Facebook*, nalguns grupos com membros das Caldas da Rainha.

De frisar que a resposta aos inquéritos era anónima (Figura 34).

Embora não represente a totalidade das opiniões dos caldenses, a amostra recolhida, composta por 103 inquiridos, acaba por fornecer uma opinião generalizada que importa ter em consideração e que, de seguida, se analisa detalhadamente.

Inquérito - Projeto de Mestrado - Ricardo Lopes

Sou aluno do Mestrado em Técnicas de Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar. No âmbito do meu projeto de mestrado, com o tema "Valorização e Salvaguarda do Património Cultural das Caldas da Rainha O Centro de Interpretação", venho por este meio solicitar a sua resposta a este questionário.

As questões abaixo transcritas pretendem aferir a importância que a criação de um Centro de Interpretação na cidade das Caldas da Rainha, que tenha como objetivo a divulgação e educação para o património arqueológico e histórico do concelho, pode ter para a conservação e preservação do património cultural.

Importa ainda referir que este questionário é anónimo e que os dados obtidos serão unicamente utilizados para fim estatístico.

Agradeço o seu contributo.

* Required

1. 1. Considera importante a criação de um Centro de Interpretação na cidade das Caldas da Rainha? *

Mark only one oval.

- ☐ 1 - Não importante
☐ 2 - Importante
☐ 3 - Muito importante
☐ Não sabe ou não responde
☐ Other: _____

2. 2. O património cultural das Caldas da Rainha tem sido bem divulgado para fora da cidade e do município? *

Mark only one oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sabe ou não responde
☐ Other: _____

3. 3. Que temas considera mais pertinentes incorporar no Centro de Interpretação? *

Check all that apply.

- ☐ Arqueologia
☐ Património histórico
☐ Património industrial
☐ Património religioso
☐ Património imaterial (lendas, tradições, costumes, festividades, etc)
☐ Património natural
☐ Não sabe ou não responde
☐ Other: _____

4. 4. Neste campo poderá acrescentar observações e sugestões que considere pertinentes.

Powered by
Google Forms

Figura 34: Inquérito efetuado por intermédio da plataforma *Google Forms*.

Foram efetuadas três questões diferentes, de carácter obrigatório e de escolha múltipla, permitindo aos inquiridos, no campo “Outro”, acrescentar respostas e ideias que considerassem pertinentes.

A primeira questão tratava da criação do CICR e da importância que este poderá ter para a cidade das Caldas da Rainha.

Das 103 pessoas que responderam ao inquérito, 67 consideram que a criação do centro é “Muito importante”, 30 que é “Importante”, 4 que é “Não importante”, 1 “Não sabe nem responde”, 1 acrescenta que a criação do CICR “Valoriza a cidade”.

Como podemos verificar, 94,01% dos inquiridos acredita que a o Centro de Interpretação das Caldas da Rainha pode ser uma mais valia importante para a cidade (Figura 35).

1. Considera importante a criação de um Centro de Interpretação na cidade das Caldas da Rainha?

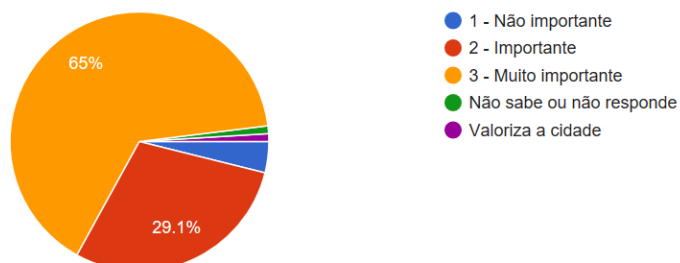


Figura 35: Gráfico representativo das respostas à Questão 1.

A segunda questão do inquérito consistia em avaliar se o património cultural do concelho tem sido convenientemente divulgado para fora da cidade e do município.

Aqui, foi possível aferir que a maioria dos inquiridos, nomeadamente 71,80%, que corresponde a 74 pessoas, considera que o património cultural das Caldas da Rainha não tem sido bem divulgado para o exterior.

Ainda assim, 13.6 % consideram que o património tem sido bem divulgado, havendo uma minoria que respondeu “não sabe ou não responde”.

Curiosa, ainda, foi a resposta de 2 inquiridos, acrescentando que “começa a surgir alguma promoção” (Figura 36).

2. O património cultural das Caldas da Rainha tem sido bem divulgado para fora da cidade e do município?

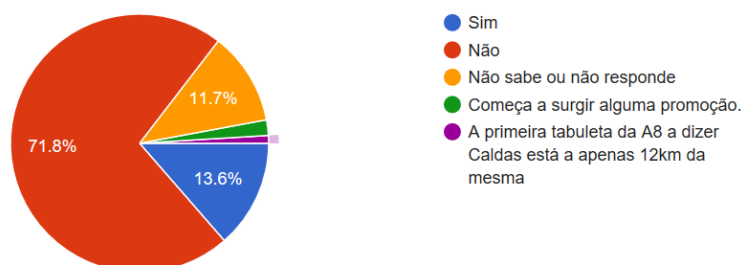


Figura 36: Gráfico representativo das respostas à Questão 2.

Efetuámos uma terceira questão, que pretendia determinar que tipologias de património estariam na preferência dos inquiridos para incorporar as temáticas a abordar no Centro de Interpretação. Como respostas adicionámos 7 hipóteses, dando a opção ao inquirido de adicionar alguma tipologia de património ou sugestão que considerasse pertinente.

Em termos gerais, as respostas revelaram-se plurais, destacando-se, ainda assim, 3 tipos de património. O “Património arqueológico” foi a opção mais escolhida, com 79,60%, seguindo-se-lhe o “Património imaterial (lendas, tradições, costumes, festividades, etc)”, com 69,90%, e o “Património histórico”, com 58,30%.

Ainda assim, todas as opções foram escolhidas consideravelmente, dando a entender que existe uma grande vontade por parte dos inquiridos de ver espelhadas no CICR todas estas vertentes patrimoniais (Figura 37).

De referir, que as tipologias escolhidas para oferecer como opção no questionário, são apenas alguns exemplos, sendo o nosso objetivo principal aferir apenas que preferências gerais existiam nos inquiridos.

3. Que temas considera mais pertinentes incorporar no Centro de Interpretação?

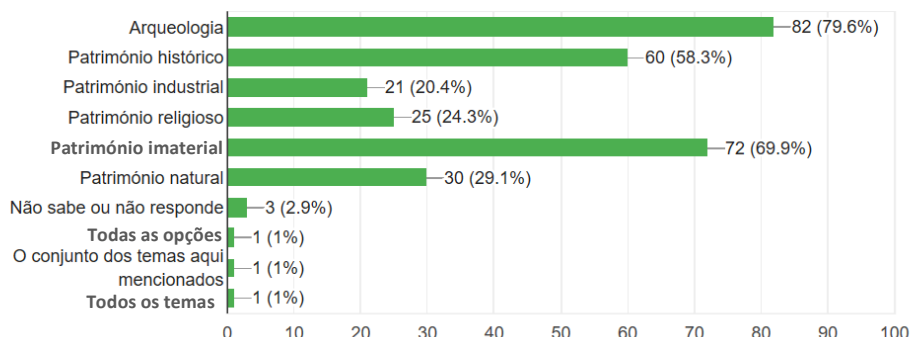


Figura 42: Gráfico representativo das respostas à Questão 3.

Por último, na questão 4 do questionário, oferecemos aos inquiridos a possibilidade de acrescentar sugestões e opiniões que considerassem úteis para o CICR.

Aqui, apenas obtivemos 2 opiniões. Uma referindo que seria interessante criar um Sistema de Informação Geográfica inerente ao projeto para “ (...) outras áreas ou negócios explorarem o património histórico e cultural das Caldas da Rainha.”.

Outra que referia, em tom de desabafo, que as “Caldas da Rainha é uma cidade de comércio e serviços e como sabemos é difícil cativar a fixação das gerações mais novas na mesma. Por falta de emprego, salários baixos e pouca indústria.”.

Ainda que, aparentemente, possam estar desfasadas da temática em abordagem, as ideias subjacentes a estas opiniões estão, também, na base da justificação para a criação do CICR. A inexistência de uma ferramenta de gestão das várias tipologias de património das Caldas da Rainha, que permita a visualização destes elementos no espaço do concelho, poderá, porventura, impossibilitar o conhecimento destes por parte da população.

Um Sistema de Informação Geográfica criado pelo CICR, onde estejam georreferenciados e constantemente atualizados todos os dados relativos ao património cultural do concelho, permitirá, com toda a certeza, a elaboração de roteiros turísticos e culturais. Sobre esta temática debruçar-nos-emos no capítulo desta dissertação que versa sobre as atividades a desenvolver no Centro.

Outra das informações acrescentadas por um dos inquiridos prendia-se com o facto de, em sua opinião, a cidade das Caldas da Rainha não atrair nem cativar a fixação das populações mais novas. Ora, o CICR poderá funcionar também neste sentido, tendo como um dos grandes objetivos cativar a população, não só a jovem, mas em geral, para a importância do património, para o conhecimento cultural. No Centro será possível desenvolver metodologias que façam com que a comunidade adquira uma noção de pertença identitária relativa ao local onde habitam, valorizando-o, não abandonando as suas origens. Além de termos como objetivo manter ativo o património cultural para os autóctones, pretendemos também cativar quem vem de fora, portugueses e estrangeiros, para a região das Caldas da Rainha, utilizando como bandeiras o património cultural e o conhecimento que vamos produzindo no CICR.

Em termos gerais, consideramos que a criação do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha constitui uma necessidade, como produtor de conhecimento e como ferramenta de gestão do património, formando e educando para a valorização e conservação do património cultural do concelho das Caldas da Rainha.

4.3. VISÃO, MISSÃO, VALORES, OBJETIVOS

A criação de uma Visão própria para o CICR é a pedra basilar do projeto, da qual brota todo o enquadramento organizativo e metodológico a adotar na gestão do Centro, englobado na declaração de Missão.

Neste sentido, a Visão deste projeto é a da criação de um espaço inovador no concelho das Caldas da Rainha. Este distingue-se dos demais, como um Centro que aposte, sobretudo, na área da Arqueologia, não esquecendo as outras tipologias de património cultural que podem contribuir para o entendimento da história da região, como o património histórico, o património imaterial, o património natural e outros que dotam o concelho de uma grande riqueza.

Aliada à criação de uma Visão está sempre uma declaração de Missão, isto é, o assumir por parte da entidade de qual é o seu principal objetivo, o que apresenta de singular e o que se pretende atingir (Kotler, 2001).

Assim, consideramos que a Missão principal do CICR é a recolha, interpretação e transmissão/divulgação do conhecimento do património cultural do concelho à comunidade e ao visitante, contribuindo para uma educação e formação para o património, promovendo a sua conservação e proteção.

O estabelecimento desta Missão é de onde parte a estratégia de gestão do Centro, permitindo que esta funcione internamente e na relação com a comunidade e a área onde se insere.

Esta Missão a que nos propomos fortalece-se, ainda, com os Valores que visamos defender. Neste campo, pretendemos promover a patrimonialização do concelho, tentando contribuir para uma noção de pertença identitária por parte da comunidade, contribuindo para que esta veja o património como parte integrante e importante do local onde habita.

Nesse sentido, temos como objetivo promover a cooperação e solidariedade com entidades do concelho das Caldas da Rainha, encetando esforços para que, em conjunto, se encontrem estratégias comuns para a divulgação e salvaguarda do património caldense.

O principal valor que defendemos é a proteção do património das Caldas da Rainha, estudando-o, interpretando-o e divulgando-o com todo o respeito merecido, partilhando-o entre residentes e visitantes.

Por último, é necessário, também, delinear os objetivos gerais do centro. De frisar que os objetivos específicos serão avaliados aquando da execução e estabelecimento real do CICR, avaliando quais as especificidades das atividades a realizar.

Ainda que alguns dos objetivos tenham ficado patentes anteriormente, no estabelecimento da Visão e da Missão do Centro, será importante acrescentar três outros que pretendemos concretizar.

O primeiro prende-se com a envolvimento que pretendemos ter com a comunidade, integrando nas atividades propostas outras entidades, como escolas, centros de dia, associações locais, promovendo a cooperação para o conhecimento e valorização do património.

Temos também como objetivo criar uma experiência diferente no visitante do CICR, fazendo com que este possa visitar as exposições que estejam a ocorrer no Centro, mas também possibilitando que este visite os elementos patrimoniais existentes no concelho.

Esta forma de visita fornecida ao visitante, *in loco*, dotá-lo-á de um maior entendimento do local, permitindo que o interprete com uma maior facilidade.

Por último, um dos objetivos do CICR é contribuir para um crescimento na afluência turística do concelho das Caldas da Rainha. A criação de um espaço com as valências necessárias para o estudo e interpretação do património do concelho das Caldas da Rainha, fará, com toda a certeza, com que as evidências patrimoniais cresçam em número. Estes elementos patrimoniais, complementados com outras ofertas culturais que já existam, ao nível museológico, gastronómico e hoteleiro, possibilitarão a criação de roteiros turísticos que tragam mais visitantes à cidade das Caldas da Rainha e às suas freguesias.

5. GESTÃO

Após a definição da Visão, Missão, Valores e Objetivos, partiremos agora para a análise à proposta de Gestão do CICR.

Previamente à enumeração e desenvolvimento das atividades que se visam desenvolver e de que forma é que estas podem contribuir para a concretização dos objetivos, será importante fazer uma primeira abordagem ao enquadramento institucional dos CICR e de qual, em nosso entender, será a melhor forma para a sua gestão.

5.1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A opção pela denominação “Centro de Interpretação das Caldas da Rainha” surgiu pelo facto de se pretender abordar o concelho das Caldas da Rainha como um conjunto patrimonial, não escolhendo apenas uma tipologia de património ou uma área específica de estudo. Contudo, ainda que a denominação adotada neste projeto posa sofrer alterações, tal não significa que a área de estudo se altere ou os objetivos se modifiquem, mantendo o Centro a sua missão de Interpretação e Divulgação do património cultural das Caldas da Rainha.

Embora se tenha como objetivo a criação de um centro de interpretação com gestão interna e estratégica autónoma, este terá, porventura, uma implementação mais facilitada se enquadrado num outro organismo.

A este propósito defendemos que o CICR deverá estar, preferentemente, sobre a tutela da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

Neste caso específico, refira-se a intenção já anteriormente demonstrada pela CMCR em dotar a cidade de um centro de interpretação onde fosse possível congregar várias tipologias de património, nomeadamente o arqueológico, para posterior divulgação à população.

Neste sentido, consideramos pertinente referir alguns artigos da Lei que poderão alicerçar o nosso projeto e sensibilizar as entidades competentes para a sua urgente execução.

Por exemplo, a Lei-quadro 50/2018 de 16 de Agosto, que enumera a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, no artº15º explicita que “É da competência dos órgãos municipais: Gerir, valorizar e conservar o património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local”.

Ainda mais flagrante é a Lei nº159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. Aqui, no artº20, que versa sobre “Património, cultura e ciência” é explicitado que “1 - É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios: a) Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais; b) Património cultural, paisagístico e urbanístico do município.”. Adiante refere-se ainda que “2 - É igualmente da competência dos órgãos municipais: a) Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais; b) Proceder à classificação de imóveis conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação; c) Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas; d) Organizar e manter actualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município; e) Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei; f) Apoiar projectos e agentes culturais não profissionais; g) Apoiar actividades culturais de interesse municipal; h) Apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local.”.

Nesta última deliberação, fica patente uma obrigação clara das autarquias locais de investirem em espaços culturais, promovendo a inventariação e salvaguarda do património local.

Deste modo, urge sensibilizar a CMCR para a competência que tem, na área do património, de apoiar e promover a criação de um espaço que permita a sua recolha, interpretação, salvaguarda e divulgação. Consideramos que a criação deste equipamento cultural reforçará a notoriedade da cidade e do concelho.

5.2. REDE DE PENETRAÇÃO DO CENTRO

Além da óbvia relação a estabelecer com os poderes locais, nomeadamente com a CMCR e as 12 juntas de freguesia do concelho, tentaremos criar uma rede de relações em várias áreas. Neste sentido, temos como objetivo o estabelecimento de parcerias que visem o enriquecimento do projeto, criando sinergias e trabalhando em conjunto para o conhecimento e salvaguarda do património cultural das Caldas da Rainha.

Deste modo, temos como objetivo formar parcerias com instituições congéneres, nomeadamente com aquelas que se movimentam na área da cultura e do património, promovendo intercâmbios ao nível investigacional e expositivo.

Estes contactos serão desenvolvidos com entidades presentes em outros municípios, mas também com museus e entidades locais. Neste sentido, a troca de informações, ao nível da investigação, educação e divulgação patrimonial será mantida e promovida com o Museu do Hospital Termal e das Caldas, com o Museu José Malhoa, com o Museu de Cerâmica, com o Museu de Ciclismo, com o Centro de Artes e com outras entidades museológicas da cidade e do concelho.

Além destes, encetaremos relações de intercomunicação com associações locais que promovem as Caldas da Rainha nas mais diversas áreas. A título de exemplo refiram-se a Associação Património Histórico, o Conselho da Cidade ou a associação Bordados das Caldas da Rainha.

Será importante, ainda, estabelecer contactos em todas as esferas do concelho, principalmente na área do comércio e da restauração.

O comércio, em termos gerais, tem proliferado na cidade. As lojas de artesanato, mais antigas ou recentes, continuam a ser um dos cartões de visita da cidade, atraindo visitantes e turistas. Será, também aqui, importante promover a relação com estes lojistas, dando-lhes a conhecer o centro, fazendo com que estes o divulguem aos clientes que os visitam.

Em contrapartida, o centro tratará de divulgar o comércio e, também, a gastronomia local, criando roteiros, como explicitaremos adiante, que englobarão uma experiência atrativa e plural a quem visita a cidade e o concelho.

Como pretendemos operar em várias esferas patrimoniais, será importante estabelecer contactos com instituições de ensino superior e centros de formação, no sentido destas auxiliarem ao desenvolvimento de temáticas específicas para as quais estão habilitados.

Além das entidades que ministrem cursos ligados ao património e à cultura, será também importante sensibilizar outras que se movimentem nas áreas da educação patrimonial, do turismo e da animação. A presença de profissionais destas áreas será de extrema utilidade ao CICR, auxiliando ao desenvolvimento das suas atividades.

Na vertente da educação patrimonial, temos também como objetivo criar parcerias com entidades que tenham como público todas as faixas etárias. Assim, desenvolveremos trabalhos com as escolas do concelho, abarcando todas os níveis de ensino, do básico ao

secundário, com as associações, centros de dia e lares de idosos. Consideramos que a elaboração de projetos com estas instituições poderá ser uma mais-valia para o CICR, nomeadamente na área da educação e sensibilização patrimonial.

Importa ainda referir, que uma parceria que está criada à partida será estabelecida com a Direção Geral do Património Cultural, entidade que regula e tutela o património cultural. Outra das entidades que acompanhará o projeto desde a sua efetivação será o Turismo do Centro.

Esta rede de penetração que se pretende implementar é apenas a base por onde se iniciará o trabalho do Centro. Outras parcerias e apoios serão captados, consoante as atividades que vão sendo desenvolvidas e as necessidades que vão sendo identificadas (Figura 38).

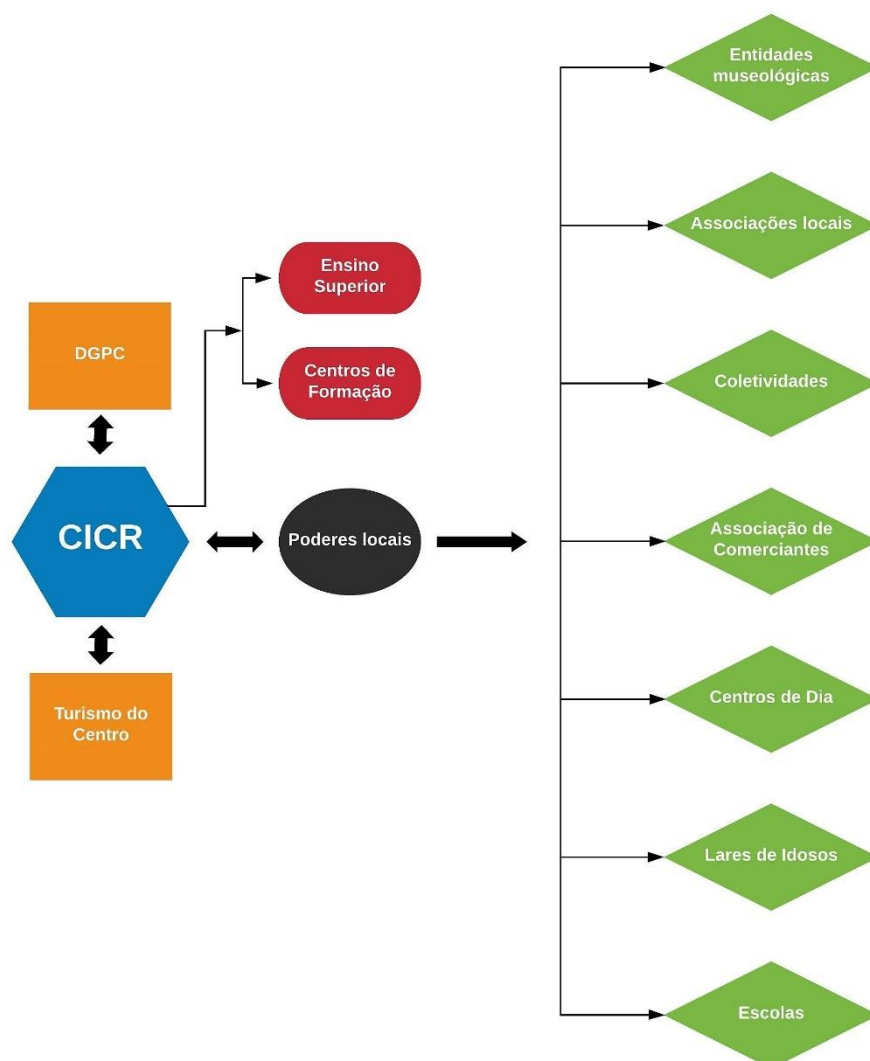


Figura 38: Fluxograma com rede de penetração do CICR - elaboração própria.

5.3. ESPAÇO

Para o bom funcionamento de um centro de interpretação, é necessária a criação e a organização de vários espaços que permitam a fruição por parte dos visitantes e a facilidade de trabalho da equipa técnica.

Além de ter como objetivo satisfazer a necessidade de interpretação do visitante, neste caso do património cultural das Caldas da Rainha, o CICR, em todas as suas vertentes, é um espaço de constante desenvolvimento de conhecimento, pelo que precisa de ferramentas próprias para tal.

Deste modo, apresenta-se, de seguida, uma proposta de organização espacial para o Centro de Interpretação das Caldas da Rainha. Esta não é estanque e estará sempre dependente do edifício onde futuramente o CICR se instalar. Ainda assim, consideramos que os espaços que se referem são indispensáveis ao funcionamento do Centro e ao desenvolvimento das atividades por si promovidas, contribuindo para a prossecução dos seus objetivos.

Assim, sugere-se que o CICR esteja dividido em duas zonas distintas: uma primeira, a que chamamos Área de Exposição, de fruição pública e à qual o visitante terá total acesso; uma segunda, a Área de Trabalho, onde serão desenvolvidos os trabalhos de investigação.

Área de Exposição (com uma área mínima total de 250 m²)

Esta área será composta por 5 zonas distintas: Recepção; Sala de Exposição Permanente; Sala de Exposição Temporária; Biblioteca; Sala de Conferências e Reuniões.

O visitante, ao entrar no CICR, será informado convenientemente acerca das exposições que poderá visitar.

Terá a possibilidade de visitar a exposição permanente, onde se tem como objetivo expor o espólio arqueológico proveniente de trabalhos, antigos e recentes, desenvolvidos no concelho das Caldas da Rainha.

A sala de exposição temporária permitirá ao visitante conhecer outras vertentes de espólio relacionado com o património cultural, nomeadamente proveniente de associações ou coletividades que promovam, por exemplo, o património imaterial.

Pretende-se ainda que, nesta área de fruição pública, possam ser criados dois espaços distintos: uma biblioteca, que permita a consulta pública por parte dos interessados do

arquivo patrimonial que se pretende elaborar; uma sala de conferências e reuniões, que receba eventos, congressos, jornadas e palestras, nas mais diversas áreas do património.

Área de Trabalho (com uma área mínima total de 100 m²)

Neste espaço, separado da Área de Exposição, será criada uma área de trabalho onde seja possível desenvolver os procedimentos necessários à produção de conteúdos do CICR.

Assim, será necessária a criação de um laboratório, que contenha três áreas diferentes no seu interior: uma área para lavagem de material; uma outra, onde seja possível marcar, etiquetar e inventariar o espólio; uma área de conservação, útil ao desenvolvimento de trabalhos pontuais de conservação e restauro de determinados materiais.

Ainda nesta área de trabalho sugerimos a criação de uma sala de arquivo, onde seja possível acondicionar e depositar os materiais à guarda do CICR em caixas e repositórios próprios para o efeito; uma sala para arrumos, para guardar ferramentas utilizadas em trabalhos que possam ser realizado pelo Centro.

Por último, é também necessária a existência de um Gabinete Técnico, onde seja possível receber visitas, reuniões e desenvolver o trabalho administrativo.

Esta proposta de organização de espaço exclui as necessidades de sanitários, arrumos, caixas de ar, elevadores, escadas e outras estruturas que serão, decerto, obrigatórias.

Consideramos que a criação destas duas áreas distintas possibilitará, tanto aos técnicos do CICR, como aos seus visitantes, desenvolver os seus intuitos, um de trabalho e investigação, e o outro de fruição e educação para o património.

6. PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DO CENTRO

A programação científica e cultural, bem como os conteúdos patrimoniais e de divulgação a elaborar pelo CICR, desenvolvem-se em três áreas de atuação distintas: Investigação; Exposição; Serviço Educativo.

Estas três áreas, embora diferentes, estão diretamente correlacionadas, tendo a obrigatoriedade de ser desenvolvidas em conjunto para que o objetivo final do Centro, o da educação para a salvaguarda do património cultural das Caldas da Rainha, seja atingido. Temos também como objetivo fazer alinhar a programação científico-cultural do CICR com a Agenda Cultural Municipal, apresentando ofertas culturais que se enquadrem num plano coerente e participado.

6.1. INVESTIGAÇÃO

A investigação patrimonial tem como principal objetivo, como referido em capítulos anteriores, o de dotar a comunidade de argumentos próprios para o conhecimento e reconhecimento do seu património.

Assim, a investigação prende-se com aquilo que de mais essencial existe na natureza humana: o conhecimento e compreensão das nossas raízes (Encarnação, 1995).

Para proceder a uma correta investigação, que permita o desenvolvimento de conteúdos patrimoniais de relevo, é necessária a adoção de uma metodologia própria que se sirva de ferramentas específicas para a consecução destes objetivos.

Assim, a investigação levada a cabo pelo CICR terá uma área de atuação vasta, utilizando métodos próprios que permitam a recolha da maior quantidade de informação patrimonial possível.

Iniciando esta exposição metodológica pelas formas mais clássicas de investigação, iniciaremos o trabalho fazendo uma consulta cuidada e intensiva nas fontes escritas. Estas foram consideradas, até recentemente, como uma das principais e únicas formas dos investigadores recuperarem a memória do passado (Cutro, 1999). Ainda assim, podemos considerar que as fontes escritas carecem de uma análise, interpretação e filtragem adequada, pois refletem, em determinados casos, as vontades, opiniões e ideologias das classes dominantes, não sendo, muitas vezes, um reflexo puro da história como realmente aconteceu.

Deste modo, com a devida cautela, efetuaremos uma pesquisa e recolha nos arquivos municipais, nas juntas de freguesia, nas bibliotecas de entidades e associações ligadas ao património, na biblioteca da DGPC, na Torre do Tombo e em outras instituições, que contenham no seu acervo livros, artigos, revistas, publicações relacionadas com o património cultural das Caldas da Rainha.

Procuraremos, também, fotografias antigas e postais onde estejam espelhados elementos relacionados com o património do concelho.⁵

De frisar, que poderão existir bibliotecas pessoais de caldenses interessados pela área do património que pretendemos consultar.

Após esta primeira pesquisa nas fontes escritas, consultaremos elementos relacionados com mapas onde o concelho das Caldas da Rainha se encontre representado, ou seja, as fontes cartográficas.

Em termos gerais, a Cartografia é a junção da Ciência com a Arte, tendo como objetivo principal representar graficamente, em mapas, as especificidades de uma determinada área geográfica. É definida, pela International Cartographical Association, como o conjunto de estudos e operações científicas, artísticas, técnicas, que se baseiam em resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vista a elaboração de cartas (*in* <http://www.icaci.org/>).

Esta ciência evoluiu ao longo de vários séculos. Refira-se, a título de exemplo, entre o século XIII e o século XIV, o desenvolvimento do chamado mapa Portulanus. Nesta representação cartográfica é possível visualizar o litoral português e as suas respetivas povoações.

Nos séculos XIV e XV a cartografia assumiu um papel preponderante com os Descobrimentos Portugueses, tendo estes contribuído para o conhecimento de novos continentes, de novas terras, de novos relevos e formas de os projetar.

Após um período de maior estagnação, que coincidiu com o domínio espanhol entre 1580 e 1640, a produção cartográfica portuguesa voltou a surgir, principalmente nos séculos XVIII e XIX, assistindo-se a uma enorme revolução, nomeadamente com as determinações das primeiras longitudes e as triangulações geodésicas, entrando no que se pode chamar de moderna cartografia (Cortesão, 2009).

⁵ De referir a existência de espólio fotográfico do concelho das Caldas da Rainha no acervo documental da Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha.

Com o auxílio de cartografia onde o concelho das Caldas da Rainha se encontre representado (cartas corográficas, cartas hidrográficas, cartas de uso de solos e outras), temos como objetivo compreender a sua evolução geográfica, bem como a sua dinâmica de povoamento ao longo dos tempos.

Não só em termos gerais, mas também em casos específicos, pretendemos obter informações cartográficas acerca das várias freguesias do concelho, tendo como objetivo descobrir estruturas históricas e arqueológicas que se encontrem representadas nestes mapas.

Deste modo, conseguiremos traçar um mapa evolutivo do concelho, nomeadamente relativo à sua geologia, geografia, ocupação humana e património, contribuindo para que a comunidade conheça as várias vertentes do local onde habita.

A oralidade apresenta-se como marca identitária de uma determinada comunidade. É através dela que conseguimos, em muitos casos, recolher informações relativas ao modo de vida ou às tradições de um determinado povo (Xavier, 2009).

Através da memória coletiva, da revivência de histórias e do passado, que muitas vezes é possível perceber hábitos, tradições, culturas, e em última instância aquilo que fomos (Pollack, 1992).

Na área do património cultural, a pesquisa na história oral é importantíssima para a descoberta de novas evidências, de novos sítios.

Como referido, muitas vezes os dados que se encontram registados nas fontes escritas não são suficientes ou carecem de veracidade, tornando-se obrigatório o contacto direto com as comunidades da área de estudo.

Assim, na área de Investigação do CICR, efetuaremos deslocações às várias freguesias do concelho, identificando pessoas que conheçam a história e as estórias da terra, recolhendo informações relativas ao património material e imaterial dos lugares.

Para tal, utilizaremos as Juntas de Freguesia, Centros de Dia, Lares de Idosos, Casas do Povo e outras entidades e associações como intermediárias, desenvolvendo iniciativas que permitam a efetivação deste trabalho diretamente com a comunidade.

Estas metodologias de investigação são apenas algumas que poderão ser utilizadas no CICR. Ainda assim, outras poderão ser adaptadas, tendo em conta a tipologia de património a abordar, dependendo dos casos específicos que poderão surgir.

Ainda que possam ser utilizadas várias metodologias de investigação, o conhecimento através delas obtido reverterá para um Sistema de Informação Geográfica, permitindo a organização de todos os elementos patrimoniais, mantendo-os atualizados.

A título informativo, explique-se, de uma forma genérica, em que consiste um SIG e em que medida é que este, em nosso entender, se constitui como uma das ferramentas mais importantes de organização de todo o trabalho de investigação que se vai efetuando.

As novas tecnologias de informação aplicadas à arqueologia têm um grau de abrangência de grande dimensão no que concerne aos sistemas de análise relacionadas com as aplicações informáticas. Estes mecanismos têm vindo a evoluir cada vez mais, dando origem a novas formas de análise de dados. O seu papel potenciador de análise é um dos principais fatores do seu uso em Arqueologia (Figueiredo, 2007).

Em termos gerais, um Sistema de Informação Geográfica consiste num conjunto de ferramentas que permite a recolha, armazenamento, organização, seleção e transformação de dados de natureza espacial. Estes dados são incorporados, neste caso concreto, na cartografia do concelho, possibilitando aceder a uma imagem clara e de conjunto, permitindo relacionar as informações que se vão obtendo a partir da investigação feita acerca do património cultural.

Assim, os elementos patrimoniais que vão sendo recolhidos, sejam eles acerca de um sítio arqueológico, de um cancionero antigo de uma freguesia, de uma lenda contada por um habitante de um lugar, serão inseridos num repositório, numa base de dados, que por sua vez será ligada a um Sistema de Informação Geográfica.

Deste modo, será possível visualizar todos os dados num mapa do concelho das Caldas da Rainha, com indicação da sua localização georreferenciada, da sua tipologia patrimonial e de outros dados relevantes para a sua caracterização.

Em última instância, esta ferramenta cumpre dois propósitos: um primeiro, o de facilitar a organização dos dados patrimoniais que vão sendo recolhidos e tratados pelo CICR; um segundo, o de fornecer, de forma facilitada, uma forma simples e prática de visualização e interpretação dos dados ao receptor da informação.

Neste sentido, este inventário georeferenciado estará disponível ao público por intermédio de um *website* do Centro, que será referido no próximo capítulo. Temos também como objetivo incorporar esta carta do património na Sala de Exposição Permanente do CICR,

permitindo ao visitante “viajar” pelo concelho, descobrindo as várias vertentes patrimoniais existentes.

De frisar ainda, que este inventário será constantemente atualizado, há medida da investigação que vai sendo efetuada no Centro.

6.2. EXPOSIÇÃO

Atualmente, a interatividade em espaços museológicos e em centros de interpretação é tida como uma das características mais importantes e promissoras dos espaços contemporâneos, sendo apregoada como marca de modernidade (Oliveira, 2014).

O desafio colocado é o de tratar a interatividade de forma ampliada. Sem dúvida, pensar nesse mecanismo expositivo passa pela escolha de suportes que promovam a conexão do visitante com o processo de construção do conhecimento.

A interatividade pode ser traduzida como um mecanismo de determinada ideia, do conhecimento, em que é possível colocar o visitante na pele do investigador (Wagensberg, 2006).

Neste sentido, em muito pode contribuir a Realidade Aumentada, tecnologia que permite a fusão entre o conteúdo digital e o mundo real. Ao sobrepor o mundo virtual ao mundo real por intermédio de várias plataformas, é possível aumentar a experiência sensorial e a interatividade (Jesus et al., 2009).

A utilização desta tecnologia poderá ser relevante para o enriquecimento cultural do público, oferecendo novas perspetivas sobre os objetos que estão a visualizar ou sobre a história ou histórias que pretendemos contar no CICR.

Na arqueologia, por exemplo, por intermédio de programas informáticos próprios, é possível desenhar objetos virtuais (cerâmicas, líticos, metais, etc) a três dimensões, criando uma experiência multissensorial diferente e apelativa.

Este investimento nos sentidos tornará a visita ao CICR mais apelativa e completa, potenciando a interatividade.

Sendo apenas uma proposta de projeto, não existe ainda uma noção de que equipamentos será possível incorporar nas exposições, de modo a criar no visitante uma experiência

interpretativa diferente, principalmente por não se ter ainda uma noção dos custos que lhe estarão inerentes e dos fundos possivelmente disponíveis.

Ainda assim, como referido no capítulo respeitante aos espaços a criar, serão desenvolvidos dois tipos de exposições: uma permanente e uma temporária.

No primeiro caso, pretende-se a criação de um espaço diretamente ligado ao património arqueológico do concelho. Esta necessidade, referenciada no referencial teórico deste projeto, prende-se com a lacuna detetada nos espaços museológicos e de investigação, nomeadamente com a inexistência de um espaço dedicado à recolha, interpretação e divulgação do espólio e sítios arqueológicos do concelho das Caldas da Rainha.

Neste espaço de exposição permanente, temos como objetivo dar a conhecer os sítios arqueológicos do concelho, por intermédio dos materiais neles detetados. Estes materiais serão provenientes de trabalhos arqueológicos desenvolvidos no concelho, alguns dos quais com espólio depositado em arquivos e museus de todo o país, bem como de intervenções que poderão, porventura, ser desenvolvidas pelos técnicos do CICR, no âmbito de projetos de escavação ou prospeção, com a devida autorização da DGPC.

A zona de exposição temporária a ser criada será um espaço que pretende contemplar outras vertentes do património cultural do concelho.

Aqui, pretendemos dar a conhecer espólios relacionados com outras tipologias patrimoniais, que permitam ao visitante relacionar-se com manifestações culturais das Caldas da Rainha. Sugerimos a criação de parcerias com coletividades e associações que possuam, por exemplo, espólio relacionado com trajes, atividades agrícolas, atividade cerâmica, dando-lhes a possibilidade de o expor no CICR, contribuindo para a divulgação do património imaterial.

Neste âmbito, manteremos o Centro aberto a propostas de artistas que queiram expor o seu trabalho, ligado ao património e à arte, neste espaço de exposições temporárias do concelho, vendo-o como forma de divulgação das suas obras.

De frisar que os temáticas escolhidas pelo CICR terão de estar obrigatoriamente relacionadas com o património cultural do concelho, em todas as suas vertentes, privilegiando os artistas e investigadores caldenses nessa mostra.

6.3. SERVIÇO EDUCATIVO

Com a evolução dos espaços museológicos, nomeadamente com o surgimento dos centros de interpretação, assiste-se a uma mudança de paradigma relativo à sua estratégia de atuação. Neste sentido, iniciou-se um processo de viragem, culminando com uma importância atribuída ao papel educativo destes espaços, em detrimento de uma visão mais clássica e conservadora (Mendes, 2013).

Esta mudança, reforçada pela determinação da UNESCO relativa a estes espaços, que refere a importância que estes têm na educação formal e informal da população, sensibilizando-as para o património, contribuiu para a criação de uma metodologia educativa própria (UNESCO, 2015).

Esta metodologia assenta, sobretudo, na conjugação entre o tipo de público e aquilo que o museu ou o centro de interpretação lhe têm para oferecer, nomeadamente ao nível das exposições apresentadas, dos conteúdos educativos, das atividades realizadas, dos programas e serviços (Silva, 2006).

Neste sentido, será positivo que as metodologias de educação utilizadas sejam pensadas com o objetivo de servir e agradar a todos os tipos de público (Rocha, 2017).

No caso específico do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha, pretende-se criar um serviço educativo que tenha como principal objetivo desenvolver atividades em conjunto com a comunidade, sensibilizando-a e educando-a para o património cultural.

Para atingir este objetivo, utilizaremos uma estratégia delineada por Maria Moura Santos, baseada numa “museologia com ênfase na relação homem-património global” (Santos, 2009).

Esta estratégia tem como pilares fundamentais, entre outros: a constante comunicação entre os técnicos e os visitantes do CICR, promovendo a sua formação para o património, fazendo com que estes o identifiquem como um referencial para o exercício da cidadania; a aplicação de metodologias que visem a integração dos visitantes nas ações promovidas pelo CICR, bem como na própria gestão e organização do mesmo; utilizar o património cultural como referencial para a realização de atividades pedagógicas; promover a integração e participação da comunidade local nas atividades a ser desenvolvidas, incitando-a à partilha de conhecimento e memórias, qualificando-as como parte do património cultural (Santos, 2009).

As metodologias utilizadas terão como foco a comunidade local, integrando, por exemplo, os jovens em idade escolar e a terceira idade, bem como os turistas, portugueses e estrangeiros, que procuram o CICR com o objetivo de saber mais acerca do património cultural do concelho.

Deste modo, apresentam-se de seguida algumas atividades e ideias que poderão ser organizadas e desenvolvidas pelo Centro de Interpretação das Caldas da Rainha.

6.3.1. ROTEIROS PATRIMONIAIS E VISITAS GUIADAS

Nos últimos anos tem-se assistido a um crescimento e valorização das visitas guiadas como forma de captação da atenção, sobretudo das crianças e dos jovens. Realizando-se, usualmente, sobre a forma de um passeio, as visitas guiadas têm evoluído consideravelmente, obrigando à delineação de práticas pedagógicas próprias que visem o enriquecimento cultural do público, tornando mais fácil a sua aprendizagem (Amador, 2011).

Combatendo a forma de visita guiada clássica e académica, têm vindo a surgir novas formas de orientação das visitas, apoiadas em ferramentas tecnológicas, como os aparelhos multimédia portáteis, os meios audiovisuais, grandes ecrãs, etc, que têm permitido uma maior participação, discussão e interatividade por parte do público (Martins, 2009).

Embora estas ferramentas sejam importantes para a captação de públicos, consideramos que as mesmas deverão ser complementadas com a presença de um guia, de um monitor, que guie o público pelo objeto, pelo monumento, ilustrando-o e respondendo, porventura, a questões que lhe sejam formuladas.

Neste sentido, as visitas guiadas necessitam de um plano pedagógico próprio, sobretudo relacionado com o público a que se dirigem, com a linguagem utilizada e com o objetivo que se pretende atingir.

No CICR pretendemos desenvolver visitas guiadas por intermédio de roteiros patrimoniais que ofereçam ao visitante uma experiência cultural plural e alargada.

Estes roteiros terão de ser organizados segundo uma perspetiva sustentável, fazendo cooperar todos os seus atores num objetivo comum, a divulgação da cultura e do património.

Esta rede de cooperação terá de ter em conta os turistas, os visitantes, os operadores, a comunidade residente, que terá de ter uma perceção positiva sobre o roteiro, para que este seja um sucesso (Figueira, 2013).

Estes roteiros serão organizados pelo Serviço Educativo do Centro, mas poderão contar com parcerias com outras entidades congéneres ligadas à cultura, promovendo percursos que unam as diversas tipologias de património.

A título de exemplo, referem-se alguns roteiros patrimoniais que temos como objetivo elaborar.

6.3.1.1. ROTEIRO ARQUEOLÓGICO

Como ficou patente anteriormente, os trabalhos arqueológicos no concelho das Caldas da Rainha têm-se tornado, nestes últimos anos, relativamente frequentes. O inventário que tem vindo a ser desenvolvido pelo projeto “Carta Arqueológica das Caldas da Rainha”, desde 2017, tem vindo a descobrir um número considerável de sítios e evidências arqueológicas que merecem ser “oferecidos” à comunidade, dando-lhe a possibilidade de o interpretar, por intermédio da exposição que pretendemos criar no CICR, mas também de o visitar *in loco*, através de visitas guiadas.

Neste sentido, pretendemos criar um roteiro que congregue os sítios arqueológicos conhecidos no concelho, permitindo ao visitante tomar contacto com esta realidade patrimonial.

Este percurso poderá ter variantes, atendendo ao número de pessoas envolvidas, à logística que é necessária ter em conta e ao número de locais que o compõem.

De frisar ainda, que o roteiro a idealizar não é estanque, pois o inventário do património arqueológico nunca está terminado no tempo, sendo possível atualizá-lo, nomeadamente com novas descobertas que ocorram.

Estas visitas serão sempre acompanhadas por um guia especializado que conhecerá os sítios visitados e dará ao participante todas as informações necessárias para a sua compreensão.

6.3.1.2. ROTEIRO DAS IGREJAS

Sendo a religião algo tão presente nas nossas comunidades e, por conseguinte, as igrejas, ermidas, capelas os edifícios, que lhe conferem uma estrutura física, consideramos pertinente a criação de um roteiro que evidencie esta tipologia de património.

Para tal ser possível, será necessário um estudo de interpretação e de caracterização destes exemplares, organizando-os por cronologia, por tipologia e interesse, escolhendo aqueles que mais se enquadram neste tipo de roteiro e identificando, porventura, os que poderão ser mais apelativos para os visitantes.

Este trabalho terá de ser efetuado em conjunto com as paróquias das freguesias e, por associação, com o Patriarcado de Lisboa, no sentido de conseguir autorizações para as visitas.

6.3.1.4. ROTEIRO GASTRONÓMICO

As freguesias do concelho das Caldas da Rainha são donas de uma gastronomia típica muito característica que merece ser conhecida por todos.

Desde a codorniz do Landal, às cavacas das Caldas, às enguias da Lagoa, todos estes pratos são ainda elaborados tendo como base receitas ancestrais que os inserem no domínio do património imaterial do concelho.

A criação de um roteiro gastronómico permitirá divulgar estas iguarias aos visitantes, dando ainda visibilidade aos restaurantes das Caldas da Rainha, fomentando, em última instância, a economia do concelho.

Este roteiro terá como base um estudo aprofundado destes pratos, tentando descobrir a sua antiguidade e originalidade. Efetuar-se-ão visitas às várias freguesias, tendo como objetivo conhecer estas receitas ancestrais, aferindo se as mesmas terão o interesse suficiente para ser incorporadas no roteiro.

O roteiro gastronómico poderá ser feito individualmente ou, eventualmente, em conjunto com outro roteiro patrimonial que o CICR desenvolva, permitindo ao visitante usufruir de uma experiência cultural plural.

6.3.2. WORKSHOPS

Atualmente, o *workshop* adquiriu uma importância considerável quando o assunto é aprendizagem e educação.

A escolha por esta metodologia, mais prática e envolvente, em detrimento da clássica fórmula de ensino, permite ao participante integrar-se na atividade ou no tema a abordar, tornando-se uma parte ativa do processo, saindo da sua zona de conforto.

No CICR, tentaremos desenvolver esta metodologia, convidando o visitante a incorporar estas atividades, fazendo com que este se sinta parte do processo de interpretação e investigação.

Na faixa etária dos jovens, organizaremos *workshops* práticos que tenham como objetivo ensinar-lhes determinada temática de forma intuitiva e apelativa.

A título de exemplo, pretendemos dar continuidade às atividades efetuadas pela CMCR em 2015 com as escolas do concelho, dando a possibilidade aos alunos de participar num campo arqueológico, oferecendo-lhes a possibilidade de trabalhar numa escavação arqueológica improvisada.⁶

Neste sentido, contactaremos com as escolas do concelho para que estas e outras atividades possam ser incorporadas no seu plano curricular, tornando-as parte integrante e efetiva da disciplina de História.

Temos ainda como objetivo desenvolver *workshops* noutras áreas do património, nomeadamente que versem sobre cerâmica, azulejaria, conservação, pintura, e outras, direcionados para o cidadão comum, para o estudante, para o investigador, oferecendo-lhe a possibilidade de aprender sobre estas temáticas.

Estes *workshops*, dependendo do grau de especialidade dos técnicos do CICR, poderão ser desenvolvidos por eles ou por profissionais ou entidades externas especializadas.

Consideramos que esta vertente prática poderá contribuir para a formação de todos os públicos, tendo como objetivo construir uma oferta diversificada que vá de encontro às suas necessidades.

⁶ Estes *workshops* de arqueologia foram organizados pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha e decorreram em 2015. Participaram cerca de 200 alunos do 5º ano das escolas da cidade, que tiveram a possibilidade de participar numa simulação de uma escavação arqueológica, bem como desenvolver trabalhos de lavagem, colagem, marcação e inventário de peças.

6.3.3. ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSO

Além de outras iniciativas que possam ocorrer no CICR, nomeadamente palestras, mesas redondas ou tertúlias informais que visem discutir o património em todas as suas vertentes, organizaremos um congresso regional com a presença de várias entidades e organizações congéneres.

O relatório elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, datado de 2011, refere a existência de 308 espaços museológicos na região centro, desde museus nacionais, museus incluídos na Rede Portuguesa de Museus, centros de interpretação, núcleos museológicos, pequenos espaços de gestão individual ou coletiva, todos eles com o objetivo de preservar o património cultural (CCDRC, 2011).

Neste âmbito, consideramos pertinente organizar um certame com a presença de alguns destes espaços, nomeadamente daqueles que se assemelham ao CICR no seu objetivo, bem como na sua metodologia de ação. Este evento servirá para desenvolver um *brainstorming* que permita a troca de ideias, visões e metodologias, contribuindo para o enriquecimento do CICR e dos seus intervenientes.

Além da partilha de ideias e saberes, este congresso, que se pretende que tenha uma periodicidade anual, servirá para o estreitamento de laços entre estes espaços, contribuindo para uma divulgação de cada um deles. Nestas reuniões anuais poderão até surgir ideias inovadoras, conectando estes espaços interpretativos e museológicos em projetos comuns.

6.3.6. VISITAS

Além da vertente expositiva do centro e das atividades que sejam desenvolvidas na sua área de ação, consideramos relevante e importante a deslocação a escolas, centros de dia a associações das freguesias do concelho, no âmbito da sensibilização e educação para o património.

Segundo os dados recolhidos no *website* do Município das Caldas da Rainha, o concelho das Caldas da Rainha possui na sua área administrativa 37 escolas, divididas entre jardins de infância, ensino básico, 2º ciclo e ensino secundário. Os alunos destes estabelecimentos,

públicos, privados ou com contratos de associação, são agentes indispensáveis ao futuro, nomeadamente na tomada de uma consciencialização patrimonial.

Assim, temos como objetivo o contacto direto nestes meios, divulgando o CICR, dando relevância ao que fazemos para a salvaguarda do património cultural das Caldas da Rainha. As atividades desenvolvidas nestes estabelecimentos serão construídas e articuladas com as unidades de ensino, em função da idade e grau de aprendizagem dos alunos, adaptando o nível de linguagem, utilizando metodologias próprias para uma melhor apreensão por parte do público.

Visitaremos, ainda, centros de dia e associações de idosos, sempre com o objetivo da sensibilização cultural, mas também de modo a recolher por parte do público elementos importantes para a investigação acerca do património.

Existe um número considerável de IPSS's e entidades de apoio ao idoso no concelho das Caldas da Rainha. Entrando em contacto com as direções destes estabelecimentos, será possível desenvolver estratégias, tendo em conta o grau de alfabetização do público, com o objetivo de sensibilizar esta faixa etária.

Noutro sentido, o público mais velho, embora, em muitos casos, analfabeto e sem qualquer tipo de formação, possui conhecimentos fulcrais para o conhecimento do património cultural do local onde habitam. As histórias que contam, acerca de lendas antigas, “coisas velhas” e sítios assombrados, contribuem, em muitos casos, para a descoberta de sítios com interesse patrimonial, auxiliando à construção da história do concelho (Figueiredo et al., 2017).

De referir, ainda, que todas as atividades desenvolvidas ocorrerão no âmbito de uma programação anual própria, definida pelo CICR, tendo em conta a agenda de todos os intervenientes.

6.3.4. CAPTAÇÃO DE ESTÁGIOS

Consoante a quantidade de elementos patrimoniais que vai sendo recolhida, sejam eles de origem material ou imaterial, o CICR poderá promover a candidatura a estágios curriculares ou profissionais, bem como receber alunos de ensino superior, que pretendam desenvolver trabalhos de investigação acerca do património cultural do concelho.

Estes contactos serão desenvolvidos com os agrupamentos escolares do concelho e com instituições de ensino superior, articulando com estes os moldes em que os estágios curriculares poderão ser desenvolvidos e em que âmbito.

Caso haja necessidade, devido ao volume de trabalho ou ao grau de especificação de determinada tipologia patrimonial que o CICR se encontre a trabalhar, poderão também ser captados estágios profissionais no âmbito de programas desenvolvidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Estas soluções apresentadas dependem do âmbito e da tutela em que o projeto para o CICR será desenvolvido, tratando-se apenas de meras sugestões e ideias, carecendo, obviamente, de uma análise casuística aprofundada.

7. MARKETING

Atualmente, o marketing tem vindo a assumir um papel preponderante na sociedade. O seu conceito pode ser definido como uma atividade, uma construção de processos, que tem como objetivo criar valor para determinado cliente, consumidor e para a sociedade em geral. Trata-se, por isso, de um processo social que faz com que as pessoas possam obter aquilo que necessitam, por intermédio da criação, da oferta de bens e serviços (Kotler, 2008).

O domínio do *marketing* estuda as necessidades de consumo, incluindo os estudos de consumo cultural.

Esta ferramenta, trabalhada com as metodologias próprias, pretende estabelecer um meio de comunicação entre as organizações, as entidades, e os seus públicos, contribuindo para que ambas as partes beneficiem (Remelgado, 2014).

No mundo em que vivemos, a cultura assume-se como parte importante e integrante da sociedade. Além do seu conceito académico e da sua importância para a Humanidade, esta é um elemento fundamental de um circuito, formado por entidades, organizações e agentes, responsáveis pela sua produção e divulgação.

Assim, é neste âmbito que surge o conceito de marketing cultural, sendo definido como “(...) o conjunto de recursos de marketing que permite projetar a imagem de uma empresa ou entidade através de ações culturais.” (Muylaert, 1995).

Estas organizações culturais, bem como os seus agentes e técnicos, têm como objetivo promover este marketing cultural, criando novas metodologias inovadoras que as aproximem do público, conquistando a sua preferência pelo produto e pela marca que vendem.

Caberá, claro, a cada empresa ou entidade, delinear um plano estratégico de marketing condizente com os seus objetivos, tendo em conta uma série de fatores que contribuem para o seu sucesso. Este investimento das empresas é efetuado, também, por razões de competitividade e concorrência.

Embora numa dimensão de serviço público, caso seja tutelado pela CMCR, o CICR não é exceção a este pressuposto, pelo que necessita também de um *marketing* próprio que permita a captação de públicos e a “venda” do seu produto, com o objetivo de promover e comunicar o património cultural das Caldas da Rainha.

7.1. PLANO ESTRATÉGICO

Para a elaboração de um plano estratégico de *marketing*, importa definir uma série de aspetos que estão relacionados com a entidade cultural em questão, nomeadamente no que diz respeito ao seu modelo de organização.

Segundo Ana Remelgado, um planeamento de *marketing* “(...) é constituído por seis etapas fundamentais: Diagnóstico, Definição de Objetivos, Opções Estratégicas, Plano Operacional, Plano de Ações e Avaliação” (Remelgado, 2014). Descreveremos de seguida, de forma sucinta, cada uma delas.

Importa referir que faremos apenas uma análise genérica destas etapas, não pretendendo pormenorizar a forma como estas vão ser desenvolvidas no plano de marketing do CICR, sobretudo até ao seu real estabelecimento. Ainda assim, baseados nalguns objetivos do projeto, serão dados alguns exemplos de como será o modo de atuação do Centro em algumas das fases deste plano estratégico.

Diagnóstico

Antes do desenvolvimento do *marketing* em si, é necessário fazer uma análise pormenorizada dos seus pontos fracos e fortes, tentando perceber em que medida é que estes podem ser potenciados e minorizados, respetivamente.

É nesta fase que é efetuada aquela que se designa por análise SWOT⁷. Por intermédio de um sistema específico é possível fazer alinhar os pontos fortes e as insuficiências de uma determinada instituição, permitindo equilibrá-los e criar uma competitividade a longo prazo (Rodrigues et al., 2005). Além da análise SWOT que se pretende efetuar, na fase de Diagnóstico é também importante avaliar e identificar os tipos de público que se pretendem atingir, segmentando o mercado e procurando atender às suas necessidades (Remelgado, 2014).

Neste campo específico e previamente à implantação do CICR, temos como objetivo desenvolver inquéritos às entidades culturais que operam na região das Caldas da Rainha, aferindo a tipologia e características dos seus visitantes. Perceber estas variáveis que se

⁷ A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, e Threats*), desenvolvida inicialmente por Albert Humphrey nos anos 70, consiste na elaboração de um diagnóstico estratégico de determinada empresa, aferindo os seus pontos fortes, as suas fraquezas, as suas oportunidades e as ameaças a que porventura poderá estar sujeita. (Gürel, 2017).

encontram em jogo, numa dimensão territorial, permitirá implementar uma estratégia ativa de *marketing*.

Embora tenhamos como ambição que os conteúdos do Centro sejam produzidos para todos, será importante perceber que tipo de público tem por hábito frequentar estes espaços culturais, segmentando-o e desenvolvendo conteúdos e atividades que vão de encontro àquilo que este procura.

Esta separação dos públicos e preparação de conteúdos adequados a cada um deles deverá ter em conta critérios específicos. Estes terão que ver, necessariamente, com critérios geográficos, diretamente relacionados com as características da região e com o tipo de visitantes que recebe, nomeadamente com o turista-tipo que pretende uma oferta cultural própria.

Neste domínio são importantes também, por exemplo, os critérios demográficos, nomeadamente aqueles relacionados com o tipo de público a atingir, com a sua idade, profissão, ou nível de escolaridade.

A análise de diagnóstico destes e de outros critérios permitirá à entidade cultural em questão, neste caso o CICR, munir-se de ferramentas que contribuam para uma estratégia de *marketing* bem sucedida, nomeadamente identificando os seus públicos-alvo, definindo modos de ação que dotem a instituição de uma credibilidade ascendente na sociedade caldense.

Objetivos e Opções Estratégicas

Outro dos aspetos mais críticos a ter em conta num plano de *marketing* de sucesso é a definição de objetivos próprios, nomeadamente relacionados com a visão e com a missão da instituição.

Neste campo, importa que os objetivos do plano estejam diretamente relacionados e alinhados com aqueles delineados pela instituição.

No caso do CICR, pretendemos que a estratégia de *marketing* adotada tenha em conta o estabelecimento do Centro como unidade distinta, posicionando-se como uma instituição de referência na área do património cultural da região. As opções estratégicas a tomar terão sempre em conta este aspeto, sendo desenvolvidas com o objetivo de o concretizar.

Plano Operacional

Nesta etapa do plano de marketing, importa realizar um estudo que avalie que fatores podem influenciar a forma como o consumidor cultural responde ao mercado e ao produto. Não se aprofundando esta temática neste contexto, refira-se, a propósito, um estudo de Jerome McCarthy, que refere como principais fatores: o produto; o preço; a comunicação; a distribuição.⁸

A propósito do estabelecimento de um plano operacional para implementação identificaremos, de seguida, cada um destes fatores no caso específico do CICR.

1) Produto

O produto que o CICR trabalha e dissemina aos seus públicos-alvo é o conhecimento sobre o património cultural do concelho das Caldas da Rainha, identificando-o como uma necessidade primária da comunidade e dos visitantes da região. A fruição é, portanto, um eixo para a formação do produto.

Este produto pode chegar ao público sobre a forma de exposições, atividades de educação patrimonial, *workshops*, visitas guiadas, publicações, congressos e outros.

Em suma, o património cultural das Caldas da Rainha, o produto, é resultante de todos os processos que possam ser desenvolvidos pelos técnicos do CICR, tendo como destino os seus visitantes.

2) Preço

Tendo ficado estabelecido mais tarde em Portugal, nomeadamente na Constituição de 1976, o conceito de “democratização da cultura” inicia-se em França, em 1956. Era então promovido pelo Ministro dos Assuntos Culturais André Malraux (Donnat, 2003).

Esta democratização visa, em termos gerais, tornar o acesso livre e gratuito aos equipamentos culturais, com o objetivo de alargar a frequência dos vários tipos de públicos. Este é um ponto crítico para a bilhética do CICR.

Ainda que esta democratização seja muito discutida e existam várias visões, consideramos que o CICR deve receber gratuitamente todos os tipos de público, principalmente as crianças

⁸ Este conceito, apelidado de *marketing mix*, foi primeiramente formulado por Jerome McCarthy nos anos 60, defendendo que qualquer empresa deve apostar em quatro variáveis para cativar e influenciar o consumidor: produto; preço; comunicação; distribuição (McCarthy, 1960).

e os jovens, em parceria com as escolas, de forma a fomentar o interesse pelo património cultural. Será, desta forma, um investimento autárquico na cultura.

Ainda assim, neste contexto, consideramos pertinente a criação de uma “Liga de Amigos do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha” que fomente a participação e a cooperação dos interessados nas suas atividades. Neste sentido, há semelhança, por exemplo, do que ocorre em grande parte dos museus e espaços expositivos culturais de Londres, convidaremos o visitante do CICR a doar um valor que considerar adequado, de forma a auxiliar o Centro na produção de alguns dos seus conteúdos.

Ainda que o objetivo seja democratizar o acesso e deixar ao critério do visitante o valor a doar, tal só será possível se o CICR estiver sobre a alçada de um organismo público, nomeadamente da CMCR, como avançado anteriormente. Esta incorporação nos equipamentos do Município das Caldas da Rainha permitirá, por exemplo, que os custos com os recursos humanos, com ferramentas ou com a logística sejam geridos por esta entidade.

3) Comunicação

Neste campo, temos como objetivo dar a conhecer o CICR por intermédio das suas exposições, das suas atividades, apelando à importância que o património cultural tem para a comunidade. A elaboração do Plano de Comunicação do CICR será integrada na estratégia cultural municipal.

Neste âmbito, importa comunicar com base na consciencialização do futuro visitante, com um enfoque no nome e na marca do CICR, divulgadas previamente e durante a visita.

Kotler defende que esta estratégia de comunicação deve ser iniciada internamente, entre os técnicos e trabalhadores do Centro, envolvendo-os com a mensagem a transmitir, facilitando a comunicação para o exterior (Kotler, 2008).

4) Distribuição

A Distribuição está diretamente relacionada com a Comunicação, versando acerca das ferramentas e plataformas utilizadas pela instituição para transmitir o seu produto.

Além das plataformas internas, nomeadamente a exposição temporária e a exposição permanente presentes no próprio edifício, a distribuição dos conteúdos do CICR estará presente também nas atividades no exterior que este irá organizar. A título de exemplo refiram-se os trabalhos arqueológicos nos quais os técnicos do Centro poderão participar, as

obras e artigos publicadas, os congressos promovidos, a disponibilização *on-line* dos conteúdos em várias plataformas digitais, o estabelecimento de acordos e parcerias com entidades culturais e agentes turísticos. A este propósito, poderá fazer sentido a integração do CICR numa rede de turismo científico internacional.

Plano de Ação

Outro elemento do plano de *marketing* é o Plano de Ação. Aqui será delineado um plano específico de atividades e ações a ser desenvolvidas e promovidas pelo Centro. Estas estarão sujeitas a uma calendarização anual que poderá estar sujeita a ligeiras alterações, devendo estar diretamente correlacionada com os meios e orçamento disponíveis para o efeito. A programação do CICR, se for efetuada numa rede de parcerias, poderá potenciar o seu valor.

Avaliação

Por último, mas não menos importante, procederemos a uma avaliação cuidada dos resultados que vão sendo atingidos. Monitorizar e medir impactos sobre a satisfação dos visitantes é ponto crítico da avaliação.

Em termos de periodicidade, efetuar-se-á uma avaliação seletiva, individual e pontual, por intermédio de inquéritos sistemáticos, relacionada com cada uma das atividades e estratégias adotadas. Haverá também lugar a uma análise global, a um balanço que se efetuará no final de cada ano, tentando perceber os motivos que levam ao sucesso ou insucesso de determinada estratégia adotada, porventura alterando comportamentos e metodologias de ação, visando o melhoramento da gestão e comunicação do CICR.

8. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

Nos espaços que promovem a cultura e o património, a área da comunicação tem vindo a ganhar enorme relevância, contribuindo para um processo relacional e interativo com o público, promovendo a integração na comunidade. (Remelgado, 2017).

Além da comunicação interna, relacionada com a forma como o conteúdo é disponibilizado ao visitante nas exposições, existe outra vertente comunicacional, voltada para o exterior, que é tão ou mais importante na relação com o público.

A comunicação de uma organização cultural inicia-se antes mesmo do visitante se deslocar à exposição ou de participar na atividade promovida, sendo a utilização de ferramentas específicas para cativar o público um ponto fulcral e vital para uma estratégia de comunicação positiva e vencedora.

Nesta perspetiva, abordaremos de seguida alguns exemplos de ferramentas de comunicação para o exterior que poderão vir a ser utilizadas no CICR.

8.1. SINALÉTICA

A sinalética opera em duas áreas de atuação diferentes: no espaço interior, no que diz respeito à forma como é colocada a informação relativa aos espaços e ao espólio que, em conjunto, compõem o edifício, orientando a visita; no espaço exterior, diretamente relacionada com a forma como é sinalizado e divulgado o espaço cultural, funcionando como orientadora da acessibilidade ao CICR.

Nesta última, consideramos fundamental a colocação de sinalética apropriada, que demonstre a existência do CICR e de que forma os visitantes poderão encontrar o local.

Para tal, é possível a utilização de diversas plataformas e suportes que informam o visitante. Sugerimos a colocação de sinalética vertical nas várias saídas da A8 que existem para a cidade nas Caldas da Rainha, fazendo com que o visitante siga um percurso fácil e simples até chegar finalmente ao edifício. De referir que as instalações que vão albergar o CICR não se encontram definidas, motivo pelo qual não se avança de imediato com um plano de sinalética adequado.

Ainda assim, consideramos importante incorporar informações relativas à localização do CICR na rede de transportes urbanos TOMA, na estação de caminhos de ferro, no edifício da rodoviária, nas praças de táxis e noutros pontos da cidade.

Importa que neste processo não se esqueçam as freguesias suburbanas, sendo importante que o Centro seja também aqui sinalizado e identificado, permitindo que estas comunidades estejam informadas e se possam deslocar facilmente até ao local.

Independentemente dos suportes e plataformas onde o CICR será sinalizado, estas devem obedecer a uma imagem institucional *standard* que permita uma simples identificação para todos os tipos de público.

8.2. PUBLICIDADE

A palavra publicidade é originária do latim *publicus*, significando o ato de tornar uma ideia, uma história, uma teoria pública. É definida como uma forma de difundir ou promover uma determinada ideia por intermédio de um meio de comunicação, tendo um público-alvo, visando criar um sentimento de desejo por aquilo que é publicitado. É através da publicidade que é possível criar e construir o valor de uma marca, de uma empresa, de uma instituição (Santos et al., 2017).

Para uma instituição cultural como o CICR, a publicidade visa criar uma imagem positiva, divulgando os seus produtos, as suas atividades, os seus serviços.

Utilizando uma publicidade eficaz e utilizando as ferramentas corretas, será possível estimular a que mais pessoas visitem a instituição.

A publicidade está diretamente relacionada com ferramentas de comunicação que abordaremos de seguida, tais como o *merchandising* e as ferramentas digitais, sendo possível publicitar o CICR de várias formas.

De referir que, neste caso específico, optaremos por fazer publicidade na imprensa e rádio, principalmente local e regional, mas também em programas específicos televisivos que têm como objetivo divulgar o património cultural.

Em casos específicos de congressos ou atividades promovidas pelo Centro, contactaremos com órgãos de comunicação local para auxiliarem à divulgação.

A título de exemplo, e caso o CICR esteja sob a gestão da CMCR, poderá porventura ser possível a utilização do Gabinete de Comunicação para promover e divulgar as atividades desenvolvidas a uma vasta rede de contactos.

Utilizaremos suportes municipais, tais como *moopies*, cartazes, *outdoors*. Dependendo do orçamento disponível, publicitaremos o Centro noutras zonas do país, principalmente naquelas que se localizam em áreas limítrofes do concelho das Caldas da Rainha, de forma a cativar e trazer visitantes.

Colocaremos cartazes e informações relativas aos conteúdos e programação do Centro nas escolas do concelho, com o objetivo de fomentar o gosto pelo património cultural, apelando à participação das crianças e jovens nas atividades e iniciativas promovidas.

Por último, procederemos a uma divulgação diária nas várias plataformas digitais criadas e geridas pelo CICR.

A “Marca CICR” estará na base desta estratégia de imagem e comunicação, funcionando como distintiva, nos conceitos da “Marca Portugal” e da “Marca Caldas da Rainha”.

8.3. *MERCHANDISING*

Em termos gerais, o *merchandising* é um instrumento do *marketing* e da comunicação que tem como objetivo promover e demonstrar determinado produto, tendo como objetivo motivar e influenciar a sua compra por parte do consumidor (Blessa, 2005).

É composto por várias técnicas e metodologias que visam aumentar a rentabilidade de determinado local, captando a atenção do consumidor, fornecendo-lhe informação, acionando a compra (Kotler, 2008).

Por norma, o *merchandising* contribui para a criação e construção da marca da organização, sendo esta colocada de uma forma *standardizada* nos produtos que se vendem ao consumidor.

No caso do CICR, apostaremos numa forma diferente de *merchandising*, não operando tanto numa ótica de venda de produto, mas de continuidade da experiência “extra-Centro”.

Aceitando-se, porém, que alguns dos produtos desenvolvidos pelo Centro possam ser pagos, apostaremos, sobretudo, num *merchandising* voltado para o conhecimento do CICR por parte da comunidade.

Ao terminar a visita à exposição, a visita guiada ou o *workshop*, o visitante terá a oportunidade de ser presenteado, por exemplo, com um bloco de notas, um marcador de livro, uma caneta, uma *t-shirt*, um íman, um saco de pano ou um leque. Estes e outros elementos farão parte do *merchandising* do CICR, sendo disponibilizados de forma gratuita ao visitante, tendo impresso o seu logotipo. Esta política permitirá que, mesmo “extra-Centro”, o visitante se lembre da experiência, sendo provavelmente motivado a retornar, podendo contribuir para o crescente número de visitas e para a divulgação e promoção do CICR.

8.4. PLATAFORMAS DIGITAIS

Na área da comunicação, as ferramentas digitais apresentam-se como uma importante forma de chegar ao público de uma forma simples, intuitiva e gratuita.

Estas ferramentas têm vindo a ser usadas cada vez mais pelas instituições culturais, que as utilizam para divulgar os conteúdos que produzem e para cativar e captar visitantes.

Neste sentido, a *internet* oferece várias formas de comunicação *on-line* diferentes que se podem revelar de grande utilidade, se utilizadas com um método próprio.

No âmbito do CICR, consideramos importante a criação de duas plataformas que, em nosso entender, poderão ser eficazes para uma boa divulgação do trabalho desenvolvido.

8.4.1. WEBSITE DO CICR

A criação de um *website* que divulgue o Centro nas suas múltiplas vertentes será essencial para a informação do público e para captar visitantes.

Sugerindo a incorporação do CICR numa gestão administrativa camarária, existem duas filosofias de criação e gestão do *website*. Ou as informações que se pretendem colocar no *website* são inseridas num separador próprio do *website* da CMCR; ou é criada uma plataforma autónoma com endereço próprio de acesso.

Em nosso entender, o CICR deverá manter uma gestão de conteúdos autónoma e, de certa forma, independente da estratégia de comunicação da CMCR. Não quer dizer que não existam estratégias e formas de divulgação trabalhadas em conjunto, contudo, pretende-se que exista autonomia suficiente para editar os conteúdos do *website* sempre que for necessário.

Assim, sugere-se a criação de um *website* autónomo, gratuito ou de baixo custo, que possibilite divulgar os conteúdos produzidos pelo CICR e ainda construir a sua imagem corporativa.

Remelgado apresenta um conjunto de fatores essenciais para a boa comunicação de um organismo por intermédio do *website*: imagem gráfica apelativa; a identificação da missão e objetivos do organismo; uma atualização permanente dos conteúdos; a incorporação do plano de exposições (permanente e temporárias); a incorporação do plano de atividades; a possibilidade de *linkar* o *website* às redes sociais; a disponibilização de conteúdos para *download* (publicações; regulamentos; protocolos) (Remelgado, 2014).

O *website* que se pretende criar tem de ser otimizado de modo a facilitar o acesso por parte do utilizador, sendo intuitivo e funcional.

Além dos aspetos gráficos e de navegação, o CICR pretende incorporar no seu *website* conteúdos que informem o visitante, nomeadamente acerca da sua história, da sua missão, dos seus objetivos.

Será dada também grande importância à divulgação das atividades organizadas e promovidas pelo Serviço Educativo, bem como à calendarização das exposições preparadas pelo CICR. Neste âmbito, pretendemos documentar e organizar uma coleção digital, disponibilizando *on-line* o espólio do Centro, com acesso fácil e intuitivo.

Como referimos anteriormente, o Centro terá um raio de ação vasto, tentando recolher espólio patrimonial proveniente de trabalhos realizados no concelho das Caldas da Rainha, mas que se encontra disperso por museus e organismos culturais por todo o país. Além dessa vertente, o trabalho de investigação efetuado contribuirá, com toda a certeza, para a descoberta de peças e obras inéditas que poderão, porventura, figurar nas exposições do Centro. Acrescentamos ainda o espólio arqueológico que tem sido recolhido no âmbito do projeto “Carta Arqueológica das Caldas da Rainha” e que pretendemos que possa ficar depositado no CICR.

Assim, julgamos de grande importância oferecer ao utilizador do *website* a possibilidade de consultar e navegar pelo acervo do Centro, informando-se acerca da história das suas peças, promovendo a sua informação e educação para o património.

Concluindo, consideramos que a criação de um *website* pode constituir um instrumento importante de comunicação que aproxime e interligue o CICR aos seus públicos, dando-lhes a conhecer os trabalhos que este desenvolve.

8.4.2. REDES SOCIAIS DO CICR

O modo como são usadas as redes sociais por parte das instituições culturais tem suscitado um intenso debate a nível nacional e internacional, sobretudo devido à abordagem que estas adotam para com os seus públicos. Alguns museus centram as suas redes sociais na promoção dos seus serviços, atividades e coleções, enquanto que outras instituições adotam uma filosofia mais interativa, através da promoção de debates, apelando à participação ativa do público. Existem ainda aquelas que, além dos seus conteúdos, divulgam ainda conteúdos provenientes de outras instituições congéneres e de outros utilizadores (Matos, 2013).

No caso do CICR, pretendemos que as redes sociais que possam ser criadas, como o *Facebook* ou o *Instagram*, sejam organizadas e trabalhadas no âmbito da missão e objetivos estabelecidos pela instituição.

Para tal, previamente à abertura de contas nestas redes, efetuaremos um estudo de mercado, tendo como amostra as redes sociais geridas por entidades culturais congéneres, aferindo o público que as visita e segue e os conteúdos que partilham.

Desta forma, conseguiremos obter dados que nos auxiliarão à criação de redes sociais benéficas para a instituição, orientadas para a sua missão e objetivos, que a divulguem e promovam, funcionando como uma extensão da mesma.

Além dos conteúdos partilhados, sobretudo acerca das exposições, atividades e projetos promovidos pelo museu, as redes sociais do CICR deverão ser de resposta rápida a qualquer comentário efetuado pelos seus utilizadores, havendo uma preocupação clara com o esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações.

Um gestor permanente será fundamental para cumprir esta componente do projeto.

Atualmente, as redes sociais possuem vários instrumentos e ferramentas de análise estatística que permitem aferir e monitorizar os seguidores e as suas preferências, sendo possível desta forma definir estratégias de comunicação que vão de encontro aos seus interesses.

As redes sociais do CICR estarão em constante atualização, interagindo com os seus utilizadores de um modo formativo e lúdico, funcionando como uma extensão da experiência dos visitantes do Centro.

9. TURISMO CULTURAL

Atualmente, o turismo é um dos setores da economia portuguesa que tem ganho maior importância.

De facto, os últimos anos, nomeadamente 2016, têm revelado resultados históricos no turismo nacional, sendo considerada a maior atividade económica exportadora do país, com 16,7% de exportações nacionais (ET2027).

Efetivamente, com a democratização das ligações aéreas entre vários países, o turismo, nomeadamente o cultural, tem vindo a ser encarado como um instrumento fulcral no desenvolvimento dos territórios (Rodrigues, 2017).

No contexto nacional, o turismo cultural tem captado cada vez mais interesse por parte da população. Esta mudança terá ocorrido, sobretudo, devido à diminuição de horas de trabalho; à antecipação da idade da reforma; ao aumento da esperança média de vida; a um maior nível educacional e cultural da sociedade (Pontes, 2009).

Neste sentido, tem-se assistido a um crescimento do interesse das comunidades por eventos e atividades de foro cultural, proporcionado por uma oferta cultural educativa e lúdica promovidas pelas instituições.

A mudança de paradigma nos espaços expositivos e museológicos, dotando-os com serviços educativos que promovem atividades lúdicas e interativas, tem permitido a adaptação a novas exigências por parte do público, contribuindo para a criação de espaços culturais de qualidade (Hernández, 1998).

É no âmbito deste turismo cultural que surge o turismo urbano, privilegiando as cidades em detrimento das zonas próximas do campo ou do mar. Esta alteração ocorre devido à implementação de viagens curtas para cidades possuidoras de elementos históricos de relevo, visitadas de forma rápida e simples.

O turismo cultural apresenta duas componentes essenciais: o produto, composto pelos museus, centros de interpretação, monumentos, eventos culturais; os serviços específicos, incluindo gabinetes de turismo, operadores turísticos, organizações culturais, restauração, lojas, etc. São todos estes componentes que, se bem trabalhados e conectados, contribuem para a sustentabilidade do turismo cultural (Munsters, 2004).

Nesse sentido, o património e o turismo cultural são conceitos intimamente ligados, sendo muitas vezes invocados como parte de uma estratégia de regenerar cidades de forma sustentável.

Neste contexto, a metodologia utilizada para desenvolver um turismo cultural sustentável tem, inevitavelmente, de ter em conta a questão da produção de conhecimento, alicerçada na vertente da “investigação-inovação” e na autenticidade (Figueira, 2013).

A estratégia “Turismo Portugal 2027”, refere que é necessário “(...) valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a afirmação do turismo na economia do mar a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura.” (Rodrigues, 2018).

A este propósito, enumera dez desafios globais para o desenvolvimento de uma estratégia turística a 10 anos:

- 1. Pessoas** - promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo.
- 2. Coesão** - alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social.
- 3. Crescimento em valor** - ritmo de crescimento mais acelerado em receitas vs dormidas.
- 4. Turismo todo o ano** - alargar a atividade turística a todo o ano, de forma a que o turismo seja sustentável.
- 5. Acessibilidades** - garantir a competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território.
- 6. Procura** - atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo o ano e em todo o território.
- 7. Inovação** - estimular a inovação e empreendedorismo.

8. Sustentabilidade - assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local.

9. Simplificação - simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração.

10. Investimento - garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.

Esta estratégia está, obviamente, alicerçada nas terras e nas cidades, pois são elas que investem neste setor, promovendo a criação de espaços culturais que possam fazer face à procura dos seus visitantes.

Além da preocupação primária com a salvaguarda e conservação do património cultural, o investimento neste setor é efetuado, também, por razões socioeconómicas, pois este poderá ser gerador de receitas e criador de empregos, desenvolvendo e modernizando as cidades (Potier, 1996).

A construção de equipamentos culturais implica, é certo, um forte investimento por parte das entidades, públicas ou privadas, que muitas vezes nunca é integralmente recuperado.

Ainda assim, o objetivo de promover o conhecimento do seu património cultural e de o divulgar ao turista, deve superiorizar-se e prevalecer sobre as questões financeiras.

A criação do Centro de Interpretação das Caldas da Rainha obrigará, certamente, a custos elevados, independentemente da sua incorporação num edifício já existente ou construído de raiz.

Para além dos custos com a obra ou com a reestruturação e adaptação do edifício, deverá também existir um investimento forte na aquisição de equipamentos, na manutenção do Centro ou, até, com recursos humanos.

Embora, se incorporado numa estrutura camarária, alguns recursos possam ser deslocados para o Centro, a verdade é que a sua implementação terá sempre custos que, à partida, poderão não ser assumidos integralmente pela CMCR.

Ainda assim, refira-se o projeto Orçamento Participativo, impulsionado por esta entidade, constituindo-se como um projeto de cooperação entre a Câmara Municipal e os cidadãos. Este tem incentivado, desde os últimos anos, a população das Caldas da Rainha a contribuir com ideias de projetos nos mais variados âmbitos que melhorem a qualidade de vida na

cidade. Para tal, tem sido utilizada uma parte da verba do orçamento do Município (*in* <http://www.caldasparticipa.pt>).

Ainda que a verba possa não ser suficiente para a implementação do CICR, esta poderá ser um apoio importante para a sua efetivação.

A este propósito, refira-se o projeto “Apoios financeiros à cultura”, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, que concede apoios financeiros a iniciativas na área da cultura cobrindo, por norma, até 60% do investimento total. Este prevê, por exemplo, apoios a obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações essenciais ao desenvolvimento de atividades culturais.

Além dos apoios dos poderes locais, poderá ser necessário recorrer a projetos de financiamento impulsionados pela União Europeia.

Na estratégia da União Europeia para o financiamento da área do turismo, existem fundos aos quais se pode recorrer para o desenvolvimento e implementação de equipamentos de ordem cultural, tais como o FEIE, o FEDER ou o Portugal2020.

A título de exemplo, refira-se o Projeto Centro de Interpretação de Vila Nova da Barquinha, que conseguiu, através de uma candidatura ao “Programa Valorizar, Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior”, um financiamento de 136 mil euros para a sua implementação.

No âmbito da implementação do CICR, todos os apoios podem ser de extrema utilidade, não só fornecidos por organismos internacionais ou nacionais, mas também, porventura, por mecenas, parceiros e patrocinadores que vejam no CICR uma oportunidade de apoiar o património cultural das Caldas da Rainha.

Independentemente da forma como o CICR será implementado no concelho das Caldas da Rainha, a aposta na captação de visitantes e turistas não pode ser efetuada de uma forma individual, tendo que obedecer à estratégia de *marketing* da Entidade Regional de Turismo do Centro. A fidelização do turista, baseada no *marketing* relacional, e a aposta num posicionamento da marca Centro de Portugal nas vertentes da Cultura, História, Património, Saúde, Natureza, Bem-estar e Mar, Turismo Científico e Tecnológico, Turismo Residencial e *Lifestyle Migration*, estarão, também, na base da estratégia de *marketing* do CICR (ERTC, 2018).

Neste sentido, serão concertadas ações entre as várias entidades e atores que compõem e promovem esta região, criando estratégias e mensagens comuns que a promovam.

Assim, consideramos que a aposta no turismo cultural tem de ser feita tendo como ponto de partida a criação de um pacote cultural plural, extensivo às várias áreas da sociedade.

Na visita a uma cidade, está provado que o turista se foca, primeiramente, nos aspetos culturais, querendo a todo o custo conhecer a sua história e o seu património (Pontes, 2009).

Deste modo, cabe a todas as instituições, empresas, restaurantes, lojas, contribuir para esta experiência plural. Se todos apresentarem um serviço de qualidade, além de promoverem e melhorarem os seus negócios, estão a oferecer ao turista a experiência cultural completa.

Em nosso entender, o turismo cultural só poderá funcionar se todos trabalharem para a mesma causa, conscientes do lucro, cultural e financeiro, que podem obter.

Concluindo, cabe ao CICR servir de polo de convergência entre todas as esferas e instituições que operam nas Caldas da Rainha, com o objetivo de estabelecer uma programação e oferta em comum que permita ao turista conhecer o património cultural do concelho.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS VERSUS CONCLUSÃO

Como ficou patente no capítulo “Referencial Teórico” deste trabalho, optámos por desenvolver um projeto que tivesse como objetivo uma real implementação. Assim, neste ponto, ao concluirmos a componente teórica concluímos, igualmente, o projeto formal.

A escolha de uma metodologia baseada na investigação/ação permitiu a criação do Projeto CICR que, em nosso entender, é passível de ser concretizado.

Para justificar a premência da criação de uma instituição que pudesse investigar, interpretar, gerir e divulgar os patrimónios das Caldas da Rainha, efetuámos uma primeira análise acerca da envolvência do concelho, a nível geográfico, geológico e ocupacional, fazendo uma breve abordagem à sua evolução histórica.

Deste modo, foi possível entender que a área geográfica de estudo compreende um valor cultural importante, nomeadamente no que diz respeito às várias tipologias patrimoniais, carecendo estas, principalmente a arqueológica, de um estudo aprofundado e de uma ferramenta que capaz de a gerir.

Assim, considerámos premente a criação de um organismo de administração pública que pudesse fazer esta mesma gestão, divulgando o património cultural das Caldas da Rainha.

A proposta de criação do Centro de Intepretação das Caldas da Rainha surge desta necessidade: a de preencher esta lacuna identificada, constituindo-se como uma referência no panorama dos instrumentos de divulgação do património cultural.

A escolha por um centro de interpretação prendeu-se, igualmente, com a necessidade da criação de um espaço, que pudesse fornecer ao público uma experiência diferente da perspetiva clássica de visitaçào. Optando por estratégias expositivas, educativas e comunicacionais interativas, o CICR poderá contribuir para uma fruição simples e intuitiva do público.

Para a implementação do CICR, estabelecemos uma visão e uma missão, ambas baseadas na criação de um organismo que pudesse ser inovador, nomeadamente na investigação do património arqueológico do concelho, inventariando-o e oferecendo-o à comunidade local e ao turista, por intermédio de variadas plataformas, como exposições, visitas guiadas, roteiros patrimoniais, *workshops*.

A estratégia para a prossecução destes objetivos deve estar baseada num plano de *marketing* próprio, voltado para a captação de públicos e para a venda do produto: o património cultural das Caldas da Rainha.

Abordámos, também, a temática do turismo cultural, e em que medida é que este pode ser utilizado para a atração de públicos e de visitantes. Neste domínio, concluímos que a metodologia a implementar deverá estar alinhada com a estratégia Turismo Portugal 2027, sobretudo com os desafios que esta apresenta e com o trabalho em conjunto que deve ser efetuado com as entidades congéneres, nomeadamente centrando a sua ação na venda da “Marca Portugal”, na “Marca Centro” e, por conseguinte, na “Marca CICR” e na marca “Caldas da Rainha”. Esta escala geográfica poderá, inclusivamente, gerar rotas turístico-arqueológicas, ligando-as com o turismo científico, fórmula que se encontra em expansão por todo o Mundo.

Em termos gerais, consideramos que o objetivo a que nos propusemos no início deste projeto foi atingido: assumir a criação do CICR como uma necessidade objetiva no contexto cultural das Caldas da Rainha, sensibilizando a comunidade e os poderes locais para a importância da sua implementação, definindo estratégias e metodologias base para auxiliar à sua efetivação e funcionamento.

Ainda assim, registámos algumas limitações ao aprofundamento da temática em questão, principalmente por não conhecermos a conjuntura, administrativa e financeira, em que o CICR vai ser implementado.

Neste sentido, temos esperança que a proposta de projeto que se apresenta não tenha aqui o seu *terminus*, assumindo-se como um primeiro passo para a implementação do Centro de Interpretação nas Caldas da Rainha, desejando que este se defina como um polo de convergência cultural na panorâmica caldense.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Zulmira (1994) - Por terras dos antigos coutos de Alcobaça - Tipografia Alcobacense, Alcobaça

ALMEIDA, C.; GOMES, A.J.; JESUS, M.R.; MENDONÇA, J.J.L. (2000) - Sistemas Aquíferos de Portugal Continental - Centro de Geologia da Universidade de Lisboa & Instituto Nacional da Água, Lisboa

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga; MONTEIRO, Jorge de Almeida (1968) - Estatueta romana de Neptuno encontrada nas Caldas da Rainha - Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa

ALMEIDA, José António Ferreira de (1976) - Caldas da Rainha, Tesouros Artísticos de Portugal – Lisboa

AMADOR, Maria (2011) – Em que medida o serviço educativo do museu tem um papel activo na formação das crianças – Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

BARROCAS, Carlos Pedro Serro (2015) - Centro de interpretação do Festival de Vilar de Mouros – Dissertação de Mestrado, ESG

BLESSA, R. (2005) - Merchandising no ponto de venda - 3ªed. – São Paulo: Atlas

CARVALHO, André Gomes de (1991) – Memória das Caldas 1758 - Caldas da Rainha: Ed. PH, Caldas da Rainha

CAZES, G. ; POTIER, F. (1996) - Le Tourisme Urbain - Paris, Presses Universitaires de France.

CHOFFAT, Paul (1893) - Sur les niveaux ammonitiques du Malm inférieur dans la contrée du Montejunto (Portugal). Phases peu connues du développement des Mollusques - C. R. Acad. Sc. Paris CXVI, 833-835

CUNHA, P.; GRANERO, A. (2008) – Marketing cultural e estratégias de comunicação institucional - Revista Eletrônica de Comunicação - Edição 06

CUTRO, Lucia (1999) – Fontes materiais e fontes históricas. Estudo de caso da história de Roma de Tito Lívio - Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Sao Paulo, 9: 127-141

DELGADO, F. (1867) - Noticia acerca das Grutas da Cesareda - Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências

DIAS, J.A. (2009) - Alguns exemplos de rápida evolução costeira em Portugal - Faro

DONNAT, Olivier (2003) - La question de la démocratisation dans la politique culturelle française - Modern & Contemporary France, 11:1, 9-20.

DUARTE, Miguel Nuno Serieiro (2005) – Uma Vila que gravita em redor de uma instituição assistencial. A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533 – Dissertação de Mestrado – Universidade Aberta, Lisboa

ENCARNAÇÃO, José d' (1995) - Arqueologia: investigação e património - Revista de Guimarães, n.º 105, pp. 45-57

FIGUEIRA, Luís Mota (2013) - Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural – Centros de Estudos Politécnicos da Golegã

FIGUEIREDO, A.; LOPES, R.; SIMÕES, S.; MONTEIRO C.; SILVEIRA A. (2017) – A memória como ferramenta de pesquisa e investigação arqueológica – Projeto Carta Arqueológica da Caldas da Rainha – Instituto Politécnico de Tomar

FIGUEIREDO, Alexandra; LOPES, Ricardo (2018) - Moinhos das Caldas da Rainha – Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha, Instituto Politécnico de Tomar

FREITAS, Maria Conceição (1989) – Lagoa de Óbidos. Morfossedimentogénese Aplicada – Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

FREITAS, M. D. C., ANDRADE, C., & CRUCES, A. (2002) - The geological record of environmental changes in southwestern Portuguese coastal lagoons since the Lateglacial. Quaternary International

GOMES, Saúl António (1991) - A Documentação do Arquivo Distrital de Leiria dos Séculos XV a XVIII Relativa ao Hospital das Caldas da Rainha - Colóquio Sobre a História de Leiria e da Sua Região, Leiria, Câmara Municipal, pp. 91-221

GONÇALVES, Liliana (2017) – Marketing cultural como ferramenta de comunicação estratégica: um estudo de caso – Dissertação de mestrado – Instituto Politécnico de Leiria

GÜREL, Emet (2017) – Swot analysis: a theoretical review – Journal of International Social Research, Vol. 10

HENRIQUES, M. V. et. al. (2002) - Alterações morfológicas em ambientes litorais desde o último máximo transgressivo – exemplos da Estremadura e do Alentejo - Revista de Geomorfologia (1), Lisboa

HENRIQUES, M.V. (1996) - A Faixa litoral entre a Nazaré e Peniche. Unidades geomorfológicas e dinâmica actual dos sistemas litorais - Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora, 575p.

HERNÁNDEZ, Francisca (1998) - Manual de Museologia - Madrid, Editorial Síntesis.

HORTA, Cristina (2014) - Manuel Mafra (1831-1905) e as Origens da Cerâmica Artística das Caldas da Rainha – Tese de Doutoramento – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

JESUS, Carlos, SILVA, Lúcia (2009) - Potencialidades dos serviços móveis de Realidade Aumentada aplicados ao turismo – 8º Congresso LUSOCOM

JORDÃO, Patrícia; MENDES, Pedro (2000) - As grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha): reinterpretações de um sítio - O Arqueólogo Português. Lisboa. Série IV. 18, pp. 11–60

KOTLER, Neil; KOTLER, Philip (2001) - Estrategias y Marketing de Museos - Barcelona: Editorial Ariel S.A

KOTLER, P.; LEE, N. (2006) - Marketing in the public sector: a roadmap for improved performance - New Jersey: Wharton School Publishing.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. (2006) - Administração de Marketing - São Paulo: Pearson Prentice Hall.

LACERDA, M. (2001) - Interpretação de Monumentos e Sítios - Estudos / Património, Publicação do IPPAR, pp. 5-16

MANGORRINHA, JORGE, (2000) - O lugar das Termas - Livros Horizonte, Lisboa

MANGORRINHA, Jorge (1993) - Arquitectura caldense no século XVIII - Terra de Águas - Caldas da Rainha História e Cultura, p. 137-152

MANTAS, Vasco (2002) - Vias e portos na Lusitânia romana - V Mesa redonda internacional sobre Lusitania romana : las comunicaciones: Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras, 7, 8 y 9 de noviembre de 2002

MATOS, Alexandre (2015) – Estamos ligados? Museus e redes sociais - Série II, nº21 - ICOM Portugal

MCLELLAND, Susana (2006) - PNTA/2004 - A Idade do Ferro no sítio do Castelo (Santa Catarina, Caldas da Rainha) – Relatório Final – Câmara Municipal das Caldas da Rainha

MELO, Patrícia Helena Lopes Pinto de Sousa (2014) - Proposta de Criação e Programação do Centro de Interpretação Luís de Camões em Macau – Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa

MENDES, J. (2013). Estudos do Património, Museus e Educação - Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

MUYLAERT, Roberto (1995) - Marketing Cultural & Comunicação Dirigida - Ed. Globo

NASCIMENTO, Duarte Barros Monteiro do (2016) - O património arquitectónico, histórico e cultural como dinamizadores da cidade: o caso das Caldas da Rainha - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes, Lisboa

NETO, Manoel (2002) - Marketing Cultural: das práticas à teoria - Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda

NUNES, Verônica Maria Meneses; LIMA, Luís Eduardo Pina (2007) - Patrimônio Cultural. São Cristóvão - UFS/ CESAD

OLIVEIRA, Bernardo (2014) - O fetiche da interatividade em dispositivos museais: eficácia ou frustração na difusão do conhecimento científico - REvista Museologia e Patrimônio, Vol. 7, Nº1

OLIVEIRA, Luiza (2011) – Merchandising: Diferencial competitivo na otimização de resultados – III Encontro científico e simósio de educação unisalesiano Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores - Lins

PONTES, Maria Leonor Cruz (2009) – A Sé Velha de Coimbra. Uma proposta de interpretação museológica – Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PALÙ, Dorian Dal (2018) - Merchandising as a Strategic Tool to Enhance and Spread Intangible Values of Cultural Resources - Department of Architecture and Design, Politecnico di Torino

PAULO, Jorge de São (1967) - O Hospital das Caldas da Rainha até ao Ano de 1656 - Academia das Ciências de Lisboa

PEREIRA, José Eduardo Martins (1989) - Alvorninha dos antigos coutos de Alcobça – Edição da Junta de Freguesia de Alvorninha

QUEIRÓS, José (1987) - A Cerâmica Portuguesa - 2 volumes. Edição de Litexa Editora, Lda., Lisboa

QUERIDO, Carlos Marques (2007) - Salir d'Outrora – Coleção: PH – Estudos e Documentos. Caldas da Rainha

REMELGADO, ANA (2014) - Estratégias de Comunicação em Museus Instrumentos de Gestão em Instituições Museológicas – Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ROCHA, Natália de Jesus Sousa (2017) – Projeto de criação de um serviço educativo nos museus do Instituto Superior Técnico – Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa

RODRIGUES, Bonifácio (2017) - A Rota das Catedrais e o Caso de Santarém - Tese de Doutoramento – Universidade de Coimbra

RODRIGUES, Jorge Nascimento (2005) - 50 Gurus Para o Século XXI – 1ª ed. Lisboa: Centro Atlântico

SANT'ANNA, Márcia G. (2006) - Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial - IPHAN/MinC, 4ª Edição

SANTOS A.; SILVA, L. (2004) - Fontes históricas documentais e os estudos sobre o trabalho e a educação - Departamento de Filosofia e Ciências Humanas- DFCH Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura (2009) – Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização - Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 18, n. 18,

SERRA, João B. (1995) - Introdução à História das Caldas da Rainha - Cadernos de História local, Edição Patrimônio Histórico – Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, Gráfica da Ponte

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2001) – História de Portugal - Vol. III. Lisboa: Verbo Editora, 3.ª ed. 2001. p. 295

SILVA, Andreia (2005) - A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica – um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo - VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia

SILVA, Carlos Guilherme Marques Nunes da (2015) - O Potencial da Realidade Aumentada no Turismo - O Caso dos Museus – Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa

SILVA, Manuela Santos (1994) - Salir do Porto: um exemplo de pequenos portos da Estremadura durante a Idade Média - A região de Óbidos na época medieval. Col. Estudos e Documentos. - Caldas da Rainha: Ed. PH, pp. 33 a 44.

SILVA, Rodrigo Banha da (1993) - Contributos arqueológicos do concelho das Caldas da Rainha - Terra de Águas. Caldas da Rainha

SILVA, S. G. (2006) - Museus e Públicos: estabelecer relações, construir saberes - Revista Turismo e Desenvolvimento, Nº 5, pp. 161-167

SOUZA, S. B. A. et al. (1982) - Planejamento municipal e preservação do patrimônio Cultural: conceitos básicos - Brasília, [s.n.]

SOUSA, Ivo Carneiro de (2005) – Um Hospital do Populus – Aires Barros, Luís et al. - Caldas da Rainha: património das águas. 1ª. ed. Lisboa: Assírio e Alvim - p. 89.1-97.

TEIXEIRA C. e GONÇALVES, F. (1980) – Introdução à Geologia de Portugal, Lisboa, 1980; “Alguns aspectos da Geologia da Região de Caldas da Rainha - Prof. Soares Pinto e outros, ESRP

TILDEN, Freeman (1967) - Interpreting our Heritage - Chapel Hill: The University of North Caroline Press

TREVISOL, M.; PEREIRA, D. (2011) - O Marketing Cultural e sua relevância social - Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 181-189

UMBELINO, Jaime (2006) - A Foz do Arelho na lenda e na história – Publicação amadora

VASCONCELOS, José Leite (1914) - Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)- O archeologo português, vol. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, pp.135-146.

WAGENSBERG, Jorge (2006) - Cosmocaixa. El museo total. Por conversación entre Arquitectos y museólogos - Barcelona: Sacyr

YANAZE, Mitsuru (2007) - Gestão de marketing e comunicação - São Paulo, Editora Saraiva, Capítulo 24

ZBYSZEWSKI, Georges (1953) - Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000 : notícia explicativa da folha 31-A : Santarém - Lisboa : Serviços Geológicos de Portugal - 1 not. expl., 16 p. ; 24 cm

ZÊZERE, José Luís (2005) - A geomorfologia da região das Caldas da Rainha - Luís Aires-Barros (coord.) – Caldas da Rainha: património das águas. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005. p. 63.

OUTROS DOCUMENTOS

Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 2013

Convenção da UNESCO para a proteção do património mundial, cultural e natural, de 1979

Convenção da UNESCO para a proteção do património cultural imaterial, de 2003

Estudo das cerâmicas e objetos de cobre exumados das sondagens da Praça da República das Caldas da Rainha – Caldas da Rainha – 2014

Inventário de Lendas das Caldas da Rainha – Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha

Lei-Quadro que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, aprovada pela Lei nº159/99, de 14 d Setembro

Lei-Quadro que estabelece de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto

Plano de Actividades do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (2013-2015)

Recomendação da UNESCO 2015 - Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade, aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da UNESCO na sua 38ª Sessão

Relatório do Levantamento dos Museus e Espaços Museológicos na Região Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2010-2011)

Relatório de actividades do primeiro semestre de existência do CIGC (Centro de Intepretação Geológica de Canelas) – 2016

Relatório anual de progresso de 2017 – Projeto Carta Arqueológica das Caldas da Rainha – Instituto Politécnico de Tomar

Relatório de trabalho acerca do Património do concelho das Caldas da Rainha - (monografia não editada) – Caldas da Rainha - 2012

Relatório de Progresso de Sondagens Arqueológicas na Praça da República / Mercado da Fruta – Caldas da Rainha (2013)

Relatório de conservação dos objetos em cobre exumados da Praça da República das Caldas da Rainha – Caldas da Rainha – 2014

CONTEÚDOS WEB

<http://www.cm-caldas-rainha.pt/>

<http://jornaldascaldas.com/>

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

<http://www.arlindo-correia.com/>

<http://www.monumentos.gov.pt>

<http://www.turismodeportugal.pt/>

<http://www.culturacentro.gov.pt/>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

<http://www.caldasparticipa.pt>